



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



CGDE
Comitê Gestor dos
Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



ECOANDO



AS VOZES

Resultados das escutas da população
atingida pelo desastre da mineração
da Braskem em Maceió



2



Produto Final
(31/07/2026)



Acordo e governança

COMITÊ GESTOR DE DANOS EXTRAPATRIMONIAIS (CGDE - Gestão 2024/2026)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM ALAGOAS (MPF-AL)

Implementação

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS (UNOPS)

Julho/2026



FICHA TÉCNICA

Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais - CGDE

(Membros da Gestão 2024-2026)

Ana Carolina Beltrão Peixoto
Ana Paula Kümmer Barbosa
Bianca Nathália da Silva Mello
Carlos Henrique Gomes
Cauã Queiroz Fernandes de Sousa
Danielle Vanessa Santos de Almeida
Darlan Cleiton Rodrigues Leite
Davi Beltrão de Rossiter Corrêa
Dilma Marinho de Carvalho
Ederson Dalmario de Lima Bezerra
Flaminha Silva
Geraldo Vasconcelos de Castro Junior
Irandir dos Reis Vieira
Jamilson Francisco da Silva
Joelma Farias Silva Cornejo
José Ricardo Batista
Lucas Fernando Teixeira Nascimento da Silva
Marcio Adriano Costa dos Santos
Maria Cláudia Altino da Silva
Marta Francielly Patrício Rodrigues
Munike Israel da Silva
Paula Alessandra Gomes de Almeida Sousa
Paulo Rodrigo dos Santos
Odilon Maximo
Renata Suelen Amorim Cavalcante Malta
Sandro Diniz
Sandro Gama
Thelma Guimarães
Thais de Oliveira Godinho

Diretor e Representante do UNOPS Brasil

Fernando Cotrim Barbieri

Gerente de Projeto

Bernardo Bahia

Equipe do Projeto

Aguinaldo Lima
Alejandro Arturo Costa de La Barra Velasquez
Andréa Lais
Aurea Luz Vasques
Beatriz Marins Corrêa de Sá
Bernardo Ramos Bahia
Christiane Falcão
Cláudia Da Silva Nicacio
Daniela Cavalcante de Oliveira
Debora Araujo Da Silva
Denise Bocorny Messias
Donald Verônico
Erica Massimo Machado
Evelyn de Sá Barreto Maciel
Fernanda Paes Mangolim
Flávio Moutinho
Gârdenia Nascimento
Gessika Aline Lima da Costa
Inalda Maria da Silva
Ingrid Ferreira Barbosa
João Vitor Cunha Silva
Leana Silva Luz
Leandro Ferreira Marques
Lidiane Bernardino da Silva
Lucca Leite
Luciana Salles
Luiza Borba Chiesa
Mariana Castro Downs
Mariana Cataldo Da Silva
Mauro Knupfer Coutinho
Nayara Rita Cardoso Campos
Rafael Simões Lopes Regatieri
Rafaela de Lourdes Holanda Barbosa
Renata Aparecida Ferreira
Richard Souza Mota
Roberta Caroline Da Silva Crispim
Sandra Luzia Assis da Silva
Tânia Isabel Miranda Dias
Walter Araújo

Sistematização

Ana Carolina de Campos Honora
Dayane Stephane Cavalcante Pontes
Grislayne Guedes Lopes da Silva
Jordana de Souza Cavalcante
Luiza Borba Chiesa

Richard Sousa Mota
Sidnei Raimundo

Projeto gráfico e diagramação

Rafael Simões Lopes Regatieri



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa dos bairros afetados pelo desastre em Maceió	11
Figura 2: Síntese Metodológica	45
Figura 3: Etapas da Análise do Corpus do estudo	46
Figura 4: Diagrama desenraizamento, memória e ruptura dos vínculos territoriais	118
Figura 5: Diagrama de infraestrutura, mobilidade e desestruturação do cotidiano	119
Figura 6: Diagrama de desterritorialização e ruptura das dinâmicas socioterritoriais	120
Figura 7: Diagrama memória, identidade e apagamento simbólico do território	121
Figura 8: Diagrama de reparação territorial, reconstrução de vínculos e memória coletiva	123
Figura 9: Diagrama de desestruturação da integridade psíquica e emocional	124
Figura 10: Diagrama de ruptura das redes de sociabilidade e pertencimento	125
Figura 11: Diagrama de insegurança existencial e suspensão do projeto de vida	126
Figura 12: Diagrama de degradação da identidade e memória biográfica	127
Figura 13: Diagrama de memória coletiva, apagamento simbólico, grupos vulnerabilizados e interseccionalidades	129
Figura 14: Diagrama de vínculos comunitários, redes de apoio e precarização da vida	130
Figura 15: Diagrama de impactos culturais, governança e objetificação dos processos reparatórios	131
Figura 16: Diagrama de sofrimento emocional, trauma coletivo e luto territorial	132
Figura 17: Diagrama de desterritorialização, desenraizamento e expulsão direta ou indireta	133



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pirâmide etária da amostra	28
Gráfico 2: Distribuição por gênero na amostra	42
Gráfico 3: Frequência inicial do número total de códigos identificados	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Corpus, fontes, instrumento de coleta e objetivo das sínteses de escutas	30
Quadro 2: Unidades de registros e categorias analíticas construídas	53
Quadro 3: Propostas de reparação identificadas a partir das sínteses de escutas	141
Quadro 4: Outras demandas relatadas a partir das sínteses de escutas	147



LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

ATLAS.ti - Software de Análise Qualitativa Assistida por Computador

CELM - Complexo Estuarino Lagunar Mundaú - Manguaba

CGDE - Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

DF - Distrito Federal

IARA - Ferramenta de Inteligência Artificial usada em uma campanha de escuta

FGV - Fundação Getúlio Vargas

GFDRR - *Global Facility for Disaster Reduction and Recovery*

GRD - Gestão do Risco de Desastres

IASC - *Inter-Agency Standing Committee*

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEI - Microempreendedor Individual

MPF/AL - Ministério Público Federal em Alagoas

MPE - Ministério Público do Estado de Alagoas

OSCs - Organizações da Sociedade Civil

SMAPS - Saúde Mental e Apoio Psicossocial

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

ZEP - Zona Especial de Preservação



SUMÁRIO

1. Apresentação	8
2. Contexto	11
2.1. O desastre socioambiental em Maceió: breve histórico	11
2.2. Danos extrapatrimoniais: conceito e relevância	13
2.3. O Programa Nosso Chão, Nossa História	16
3. Referencial Teórico	18
4. Percurso da Sistematização - Metodologia	29
4.1. Descrição das etapas	29
5. Consolidação dos achados das sínteses de escutas coletivas e individualizadas	55
5.1. Território	56
5.2. Indivíduo	77
5.3. Coletivo	93
6. Síntese analítica interpretativa das categorias	117
6.1. Território	117
6.2. Indivíduo	123
6.3. Coletivo	128
7. Propostas de reparação dos danos extrapatrimoniais	136
8. Considerações finais	150
Referências	154



1. Apresentação

Este Relatório Geral de Sistematização das Escutas sobre os Danos Extrapatrimoniais tem como principal objetivo reunir, analisar e apresentar, de forma integrada, os resultados das escutas coletivas e individualizadas realizadas com as pessoas atingidas pelo desastre socioambiental associado às atividades de mineração em Maceió/AL. As escutas foram promovidas pelo Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE) e operacionalizadas pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), no âmbito do Programa Nosso Chão, Nossa História e da Campanha ECOA, na qual as pessoas atingidas pelo desastre puderam contar suas histórias em interação virtual com a IARA, uma ferramenta de inteligência artificial.

As sínteses das escutas coletivas foram implementadas por múltiplas estratégias, conduzidas por meio de encontros presenciais e atividades participativas com grupos populacionais e segmentos específicos das comunidades atingidas, utilizando metodologias de diálogo aberto e escuta qualificada, com o objetivo de compreender experiências compartilhadas, impactos coletivos e demandas comuns relacionadas aos danos extrapatrimoniais. Os resultados dessas escutas foram consolidados neste documento em forma de síntese analítica interpretativa nas categorias de território, coletivo e indivíduo.

As escutas individualizadas foram realizadas no âmbito da Campanha ECOA, desenvolvida para “fazer com que cada pessoa possa ecoar sua voz e ser ouvida de verdade”, por meio de um canal de comunicação do Programa. As pessoas atingidas pelo desastre socioambiental foram incentivadas a contar suas histórias e a se sentirem acolhidas.

As escutas consolidaram um amplo processo de comunicação com as pessoas atingidas pelo desastre socioambiental em Maceió. Assim, tratou-se de escutas públicas realizadas com moradores(as) e grupos comunitários atingidos pelo desastre socioambiental decorrente da atividade de mineração da Braskem na cidade.

As escutas buscaram compreender, sob a perspectiva das pessoas atingidas, os impactos não materiais decorrentes da perda de vínculos sociais, simbólicos, culturais e afetivos com seus territórios, modos de vida e redes de pertencimento, dimensões que extrapolam o campo financeiro e econômico e configuram o que se denomina danos extrapatrimoniais.



O relatório parte da compreensão de que esses danos se expressam em múltiplos planos: emocional, identitário, individual, comunitário, territorial e simbólico, e que sua reparação exige abordagens interdisciplinares e participativas, baseadas na escuta aberta, no reconhecimento das narrativas locais sobre suas necessidades e aspirações, e na sistematização de evidências que subsidiem propostas de reparação justas, inclusivas e baseadas nas pessoas atingidas.

O Programa Nosso Chão, Nossa História e as escutas realizadas em seu âmbito adotaram a compreensão do princípio de reparação extrapatrimonial do dano socioambiental, uma vez que o desastre não causou somente prejuízos materiais, mas também danos sociais e extrapatrimoniais. A empresa Braskem, nesse contexto, foi responsabilizada a reparar os danos morais coletivos. Este relatório foca nos achados e propostas de reparação no que tange ao campo extrapatrimonial e coletivo.

Nesse sentido, para atingir o objetivo geral deste relatório, as escutas coletivas e individualizadas foram organizadas e interpretadas a partir da metodologia de análise de conteúdo, de modo a identificar e compreender as principais categorias de danos extrapatrimoniais relatados, seus significados e implicações para os processos de reparação, reconstrução de vínculos e recomposição da vida comunitária.



Como objetivos específicos, o relatório visa:

- Organizar e consolidar os materiais provenientes das escutas coletivas e individuais, de forma a garantir representatividade e coerência metodológica na análise dos dados;
- Identificar e classificar as categorias temáticas relacionadas aos danos extrapatrimoniais (como pertencimento, memória, saúde mental, vínculos afetivos, identidade comunitária e espiritualidade);
- Interpretar os conteúdos à luz dos contextos individuais/familiares, coletivos e territoriais das comunidades atingidas;
- Apresentar uma síntese interpretativa dos principais achados dos processos de escuta, por meio de uma análise que inter-relaciona as sínteses de escutas coletivas e individualizadas e as unidades de registro: território, indivíduo e coletivo.
- Apontar evidências e recomendações que contribuam para o desenho de estratégias de reparação, reconhecendo a dimensão subjetiva e coletiva dos danos extrapatrimoniais;
- Subsidiar os atores institucionais (públicos e privados) responsáveis pela implementação das medidas reparatorias, com base nas vozes e percepções das próprias pessoas atingidas.

O relatório destina-se ao Programa Nosso Chão, Nossa História e visa contribuir para o aprimoramento de estratégias e projetos de reparação, com foco na escuta, no reconhecimento das experiências vividas e na promoção de soluções construídas junto às comunidades atingidas.



A intensificação dos eventos de subsidência a partir de 2018 levou ao reconhecimento oficial do desastre e à adoção de medidas emergenciais que culminaram no esvaziamento parcial e progressivo, com o deslocamento forçado de aproximadamente 60 mil pessoas dos cinco bairros mencionados.

Esse processo produziu uma ruptura estrutural no tecido social, afetando redes de convivência, vínculos familiares e comunitários, dinâmicas econômicas locais e práticas cotidianas de uso e apropriação do território. Nesse sentido, os impactos observados extrapolam a dimensão material, alcançando esferas simbólicas, afetivas, identitárias e existenciais, o que evidencia os limites de abordagens centradas exclusivamente na reparação patrimonial (UNOPS, 2025b).

Os territórios afetados caracterizavam-se por infraestrutura urbana consolidada e localização estratégica, ocupando uma área aproximada de 2,4 km² às margens da Laguna Mundaú, no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú–Manguaba (CELMM), em uma zona de transição entre planície e planalto que conforma a paisagem urbana de Maceió. Essa configuração territorial sustentou modos de vida profundamente vinculados à água da lagoa, à pesca, à coleta de mariscos, ao comércio de excedentes entre moradores e visitantes e às expressões culturais que integram o patrimônio social da cidade (UNOPS, 2025b).

A Laguna Mundaú, além de sua relevância ambiental, historicamente sustentou a economia local por meio da pesca e da coleta de mariscos e estruturou práticas culturais e religiosas reconhecidas pelo IPHAN (UNOPS, 2025b). Com o avanço do desastre, esse território passou a se configurar como um espaço de ruptura desses modos de vida, impactando diretamente a memória coletiva, o pertencimento territorial e a identidade das comunidades tradicionais, como a das marisqueiras.

Dentre os efeitos observados, a partir do deslocamento forçado, destacam-se a sobrecarga dos sistemas de mobilidade urbana; a elevação dos preços no mercado imobiliário (Somos Cidade, 2025); a periferização de grupos socialmente vulnerabilizados; os desafios à preservação do patrimônio histórico; o isolamento social de áreas de borda; a ruptura de laços comunitários; o comprometimento das estratégias de geração de renda; e danos ao acesso e à fruição de direitos, bem como acesso a serviços públicos e privados (Nascimento, 2024).

Esses elementos evidenciam a dimensão socioambiental do desastre, bem como seus efeitos imateriais sobre o cotidiano, a cultura, a memória coletiva e a identidade dos



bairros afetados, fragilizando as comunidades tradicionais vinculadas à Laguna Mundaú (Nascimento, 2024; UNOPS, 2025b).

Com a desocupação compulsória, as relações históricas entre a comunidade e seu meio ambiente foram abruptamente interrompidas. Embora o espaço físico tenha sido progressivamente destruído, os significados simbólicos e as memórias associadas a esses territórios persistem de forma mais duradoura, mas também são impactados pelas transformações nas rotinas impostas pelo desastre socioambiental.

A paisagem dos bairros foi profundamente transformada, produzindo uma nova camada de degradação material que, paradoxalmente, reforçou o valor simbólico desses lugares, à medida que tal fenômeno gerou formas de resistência em parte da comunidade. Os bairros em processo de afundamento, atualmente sujeitos à demolição sistemática, passaram a assumir uma função social singular, constituindo-se como espaços de resistência e de contra-apagamento, nos quais se preservam narrativas, memórias e sentidos frente às dinâmicas de apagamento material e simbólico impostas pela exploração mineral (UNOPS, 2025b).

O valor desses territórios, portanto, não se expressa apenas e prioritariamente em sua materialidade presente, mas é complementado pelo que representam para as pessoas atingidas: testemunhos do desastre socioambiental, marcado por apagamentos na memória coletiva e pela falta de suporte às suas práticas culturais. É a partir dessa última perspectiva que o item seguinte se dedica a examinar os impactos extrapatrimoniais, com atenção às questões de identidade e pertencimento das comunidades, sem, contudo, a pretensão de esgotar as possibilidades de reparação, uma vez que a reparação integral se configura como um processo mais amplo.

2.2. Danos extrapatrimoniais: conceito e relevância

Os danos extrapatrimoniais referem-se às perdas que não têm mensuração financeira e econômica direta, mas afetam direitos ligados à dignidade, à personalidade e à vida coletiva, alcançando dimensões afetivas, simbólicas, espirituais, culturais e comunitárias que estruturam o sentimento de pertencimento e identidade das pessoas e dos grupos sociais (Carvalho, 2020).

No campo jurídico, conforme preceitua Moraes (2023), esses danos dizem respeito a prejuízos que não podem ser avaliados financeiramente de forma direta, pois atingem valores essenciais da vida humana, como a integridade psicológica, as relações sociais, a memória e a identidade cultural.



Em termos gerais, distingue-se entre danos patrimoniais, que incidem sobre bens materiais ou econômicos (como a perda da moradia, de renda ou de patrimônio), e danos extrapatrimoniais, também denominados danos morais, que afetam a esfera imaterial e simbólica da existência, como a honra, a imagem, o bem-estar psíquico, a vida comunitária e o vínculo com o território e as diversas práticas de sociabilidade das comunidades ligadas ao mundo do trabalho e do lazer (Milaré, 2020; Bittar, 2021; Moraes, 2023; Tartuce, 2024).

No ordenamento jurídico brasileiro¹, os danos extrapatrimoniais podem assumir caráter individual quando atingem a dignidade ou os direitos da personalidade de uma pessoa, ou coletivo quando afetam comunidades ou grupos sociais, produzindo impactos que extrapolam a experiência individual e comprometem a vida coletiva.

No contexto dos desastres socioambientais, os danos extrapatrimoniais manifestam-se, entre outros aspectos, como:

Dano moral: sofrimento psicológico, angústia, dor e perda de vínculos;

Dano existencial: restrição ou impossibilidade de viver plenamente a vida em sociedade, como no caso do deslocamento forçado e da ruptura do convívio comunitário nos espaços coletivos;

Dano cultural: ameaça ou destruição de tradições, práticas e modos de vida; e **Dano ambiental extrapatrimonial:** perda do vínculo com o território, com a natureza/meio ambiente e com os espaços de referência simbólica (UNOPS, 2025b).

No caso dos bairros/territórios afetados em Maceió, essas perdas assumem especial relevância por envolverem comunidades urbanas com fortes vínculos históricos, culturais e de vizinhança, cuja vida cotidiana foi abruptamente desestruturada. O deslocamento compulsório das famílias não implicou apenas a perda da casa, mas também a ruptura do tecido social e simbólico que sustentava suas existências: os vizinhos, as festas comunitárias, os espaços religiosos, a escola dos filhos, o comércio de bairro, os lugares de memória e afeto, como a rua, a praça ou a árvore da infância (UNOPS, 2025b).

Esses processos geraram sofrimento emocional, saudade dos lugares e das memórias coletivas, enfraquecimento das redes de apoio mútuo e uma profunda sensação de desenraizamento decorrente da desterritorialização forçada (CFP, 2025; Miranda, 2024; UNOPS, 2025b).

¹ CF/1988 - art. 5º, V e X; art. 225; Lei federal nº 10.406/2002 (Código Civil): arts. 11 a 21; art. 186; art. 927; art. 944; Lei federal nº 6.938/1981 (PNMA): art. 14, § 1º; Lei federal nº 7.347/1985 (ACP): art. 1º, caput e IV; Lei federal nº 8.078/1990: art. 6º, VI; Lei federal nº 12.608/2012; Lei federal nº 13.467/2017: arts. 223-A e 223-G (incluídos na CLT).



Ainda no campo jurídico, a compreensão dos danos extrapatrimoniais requer reconhecer o dano também em sua dimensão ética, entendida como a violação de valores fundamentais da vida humana, tais como a dignidade, o pertencimento territorial, a memória, a identidade e o reconhecimento social.

Nessa perspectiva, os danos extrapatrimoniais não se limitam a prejuízos de ordem subjetiva individual, mas expressam a ruptura de condições essenciais para a existência digna e para a reprodução social dos sujeitos e coletividades e podem ser compreendidos como danos de natureza ética na medida em que atingem valores existenciais, a dignidade da pessoa humana, a identidade e as condições de autodeterminação dos indivíduos e grupos sociais (Cavaliere Filho, 2010; Moraes, 2003), concluindo-se que essa fundamentação jurídica é aplicável ao contexto do Programa.

Identificar, reconhecer e sistematizar essas perdas é essencial para a reparação de danos extrapatrimoniais. Isso implica conferir centralidade às narrativas das pessoas atingidas, valorizando suas experiências, sentimentos e memórias como fontes legítimas de conhecimento e como referenciais para a formulação de ações reparatórias mais efetivas.

Assim, reparar os danos extrapatrimoniais em desastres socioambientais é tão fundamental quanto indenizar os danos materiais, pois visa preservar e reconstruir a dignidade, a cultura, a memória e a vida comunitária das pessoas atingidas e dos territórios afetados.



2.3. O Programa Nosso Chão, Nossa História

O Programa Nosso Chão, Nossa História foi criado no contexto do desastre socioambiental, a partir do Acordo Socioambiental, firmado na Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000 (Brasil, 2019), em dezembro de 2020, entre o Ministério Público Federal em Alagoas (MPF/AL), o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE) e a Braskem S.A., como resposta ao afundamento do solo nos bairros de Maceió provocado pela extração de sal-gema.

O acordo previu a destinação de R\$ 150 milhões para o financiamento de projetos de reparação de danos extrapatrimoniais, também denominados danos morais coletivos, que extrapolam as perdas materiais e financeiras, e atingem dimensões sociais, culturais, psicológicas e comunitárias da vida das pessoas atingidas.

O Programa organiza suas ações com base em iniciativas de escutas coletivas e individualizadas das pessoas atingidas, reconhecendo que a compreensão dos danos extrapatrimoniais exige o diálogo direto com quem vivenciou a ruptura de seu território, de suas redes de convivência e de suas histórias de vida. Sua proposta é valorizar a memória e a trajetória coletiva dos bairros afetados, oferecendo um espaço de reconstrução simbólica, social e emocional. Por meio de metodologias participativas e interdisciplinares, o Programa busca documentar, sistematizar e dar visibilidade às experiências das pessoas atingidas, contribuindo para os processos de reparação.

Para assegurar a gestão democrática e participativa dos recursos, no âmbito do citado Acordo Socioambiental, foi criado o Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE), composto por representantes da população atingida e de órgãos públicos (Nosso Chão, 2025). O CGDE é responsável por gerenciar os recursos do acordo, definir a aplicação dos valores destinados à reparação, garantir a participação social na definição das prioridades, promover a transparência e a prestação permanente de contas à sociedade.

Trata-se de um modelo de governança participativa, que busca assegurar que as ações de reparação contribuam para o fortalecimento de condições de equidade social, das comunidades e da ampliação das condições de desenvolvimento humano.

O Programa Nosso Chão, Nossa História é operacionalizado pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), em parceria com Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Os projetos de reparação são definidos de forma participativa



no âmbito do CGDE, com apoio técnico especializado do UNOPS, selecionados por meio de editais públicos, implementados por organizações parceiras, e monitorados e avaliados quanto aos seus resultados reparatórios.

O desenvolvimento do Programa está estruturado por gerações de projetos, definidos a partir de processos contínuos de escuta e atualização das demandas das pessoas atingidas. Além de seu caráter reparatório, o Programa Nosso Chão, Nossa História cumpre um papel importante ao afirmar o direito à memória e ao pertencimento como dimensões da reparação de danos extrapatrimoniais.

As escutas realizadas no âmbito do Programa configuram um processo coletivo ou individualizado de registro e sistematização das narrativas das pessoas atingidas. Esse processo busca compreender as experiências relatadas, incluindo aspectos humanos e simbólicos, com base nas informações reunidas nos documentos-síntese das escutas. A sistematização apresentada neste relatório busca traduzir essas vozes em conhecimento estruturado, sem perder a sensibilidade e a singularidade de cada relato. Dessa forma, contribui para orientar a formulação de medidas de reparação de danos extrapatrimoniais.



3. Referencial Teórico

O presente referencial teórico analisa o desastre socioambiental em Maceió, Alagoas, sob a ótica das categorias “espaço”, “território”, “lugar” e “não-lugar” da geografia, assim como sob os elementos da psicologia social crítica. Parte-se da premissa de que a saúde mental não é um estado individual isolado, mas uma construção intrinsecamente dependente da estabilidade e previsibilidade do ambiente físico e social. Tal ambiente, e seus usos sociais, permitem que as comunidades tenham saúde e bem-estar, com ausência de doenças, e, em um estado mais amplo, permitem a construção desses laços e vínculos simbólicos.

Com isso, o evento provocado pela mineração de sal-gema não pode ser reduzido a um acidente geológico, pois ele representou também uma ruptura biográfica e um processo de desestruturação dos territórios das comunidades com efeitos psicossociais crônicos. A análise estritamente econômica, focada em indicadores financeiros e cálculos de metros quadrados, mostra-se limitada para abarcar a totalidade dos impactos envolvidos, especialmente no que se refere às dimensões associadas aos danos de natureza extrapatrimonial.

É a partir desse enquadramento que a análise se ancora nos conceitos de justiça ambiental (Acセルrad, 2010) e racismo ambiental (Bolin; Kurtz, 2018), que permitem compreender como vulnerabilidades sociais e raciais condicionaram tanto a exposição diferenciada ao risco quanto o acesso desigual aos processos de reparação. Os bairros afetados pelo desastre socioambiental como Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol, configuram-se também como elementos para um entendimento à luz de algumas categorias geográficas, avaliando os processos socioambientais e os danos extrapatrimoniais em sua totalidade, o que permite observar os fenômenos físicos como os geológicos, associados às cidades e indústrias, além de outras atividades socioeconômicas, interagindo com práticas sociais e políticas.

A reflexão sobre a categoria espaço é a mais abrangente e necessária. O entendimento desta categoria geográfica permite a análise da condição de existência dos objetos e das pessoas, ou seja, a dimensão relacional em que ocorrem os fenômenos da natureza/meio ambiente e da vida social em conjunto. Com isso, nessa abordagem, o espaço deixa de ser pensado como associado a um local físico e à extensão locacional, e passa a ser pensado pelas relações sociais, econômicas e culturais que o produzem e o modificam. Nele, ocorre um sistema de objetos (as obras tecnológicas e remanescentes da natureza) associados a um sistema de ações (estas conduzem à



organização daqueles objetos). No caso dos bairros de Maceió, os objetos técnicos (construções) foram desestabilizados pelo sistema de ações de uma empresa ao extrair o sal-gema do subsolo.

Na geografia contemporânea, o espaço é compreendido como totalidade, resultado da interação indissociável entre objetos naturais, mesmo que modificados pela sociedade, e objetos fabricados ou técnicos. Essa totalidade é sempre histórica e dinâmica: o espaço revela, ao mesmo tempo, o passado, o presente e as possibilidades de inferir o futuro. Ele é o cenário e, simultaneamente, o produto das transformações sociais. Assim, o espaço não é um simples receptáculo ou meio físico, mas um sistema de objetos e de ações que se articulam em movimento contínuo, manifestando formas, funções, estruturas e processos.

No caso dos bairros afetados, o deslocamento forçado não apenas altera o espaço físico das comunidades, mas reconfigura relações sociais, percepções de segurança, entre outros fatores. E a análise destas condições é fundamental para o entendimento dos danos extrapatrimoniais das comunidades.

Para compreender esses fenômenos, a partir da obra do geógrafo Milton Santos (2006), o espaço é entendido como um produto social, expressão material e simbólica das relações entre a sociedade e o meio no qual essa sociedade (ou comunidade) se insere. Essa relação é dialética: a sociedade transforma o meio, e o meio, por sua vez, condiciona e influencia a sociedade. Para o entendimento desses fenômenos, Santos (2006) propõe quatro subcategorias fundamentais de análise do espaço: forma, função, estrutura e processo, que permitem compreender sua constituição e dinâmica.

Assim, a concepção de espaço não pode ser reduzida à materialidade ou à paisagem visível; o termo é uma construção histórica que reflete interesses, conflitos e práticas sociais. Cada modificação espacial corresponde a uma forma específica de organização social, econômica e política, organização essa que, na área dos bairros afetados, teve uma ruptura em seus processos cotidianos, com o evento catastrófico produzido pelas atividades de mineração.

A forma espacial é o aspecto visível e exterior dos objetos e arranjos espaciais, ou seja, a aparência concreta do espaço e sua configuração material. É o padrão de ordenação que resulta das práticas humanas e das condições naturais. No entanto, como adverte Darby (1983), “a cena do visível não pode oferecer a soma total dos fatores que a afetam”; e como observa George (1973), “o invisível, muito mais do que o visível, questiona a estabilidade das construções antigas”.



Assim, compreender o espaço requer ir da aparência à essência, do visível ao invisível, isto é, desvendar as relações e forças que se ocultam por trás da paisagem. Nesse sentido, nos bairros afetados, a aparência e a essência do espaço foram profundamente alteradas: ruas com afundamentos, casas interditadas e infraestrutura danificada. A forma revela tanto a base física da paisagem quanto as consequências das decisões humanas de ocupação e planejamento urbano.

A função refere-se ao papel desempenhado por cada elemento dentro do conjunto espacial. Toda forma contém uma função, um uso, um significado, uma tarefa social que lhe dá sentido e razão de ser. Por isso, “todo espaço é uma forma-conteúdo”: a forma só existe em relação aos usos e significados que nela se materializam e que garantem sua permanência (Santos, 1996). Quando a função se transforma, a forma tende também a se modificar, revelando a historicidade do espaço.

Nos bairros afetados, escolas, mercados e áreas de lazer tiveram suas funções comprometidas e interrompidas. Os deslocamentos forçados alteraram os fluxos cotidianos, tornando visíveis as tensões entre o espaço construído, o espaço vivido e o espaço ameaçado.

A estrutura espacial corresponde à matriz social, econômica e política que organiza e sustenta as formas e funções. Ela reflete as relações de poder (territoriais, como se verá adiante) e as forças produtivas que atuam em determinado momento histórico. Desvendar a estrutura espacial implica identificar os atores, interesses e fatores sociais, políticos, econômicos e/ou naturais que produzem e mantêm aquele espaço.

A estrutura confere coerência interna ao sistema espacial, mas é igualmente dinâmica, sujeita às transformações impostas pelos processos históricos. Nos bairros afetados, a vulnerabilidade social e a desigualdade evidenciam como a estrutura espacial organiza quem é mais ou menos atingido pelos riscos impostos pela empresa, além de indicar os atores que detêm poder de decisão e controle sobre o território.

Assim, os processos espaciais representam as ações contínuas que operam modificações no tempo e no espaço. São eles que imprimem dinamismo à estrutura, às funções e às formas, articulando o movimento entre o passado e o presente. Os processos traduzem a ação humana e da sociedade sobre o espaço, expressando tanto a reprodução das relações existentes quanto as forças de mudança que as desafiam.

Nos bairros afetados, o deslocamento forçado das famílias e a reconfiguração urbana demonstram os processos que articulam passado, presente e futuro, transformando severamente as relações de proximidade, pertencimento e uso social. Dessa maneira,



o espaço geográfico é simultaneamente condição, meio e produto da sociedade. Ele não é apenas o palco onde os fatos ocorrem, mas parte constitutiva desses próprios fatos.

Ao reunir objetos, ações, formas e significados, o espaço torna-se expressão material das contradições e potencialidades humanas. Seu estudo exige, portanto, compreender o entrelaçamento entre natureza/ambiente, técnica e sociedade, reconhecendo que as transformações espaciais são inseparáveis dos processos históricos e das relações de poder que as sustentam.

Compreender os danos extrapatrimoniais dos bairros afetados pelas atividades de mineração em Maceió exige o entendimento dessas relações e a avaliação das representações e materialidades da sociedade com seu meio, destacando as relações de poder que incidem na área. Com isso, o espaço também é complementado por outra categoria geográfica: o território.

O geógrafo suíço Claude Raffestin (1993) oferece uma das formulações mais densas e influentes sobre a categoria território, estabelecendo-o como uma produção social mediada por relações de poder e por sistemas simbólicos. Para o autor, compreender o território exige, antes de tudo, distingui-lo do espaço: o espaço é anterior e dado em suas formas e objetos, enquanto o território é produzido como resultado de um processo de apropriação material e simbólica por parte de atores sociais (semelhante às ideias de estrutura espacial de Milton Santos). Assim, o território é o espaço transformado por atores e atrizes em função de um projeto, de uma ação, de uma intenção.

A passagem do espaço ao território se dá pelo que o autor denomina ato de territorialização, um processo ativo de apropriação que pode ocorrer de modo concreto (pela ocupação física) ou abstrato (pela representação e dominação). Toda ação territorial é também produção de um espaço social, resultante de redes, fluxos e circuitos (econômicos, comunicacionais, simbólicos) que configuram o espaço e o tornam inteligível.

A territorialidade humana é, assim, confrontada com a necessidade de reorganização espacial emergencial. O território usado deixa de ser apenas suporte de práticas cotidianas e se torna cenário de conflitos, adaptações e resistência comunitária, como pode ser observado pela resistência organizada por algumas lideranças dos bairros afetados em Maceió.



Essa produção territorial está sempre vinculada a relações de poder. Territorializar significa organizar, controlar e representar o espaço de acordo com certos objetivos. Por isso, Raffestin (1993) descreve o território como uma construção relacional e intencional, em que cada representação espacial já é uma forma de poder. Representar é dominar, pois projetar uma imagem ou um modelo do espaço, seja um mapa, um plano ou uma narrativa, é também impor uma ordem, um modo de ver e de agir sobre ele.

O território, assim, não é uma simples superfície geográfica, mas um sistema relacional composto por tessituras (malhas), nós (pontos) e redes (linhas). Esses elementos constituem o que o autor chama de sistema territorial, expressão visível das práticas espaciais e das estratégias dos atores e atrizes que desempenham um projeto. Cada sociedade organiza seu território por meio dessas estruturas, que traduzem tanto as relações funcionais (econômicas, administrativas e técnicas) quanto às relações simbólicas (identitárias, culturais e afetivas).

Nos bairros afetados em Maceió, o território das comunidades foi desestruturado: o fato de o afundamento dos bairros ter gerado, intencional ou não, uma territorialização da área pela mineradora, que deflagrou ações de apropriação, uso e representação do espaço (bairros afetados). As comunidades foram desterritorializadas, expondo conflitos entre interesses corporativos, governamentais e comunitários.

A noção de territorialidade das comunidades necessita ser explorada neste contexto. A territorialidade, para Raffestin (1993), corresponde à dimensão vivida e relacional do território. Enquanto o território é o produto concreto e representável das ações humanas, a territorialidade diz respeito à maneira como os indivíduos e grupos vivem, percebem e praticam essas relações com o espaço. Trata-se de uma dimensão existencial e simbólica, na qual se entrelaçam poder, identidade, pertencimento e uso. É nesse contexto que os danos extrapatrimoniais também se inserem e a territorialidade das comunidades é comprometida.

Assim, a territorialidade humana é um fenômeno complexo e multidimensional, que se expressa nas relações de produção, de comunicação e de dominação. É também um processo dinâmico e histórico, sujeito a variações de escala, tempo e contexto social. Com isso, para entender os danos extrapatrimoniais nos bairros afetados, é importante compreender a “face vivida” do poder, como indicava Raffestin (1993), em que toda apropriação espacial - seja ela econômica, política ou simbólica - supõe assimetria entre atores.



Com isso, o território é sempre resultado de uma *práxis*, isto é, de uma ação socialmente situada que envolve intencionalidade, mediação simbólica e relações de poder. Ele não é apenas um recorte no espaço físico, mas um campo de forças em que se entrelaçam ações, representações e conflitos.

A partir desse entendimento sobre território, Haesbaert (2004) aprofunda a discussão e propõe uma leitura multidimensional sobre essa categoria, destacando suas vertentes simbólica, política e econômica. Para o autor, o território é simultaneamente material e simbólico, abarcando dimensões do poder, da cultura e da economia.

A vertente simbólica refere-se à apropriação cultural e identitária do espaço. Inspirando-se em Godelier, Haesbaert (2004) afirma que o território é um signo cultural, cujo significado decorre dos códigos simbólicos e das representações que uma sociedade projeta sobre ele. Essa dimensão vincula-se às abordagens da geografia cultural, nas quais o território se associa à identidade, ao pertencimento e às relações afetivas e espirituais com o espaço, ou o lugar, como apresentado adiante.

A vertente político-econômica compreende o território como espaço de poder e conflito, produzido e controlado por agentes hegemônicos em detrimento dos hegemonizados. Nessa perspectiva, o território é recurso e abrigo para os grupos dominantes que dele extraem valor econômico, enquanto no caso do desastre socioambiental as comunidades dos bairros afetados são atores hegemonizados, que tentam resistir nos alvéolos espaciais destes bairros, buscando um abrigo e alguma afirmação de seus modos próprios de vida.

Admitindo essas informações, no dizer de Souza (1995), o território é concebido como um campo de forças, uma teia de relações sociais marcada por disputas e delimitações entre grupos. Essa visão destaca o caráter relacional e conflituoso do território, compreendido como produto da interação entre membros de uma coletividade e os “outros”, aqueles considerados externos a ela.

Para compreender os danos extrapatrimoniais nos bairros afetados em Maceió, essa interação entre membros de uma coletividade torna-se importante, ou seja, antes da visibilização do desastre socioambiental, e mesmo durante a crise instalada, é necessário compreender como essas comunidades construíram suas territorialidades e como geraram sentimentos de pertencimento e de identidade na área. Trata-se de lançar luz sobre os vínculos de uso e de afetividade dessas comunidades com seus elementos materiais e simbólicos.



Esses vínculos estão associados a processos de identidade coletiva, formados por elementos culturais que dão unidade a um grupo, tais como valores, crenças, religião, família, memória e até patriotismo. A categoria geográfica lugar é a que procura compreender melhor esses laços ou vínculos. O lugar é o conjunto de elementos espaciais apropriados por um grupo social, nos quais se concentram sensações de prazer, segurança e afetividade. A forma espacial materializada na arquitetura, nas paisagens ou nos traçados urbanos, atua como suporte para a vivência social, mas é a experiência que a reveste de sentido, tornando-a um lugar vivido.

A topofilia, conceito desenvolvido por Yi-Fu Tuan (2012), expressa essa relação afetiva e simbólica com o meio. Ela refere-se ao estudo das percepções, atitudes e valores que os seres humanos desenvolvem em relação aos espaços em que vivem ou usam. Esses laços variam em intensidade, sutileza e modo de expressão, podendo manifestar-se como respostas estéticas - a apreciação de uma paisagem -, táteis - o contato com a água, o vento ou a terra -, ou emocionais - as lembranças e reminiscências que são associadas a um ambiente.

Assim, a categoria lugar expressa acontecimentos emocionais, e a forma geográfica torna-se mediadora entre o corpo, a memória e o mundo. Nos bairros afetados, lares, praças e áreas de convivência, como em Pinheiro e Mutange, deveriam representar referências emocionais e sociais para os moradores. O esvaziamento destes bairros com a população sendo forçada a migrar deve ter gerado a perda do espaço vivido, com comprometimento do enraizamento (topofilia) das comunidades e de sua sensação de pertencimento. A confiança básica na continuidade da vida cotidiana e na estabilidade do mundo material é o que Giddens (1991) denomina como segurança ontológica. É a "fé cega" de que o solo sob nossos pés não irá ceder. Mas, em Maceió, essa confiança foi profundamente abalada, diante da degradação gerada pelo desastre.

Diferente de catástrofes súbitas, este desastre configura-se como um processo de degradação gradual e prolongado, conforme descrito por Erikson (1994) e Das (2007), que se acumula ao longo de anos, transformando a temporalidade da vida em um estado de alerta permanente. Como apontam Erikson (1994) e Das (2007), não se trata apenas de um evento pontual, mas de uma experiência que se acumula no tempo, corroendo lentamente as bases da vida cotidiana e reconfigurando a relação das pessoas com o espaço, o tempo e a própria ideia de normalidade.

Assim, a vida deixa de ser orientada por expectativas de estabilidade e passa a ser marcada por uma temporalidade suspensa, atravessada por incertezas e por um



estado de alerta permanente que redefine, de forma contínua, as condições de existência. Trata-se de um estado de alerta vivenciado por aqueles que permaneceram em seus bairros de origem, atormentados pelo estigma de que os problemas e os aprofundamentos podem continuar a ocorrer, dificultando ou encerrando as possibilidades de terem aspirações sobre um mundo melhor.

A transição traumática da "casa como refúgio" para a "casa como armadilha" gera o que Van der Kolk (2014) descreve como a biologia do trauma. O psiquismo, privado de seu ancoradouro fundamental, entra em um estado de hipervigilância, no qual rachaduras físicas se traduzem em fissuras metafísicas do "eu". A exposição contínua ao risco eleva os níveis de cortisol e precipita uma paralisia decisória.

Com isso e, inspirada na noção de trauma psicossocial de Martín-Baró (1990), essa ruptura não se limita ao corpo individual. Quando a casa deixa de ser abrigo e passa a representar ameaça, fragilizam-se também os vínculos e o sentido de pertencimento. O trauma, assim, inscreve-se não apenas na biologia, mas na memória coletiva, nas rotinas interrompidas e na confiança abalada, atravessando corpos, territórios e relações.

As redes informais de solidariedade funcionam como sistemas vitais de proteção. A dissolução dessas redes representa a perda do capital social (Putnam, 2000) e das formas de capital (Bourdieu, 1986), tecidas ao longo de décadas.

A memória coletiva (Halbwachs, 2003; Ricoeur, 2007) constitui um direito humano fundamental. No contexto do desastre, observa-se a imposição de um processo de esquecimento forçado, no qual a demolição de marcos territoriais e simbólicos tende a neutralizar o conflito por meio da supressão da memória.

Reforçando essas ideias, como aponta Ecléa Bosi (1994), a memória é trabalho vivo que sustenta identidade e dignidade; quando os lugares desaparecem, fragilizam-se também as narrativas e os vínculos que dão continuidade à experiência coletiva. Recordar, assim, torna-se ato de resistência ao apagamento.

O surgimento das chamadas "cidades-fantasma" remete à experiência do "inquietante" descrita por Freud (2011c), em que aquilo que antes era familiar passa a ser percebido como fonte de estranhamento e insegurança. Nessa configuração, os bairros passam a operar como espaços socialmente esvaziados, configurando uma forma de morte social de lugares que, embora ainda existam fisicamente, permanecem como ruínas desprovidas de vida comunitária.



Esse esvaziamento simbólico não se limita à experiência subjetiva das pessoas atingidas, mas é também reforçado por formas de gestão territorial que desconsideram os sentidos sociais, culturais e produtivos inscritos nesses espaços. Nessa perspectiva, critica-se o modelo de governança que trata o território como um "vazio técnico" (Scott, 1998), ignorando os saberes locais que estruturam a relação cotidiana das comunidades com o espaço.

Para os “Povos da Lagoa”, a degradação do ecossistema do sururu representa a desarticulação de sua biografia produtiva e dos modos de existência a ela associados. Na ausência de rituais de encerramento ou de validação pública das perdas, o sofrimento psíquico tende a se prolongar, permanecendo como uma experiência não elaborada coletivamente. Nessa perspectiva, a reparação extrapatrimonial torna-se inviável sem o reconhecimento da dimensão simbólica do território, o que exige enfrentar a forma desigual como esses danos se distribuem entre os diferentes grupos sociais.

A relação entre saúde e topofilia reforça a compreensão de que o bem-estar físico e emocional amplia a sensibilidade das pessoas em relação ao ambiente. Em contextos de estabilidade, a percepção da beleza e da harmonia do entorno tende a se manifestar de forma mais intensa e significativa. A familiaridade com o espaço desempenha papel central nesse processo: o lar, o bairro e a vizinhança constituem uma rede de afeição e proteção que contribui para a organização da vida emocional. O vínculo com a terra natal expressa, nesse sentido, uma relação afetiva construída historicamente com o espaço, sendo o bairro, enquanto unidade social e simbólica, o fundamento para o desenvolvimento do sentimento de identidade e pertencimento.

Alguns espaços de lazer, como aqueles existentes no bairro de Bebedouro, integravam as dinâmicas cotidianas de convivência e bem-estar das comunidades. A intensificação do risco geológico e os processos de deslocamento forçado de parte da população comprometeram essas experiências, produzindo efeitos diretos sobre o equilíbrio psicológico dos moradores. A redução das vivências associadas ao prazer e à segurança no ambiente contribuiu para o enfraquecimento dos laços afetivos com o território e para a produção de danos extrapatrimoniais vinculados à perda do espaço vivido.

A análise da categoria lugar e de sua gênese é, portanto, fundamental para compreender as dimensões simbólicas, estéticas e identitárias que moldam o espaço. A identidade de um lugar resulta tanto da permanência das relações sociais e culturais quanto do movimento que as transforma. Os ritmos de mudança interferem na



imagem e na percepção dos lugares, dificultando, às vezes, sua definição, mas também renovando sua vitalidade simbólica.

Com isso, no contexto de Pinheiro, Mutange e Bebedouro, a topofilia é confrontada com a realidade do risco gerado: lares e áreas de lazer, antes fontes de memória, identidade e proteção, tornaram-se locais de ansiedade, deslocamento e insegurança. O estudo desses vínculos permite compreender o impacto emocional e social do desastre, bem como a resistência dos moradores em manter laços comunitários, ou seja, os danos extrapatrimoniais.

Certos espaços, como praças, igrejas e áreas próximas à orla, concentravam afetividade e memória, funcionando como referências de identidade. A ruptura desses lugares evidencia a vulnerabilidade de comunidades a fenômenos gerados pela empresa, mostrando como o espaço vivido pode ser profundamente reconfigurado por eventos socioambientais.

Também é importante analisar nesse sentimento de ruptura emocional a ideia de “não-lugares”, na ótica das comunidades que, seja aquelas que tiveram seu deslocamento forçado para outros bairros, desterritorializando-se de seus antigos bairros e chegando em um novo bairro sem nenhum vínculo; seja para aqueles que permaneceram nos próprios bairros afetados, que degradados podem ter gerado um esgarçamento das relações topofílicas e um sentimento de “não-lugar”.

Marc Augé (2012), antropólogo francês, desenvolveu o conceito de “não-lugar” como uma categoria analítica para compreender as transformações espaciais e sociais da sociedade contemporânea globalizada. Sua reflexão parte da distinção entre “lugar antropológico”, um espaço identitário, relacional e histórico, e “não lugar”, caracterizado pela ausência dessas dimensões (Augé, 2012).

Nos lugares antropológicos, o espaço é vivido como referência cultural e comunitária: nele se constroem laços, memórias e identidades, como os já destacados. Já os não-lugares são espaços destituídos dessas relações. Assim, a ideia de “não-lugar” não designa apenas um espaço físico, mas uma condição existencial contemporânea. Nesses ambientes, o indivíduo não é membro de uma comunidade, mas um passageiro, um consumidor ou um usuário temporário, cuja identidade foi perdida.

Assim, o “não-lugar”, segundo Augé (2012), expressa a solidão da pessoa moderna, que se move entre fluxos de informações e mercadorias, perdendo o vínculo com o outro e com o próprio espaço. Essa perspectiva permite analisar, nos bairros afetados, como o deslocamento compulsório e a emergência institucional transformam a



experiência do espaço. O cotidiano das famílias nos bairros para os quais migraram (ou mesmo das famílias que permaneceram em seus bairros originais) pode ter apresentado mudanças nas relações sociais compartilhadas, passando para interações mediadas por protocolos, registros e normas técnicas, evidenciando a contradição entre liberdade individual e perda de pertencimento coletivo.

Nos “não-lugares”, a subjetividade e a liberdade individual substituem o “sentido social” característico dos lugares tradicionais. Se, nos espaços de sociabilidade, prevalecia o coletivo e o compartilhado, nos “não-lugares” o que domina é o anonimato e o isolamento. Essa substituição, segundo Augé (2012), não representa apenas uma mudança arquitetônica, mas uma transformação profunda da experiência humana, em que o espaço público se esgarça, ficando desprovido de relações coletivas, com conexões entre os grupos sociais, nas quais a sensação de vazio parece dominar: um mundo de conexões rápidas, solidão compartilhada e identidades flutuantes. Nos bairros impactados, abrigos temporários, espaços de acolhimento emergencial e hotéis utilizados para alojamento provisório podem ter se configurado como não-lugares: ambientes transitórios, impessoais, onde a identidade comunitária é temporariamente desarticulada.

Essas foram, portanto, as bases teóricas que sustentam o presente relatório, articulando as categorias geográficas de Espaço, Território, Lugar e Não-Lugar para compreender os impactos do desastre socioambiental em Maceió. A partir de autores como Milton Santos (1996; 2006), Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2004), Yi-Fu Tuan (2012) e Marc Augé (2012), buscou-se interpretar os fenômenos socioespaciais que atravessam os bairros afetados - Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol - evidenciando como as práticas econômicas e políticas reconfiguraram o espaço vivido, romperam territorialidades e fragilizaram vínculos afetivos e identitários das comunidades.

Essa base teórica permite compreender o desastre não apenas como evento físico e técnico, mas como processo histórico, social e simbólico, revelador das relações de poder, das desigualdades territoriais e dos danos extrapatrimoniais sofridos pelas populações atingidas.



4. Percurso da Sistematização - Metodologia

4.1. Descrição das etapas

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para a sistematização das escutas coletivas e individualizadas realizadas com as pessoas atingidas pelo desastre socioambiental associado às atividades de mineração em Maceió/AL, estas que representam o universo de análise do presente relatório.

A operacionalização das escutas coletivas e individualizadas contou com o suporte do corpo de especialistas do Programa nas áreas de Saúde Mental, Cultura, Raça e Etnia, Esporte, Religião, Trabalho e Gestão da Informação, o que permitiu uma implementação multidisciplinar comprometida com a consistência técnica e a abrangência participativa dos processos de escuta conduzidos ao longo do projeto.

As estratégias de coleta foram desenhadas para garantir amplitude, diversidade e representatividade dos indivíduos e grupos diretamente atingidos pelo desastre socioambiental, contemplando diferentes segmentos: sociais, culturais, religiosos, econômicos e esportivos. Foram aplicados instrumentos de análise participativa, tais como grupos focais, escutas coletivas e individualizadas, e utilizados os achados dos relatórios de campo (sínteses), permitindo a obtenção de informações consistentes para subsidiar as análises e propostas de reparação dos danos extrapatrimoniais apresentadas neste documento.

O Quadro 1 a seguir consolida, de forma sintética, as principais fontes e instrumentos utilizados no *corpus* deste estudo, bem como os objetivos específicos associados a cada um deles, assegurando transparência metodológica e coerência entre as etapas de coleta, tratamento, análise e proposição.



Quadro 1: Corpus, fontes, instrumento de coleta e objetivo das sínteses de escutas

Corpus	Fontes e Instrumento de coleta	Objetivo
Síntese da Escuta de Grupos Prioritários definidos pelo Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE). (UNOPS, 2024a)	Fontes: Comunidades atingidas (crianças, idosos, Povos da Lagoa, grupos religiosos etc.). Instrumentos: Rodadas de conversas e dinâmicas em grupos focais.	Analisar os impactos do desastre socioambiental nos diferentes grupos sociais definidos pelo CGDE, destacando perdas materiais, simbólicas e culturais, e os desafios de adaptação e reconstrução comunitária.
Síntese da Escuta do segmento de Cultura (UNOPS, 2025d)	Fontes: Fazedores e trabalhadores da cultura atingidos pelo desastre (mais de 25 participantes). Instrumentos: Escutas coletivas por meio de roda de conversa e reuniões participativas.	Compreender os efeitos do desastre sobre fazedores e trabalhadores da cultura, identificando demandas e propondo linhas de reparação e fortalecimento das ações culturais coletivas.
Síntese da Escuta do segmento de Esporte (UNOPS, 2025e)	Fontes: Moradores, atletas, agentes esportivos e sociedade civil (29 participantes). Instrumentos: Entrevistas, escutas públicas e levantamentos participativos.	Produzir subsídios para o planejamento de reparações dos danos morais e extrapatrimoniais no campo esportivo, orientando ações para comunidades e órgãos gestores.
Síntese da Escuta sobre Raça e Etnia (UNOPS, 2025c)	Fontes: Representantes de comunidades negras e movimentos étnicos (20 participantes). Instrumentos: Escuta pública e reuniões em rede.	Promover a participação social e identificar demandas específicas para orientar projetos de reparação voltados a raça e etnia, fortalecendo redes e iniciativas colaborativas.



Corpus	Fontes e Instrumento de coleta	Objetivo
Síntese da Escuta sobre Prática da Religião (UNOPS, 2025f)	Fontes: Comunidades e lideranças de diferentes tradições religiosas (mais de 80 participantes nas ações). Instrumentos: Celebrações inter-religiosas e escutas comunitárias.	Avançar na reparação de danos extrapatrimoniais ligados à fé por meio de oficinas, celebrações e escutas inter-religiosas, fortalecendo memória, identidade e vínculos comunitários.
Síntese da Escuta do Mapeamento de Empreendedores (as) e Trabalhadores (as) (UNOPS, 2024b)	Fontes: Trabalhadores informais (194), marisqueiras (5), pescadores (2) e MEIs (94) atingidos Instrumentos: Questionário estruturado em formulário digital e sistematização.	Fornecer base diagnóstica para ações de recuperação econômica e inclusão produtiva de trabalhadores atingidos, analisando impactos, vulnerabilidades e estratégias.
Banco de Dados da IARA (UNOPS, 2025g)	Fontes: 4.759 interações e observações de campo associadas a ferramenta digital IARA. Instrumentos: escutas em interações e registros padronizados de campo com inteligência artificial.	Reunir registros e narrativas, assegurando continuidade metodológica e suporte analítico aos projetos de reparação extrapatrimonial.

Fonte: os autores (2026), baseado nas informações das sínteses de escutas do Programa Nosso Chão, Nossa História (2025).



A seguir, apresentam-se as escolhas metodológicas envolvidas na condução de cada uma das escutas realizadas.

4.1.1. Escutas coletivas e individualizadas

As **escutas coletivas** alcançaram 12 grupos populacionais considerados prioritários para o Programa e 5 segmentos diretamente impactados: cultura, religião, esporte, raça/etnia e empreendedorismo/trabalho informal. As respectivas estratégias de escuta coletiva foram:

- **Escuta em grupos com abordagem participativa e afetiva:** desenvolvida para acolher grupos e comunidades em contextos de vulnerabilidade, perda ou reconstrução coletiva. A estratégia combinou escuta sensível, vivências lúdicas e expressivas com a valorização das memórias, afetos e histórias compartilhadas das pessoas envolvidas. Por meio da estratégia foi possível identificar danos simbólicos e emocionais causados pelos impactos do desastre e propostas de apoio comunitário por grupo. Fizeram parte da estratégia de escuta os grupos: trabalhadores e trabalhadoras, pessoas LGBTQIAPN+, crianças, adolescentes, jovens, pessoas negras, representantes religiosos, mulheres, pessoas com deficiência (PCDs), pessoas idosas, fazedores de cultura, agentes dos esportes, povos da Lagoa e voluntários/as.
- **Rodas de conversas com representantes dos segmentos de cultura, religião e esporte:** a estratégia combinou acolhimento coletivo, escuta sobre os impactos vivenciados, o reconhecimento do dano extrapatrimonial e propostas de projetos de reparação nos respectivos segmentos.
- **Roda de conversa sobre raça/etnia no contexto do desastre socioambiental com representantes de movimentos sociais e instituições:** que atuam na defesa e garantia dos direitos. A estratégia combinou a escuta aberta dos representantes, atuação dos movimentos e instituições em relação ao desastre e propostas de projetos voltados à igualdade racial.
- **Mapeamento de empreendedores e trabalhadores informais:** para identificar os danos causados pelo desastre aos negócios, desafios de retomada das atividades produtivas, perfil dos empreendedores e trabalhadores informais, e propostas de reparação.



As **escutas individualizadas** foram realizadas por meio da disponibilização de um canal de comunicação e escuta digital, IARA. Este canal alcançou individualmente pessoas atingidas pelo desastre socioambiental, que, por meio de interação voluntária, puderam contar livremente seus relatos. Nesse sentido, para o êxito dessa proposta, foram combinadas diferentes estratégias de comunicação e inserção territorial:

- **Busca Ativa:** Foi estruturada uma equipe de voluntários composta por mobilizadores locais, supervisão técnica e coordenação. O processo de seleção priorizou pessoas atingidas e profissionais das áreas de assistência social e psicologia que já tivessem comprovadas atuações no contexto do desastre socioambiental. O trabalho de campo dessas equipes de mobilizadores locais, que ocorreu de 20 de maio a 21 de agosto de 2025, teve como objetivo a inserção nos territórios afetados. Foi utilizada uma abordagem humanizada para identificação e sensibilização das pessoas atingidas pelo desastre, a fim de proporcionar aos interessados o acesso à ferramenta de escuta digital. A busca ativa ocorreu nos bairros afetados, regiões adjacentes e bairros que receberam a população em deslocamento forçado.
- **IARA:** Foi desenvolvida uma ferramenta de escuta digital, que consiste em um canal de comunicação aberto conduzido por uma Inteligência artificial (IARA) adaptada culturalmente para interação com as pessoas atingidas via *WhatsApp*. As interações ocorreram por meio de roteiro de perguntas abertas, automatizado, com linguagem acessível e regionalizada, que fazia o registro das respostas em áudio ou texto, e que posteriormente eram transcritas e analisadas para identificar percepções sobre impactos e danos extrapatrimoniais;
- **ECOA:** Foi desenvolvida uma campanha de comunicação de mobilização (ECOA), com ampla divulgação nas redes sociais, em meios de comunicação local e territorial, o que resultou em grande alcance. A campanha impulsionou o trabalho de campo realizado, a transparência sobre a escuta e o acesso à ferramenta digital.

As escutas individualizadas em forma de relatos registrados na ferramenta digital IARA, o principal canal de comunicação criado pelo Programa Nosso Chão, Nossa História, divulgado através a campanha ECOA, para repercutir a fala das pessoas atingidas, configura-se como a maior parte do universo de sistematização deste relatório. Para além do elevado alcance numérico, estas escutas, por meio da combinação de diferentes metodologias de coleta e mobilização e do desenvolvimento de uma ferramenta de fácil acesso, permitiram que fossem captados relatos



diretamente do cotidiano das pessoas atingidas, em uma ampla pulverização territorial que agregou diversidade e representatividade a esta produção.

As estratégias de escutas (coletivas e individualizadas) permitiram uma leitura abrangente das dimensões sociais, culturais, econômicas, simbólicas, topofílicas e territoriais do impacto. Como resultado desse processo, para as escutas coletivas, foram produzidos documentos sínteses de cada estratégia. No caso das escutas individualizadas, obteve-se como resultado um banco de dados da IARA com relatos integrais das interações de pessoas atingidas com a inteligência artificial.

Os documentos de síntese das escutas coletivas e o banco de dados de relatos individuais constituem a base técnica para análise, sistematização e proposição de ações de reparação neste documento e no âmbito do Programa Nosso Chão, Nossa História. Reforça-se que todos os documentos, produzidos e aqui sistematizados, foram pensados como elementos para proporcionar espaço de fala às pessoas atingidas, tornando-as protagonistas e parte do processo de reparação. Portanto, embora as sínteses de escutas apresentem um desenvolvimento analítico e interpretativo, a essência do conteúdo deste relatório preza pelo destaque aos relatos das pessoas atingidas pelo desastre socioambiental.

É importante reconhecer que o presente relatório tem limites inerentes ao seu desenho metodológico e às condições concretas de realização, como o recorte temporal do processo de escuta, a natureza situada dos relatos e a impossibilidade de abarcar a totalidade das experiências e percepções existentes no território. Além disso, os resultados refletem interpretações construídas a partir de narrativas singulares, atravessadas por contextos sociais, emocionais e institucionais específicos.

Longe de desqualificar o estudo, esses limites reforçam sua relevância, na medida em que evidenciam a complexidade dos fenômenos analisados e a necessidade de abordagens sensíveis, qualitativas e contextualizadas para compreender impactos relacionais e simbólicos que dificilmente emergiriam por meio de metodologias estritamente quantitativas. Assim, a pesquisa se afirma como um retrato consistente e situado, fundamental para orientar processos de reparação e a formulação de projetos alinhados às experiências efetivamente vividas pelas pessoas escutadas que foram atingidas pelo desastre.



4.1.2. Tratamento dos dados

O processo de tratamento dos dados foi distinto para as escutas coletivas e as individualizadas, devido às especificidades de cada modalidade. Sendo assim, as escutas coletivas foram submetidas à análise direta dos especialistas das respectivas áreas envolvidos em cada condução, que produziram relatórios-síntese. Já as escutas individualizadas precisaram passar por um processo de tratamento de dados das interações, tendo como resultado a consolidação de um banco de dados que, por sua vez, deu origem a uma amostra qualificada, esta última produzida especificamente para a construção da análise deste relatório.

Considerando a complexidade das escutas individualizadas e o rigor necessário à validação dos relatos, será detalhado com mais profundidade nesta seção o processo de construção e certificação de qualidade do banco de dados. O trabalho foi conduzido por uma equipe composta por especialistas técnicos e mobilizadores locais. Complementarmente, foram realizadas três rodas de conversa com os demais mobilizadores e supervisoras da busca ativa, com o objetivo de captar as experiências de campo e percepções desses agentes sobre as dinâmicas e categorias territoriais.

A primeira etapa de tratamento consistiu na limpeza dos dados. A IARA é uma ferramenta digital via *Whatsapp*, que opera em um formato de comunicação aberta, cuja única restrição interativa é a conferência de idade (em observância a parâmetros éticos, menores de 18 anos não estão autorizados a prosseguir com a interação). Seu objetivo, no entanto, é a recepção de relatos de pessoas atingidas pelo desastre socioambiental, direta ou indiretamente. Dessa forma, fez-se necessário identificar e remover "ruídos" estatísticos e interações não humanas (anúncios, conversas vazias e *bugs* da ferramenta ou do canal de comunicação).

Quando foram encerrados os trabalhos de campo da Busca Ativa, em 21 de agosto de 2025, a IARA registrava um total de 6.719 interações. Após a limpeza dos dados, 1.960 destas foram excluídas, resultando em uma amostra total de 4.759 interações válidas, que retratam a totalidade das pessoas alcançadas pelas escutas individualizadas, residentes em Maceió, municípios vizinhos e outros estados.

As etapas seguintes destinaram-se à garantia da integridade e da qualidade dos relatos, que possibilitassem disponibilizações consistentes para análises qualitativas. Visando essas análises, foram feitas correções de informações em variáveis críticas como territorialidade (bairros e outras localidades), deslocamento forçado e



marcadores sociais (cor/raça, gênero, idade, deficiência e população em situação de rua). O tratamento foi conduzido através da leitura individual dos relatos, para a compreensão de narrativas e captação de contextos de fala, de modo a corrigir distorções de preenchimento ou falhas de categorização automática da IA.

Visando as análises qualitativas, foi feito um mapeamento das dificuldades de compreensão das informações captadas em áudio e texto pela ferramenta IARA, para a execução de um processo de adaptação cultural desta por meio de *machine learning*² focado no aprendizado de categorias locais, elementos simbólicos e culturais e assimilação de conceitos-chave para compreender o desastre socioambiental (deslocamento forçado, bairros afetados, datas de referência). O resultado foi o aperfeiçoamento da capacidade de transcrição e a preservação da literalidade dos relatos.

Os direcionamentos de tratamento despenderam inovações metodológicas para suas execuções, em abordagens interdisciplinares que envolveram os campos da antropologia e da engenharia de dados. A incorporação de uma perspectiva etnográfica neste processo – através da técnica da leitura extensiva dos relatos e da integração das experiências de campo dos mobilizadores locais – permitiu identificar, descrever e codificar aspectos que ficariam mal captados ou mesmo despercebidos em uma limpeza de dados puramente automatizada e que só foram possíveis de emergir a partir de uma abordagem “de perto e de dentro” (Magnani, 2012) para a compreensão das interações. Com isso, obteve-se a consolidação de dados consistentes, para as diferentes necessidades de análise, que asseguram uma representação mais próxima e fidedigna das vozes das populações atingidas.

² O Machine Learning (Aprendizado de Máquina) é um subconjunto da Inteligência Artificial que utiliza algoritmos e dados para treinar sistemas. Ele permite que computadores identifiquem padrões, tomem decisões e façam previsões de forma autônoma, sem a necessidade de serem programados manualmente para cada situação.



4.1.3. Amostra qualificada

Como mencionado anteriormente, para a análise das escutas individualizadas apresentadas neste relatório, foi constituída uma amostra qualificada, desenhada para refletir a diversidade dos participantes e das experiências registradas, com centralidade analítica nos grupos submetidos a maiores graus de vulnerabilidade em contextos de desastre. Das 4.759 interações do banco de dados, foram selecionadas 904, utilizando critérios que operam na interseção entre a estratificação intencional e a etnografia digital.

Os relatórios das escutas individualizadas constituíram parte do *corpus* de análise deste estudo juntamente com os relatórios-síntese das escutas coletivas. Nas interações, a seleção buscou reunir diferentes perfis, territórios e experiências para subsidiar a análise qualitativa desses relatos. Assim, o foco do relatório recai sobre a interpretação dos conteúdos registrados, e não sobre análises e comparações estatísticas entre grupos.

Nesse contexto, para definição da amostra e posterior análise dos relatos, primeiramente as interações foram selecionadas a partir da distribuição espacial por bairros e outras localidades. Selecionou-se 10% das interações de cada bairro de residência atual das pessoas que interagiram com a IARA e residem em Maceió, estabelecendo-se um piso de 10 interações por localidade para assegurar a saturação da amostra e evitar a baixa visibilidade de zonas com menor volume de dados. Dessa forma, bairros com menos de 10 interações tiveram todos os seus relatos selecionados. Vale destacar que, dos 50 bairros do município alagoano, 49 estão representados na amostra qualificada. O único bairro que não teve representação, por não ter tido interações com a IARA durante o período de desenvolvimento do banco de dados, foi Garça Torta. O bairro Mutange, apesar de atualmente não ter população habitante em decorrência do desastre socioambiental, também aparece na amostra qualificada, quando considerado o bairro em que a pessoa residia em março de 2018 (marco referencial para os primeiros tremores relacionados à subsidência do solo).

Além dos bairros de Maceió, a IARA também recebeu interações de pessoas atingidas que tiveram que se deslocar e que atualmente residem em outros municípios do estado de Alagoas e em outros estados do país. Nestes casos, havia realidades singulares e não comparáveis de deslocamento, e que, portanto, exigiam visibilidade integral, com 100% de selecionados para a composição da amostra. Os 17 municípios de residência atual das pessoas atingidas que interagiram com a IARA e que integram a amostra qualificada são: Arapiraca, Atalaia, Barra de São Miguel, Coruripe, Flexeiras,



Maragogi, Marechal Deodoro, Maribondo, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte, São Miguel dos Campos, Satuba, Taquarana e Viçosa. Já os cinco estados são: Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Outra ação realizada para refinamento da amostra qualificada foi uma seleção que priorizou a interseccionalidade (Crenshaw, 2002). As interações foram selecionadas considerando os seguintes marcadores sociais: cor/raça, gênero, idade, deficiência e população em situação de rua. A partir da compreensão de que a interseccionalidade entre estes marcadores acarreta uma exposição desigual aos riscos em contexto de desastres (Wisner et al., 2004) e ao sofrimento social (Das, 1995), o processo de seleção atribuiu maior peso aos grupos mais vulnerabilizados em cada marcador. Os contextos de marginalização histórica ampliam os impactos extrapatrimoniais, sobretudo em razão da fragilidade das redes de proteção social e da redução da capacidade adaptativa dessas populações (IPCC, 2022). Sendo assim, receberam maior peso as interações de pessoas que se autodeclararam: pretas, pardas, indígenas, mulheres, trans, travestis, não binárias, idosas, com deficiência ou em situação de rua.

Por fim, ainda na etapa de definição da amostra qualificada, foi realizado um mapa de calor das interações, em que estas foram classificadas a partir de uma análise multidimensional para identificar relatos de maior densidade semântica e material. Dessa forma, foram atribuídas maiores notas às interações que tivessem conteúdo mais denso. É importante destacar que a densidade aqui foi operacionalizada não apenas como volume, mas como a presença de enunciados complexos e situados, em resposta às provocações do roteiro. Assim, o critério de seleção conferiu maior pontuação aos relatos que apresentaram maior profundidade narrativa e nível de completude (ou seja, que atingiram ou mais se aproximaram da finalização do fluxo da conversa).

A partir do cruzamento desses procedimentos, a amostra qualificada reuniu as interações que melhor expressavam a diversidade das vivências, das dinâmicas sociais, dos impactos decorrentes do desastre socioambiental e das necessidades de reparação extrapatrimonial das pessoas atingidas, preservando a centralidade dos sujeitos e as nuances de suas subjetividades ao longo da análise.

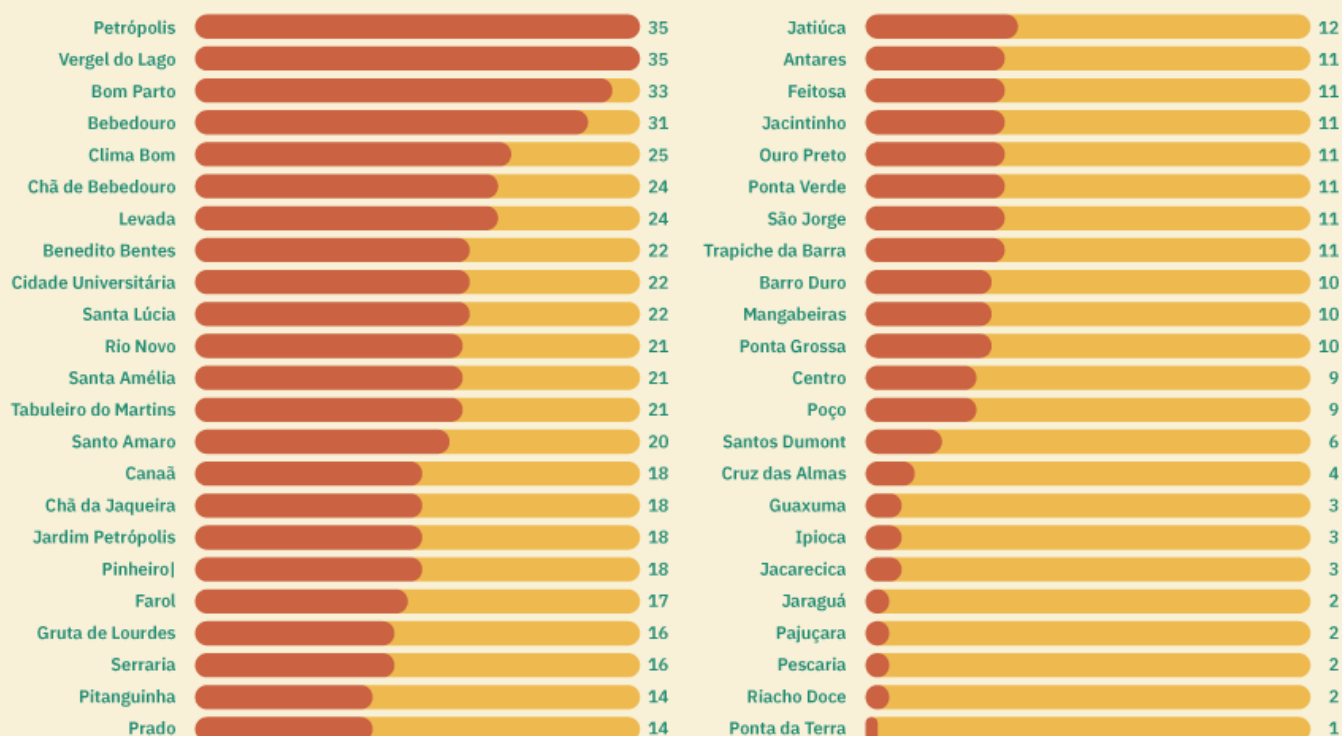


4.1.4. Caracterização da amostra qualificada

Esta seção tem como objetivo detalhar a caracterização da amostra qualificada, apresentando os dados estruturados que definem o perfil das interações selecionadas. As informações apresentadas neste tópico possuem caráter exclusivamente descritivo e destinam-se à contextualização da composição da amostra qualificada, uma vez que a análise desenvolvida neste relatório é de natureza predominantemente qualitativa, orientada pelas unidades de registro interpretativas de: território, coletivo e indivíduo.

No recorte territorial, as 904 interações que compõem o *corpus* analítico do presente documento estão assim distribuídas: 818 registros vinculam-se a 49 bairros de Maceió; 68 referem-se a outros municípios alagoanos e 9 procedem de outros estados. Foram selecionados 9 casos que não possuem a indicação do bairro atual, decorrentes do fato de as pessoas terem optado por não responder a esta pergunta do roteiro. No entanto, estes foram integrados à amostra porque correspondiam aos demais critérios de seleção.

Distribuição Espacial dos Bairros



Fonte: Programa Nosso Chão, Nossa História, dados da IARA (2025).

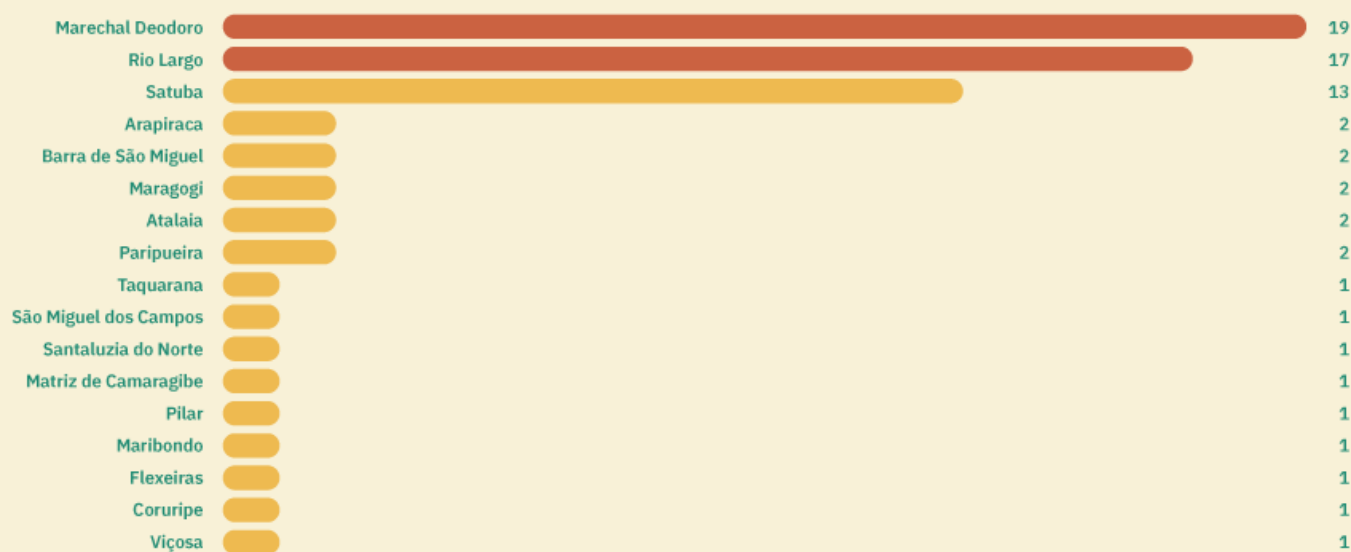


No gráfico, estão apresentados os 48 bairros de residência atual dos relatos que compõem a amostragem. Além destes, o bairro Mutange também está representado, correspondendo a 69 interações de pessoas que nele residiam em março de 2018 (marco referencial dos primeiros tremores relacionados à subsidência do solo), assegurando a representação deste bairro, histórica e simbolicamente importante, à amostra qualificada.

A capilaridade da amostra estende-se para além da distribuição por bairros:

7,52% dos relatos provêm de pessoas atingidas que hoje residem em outras cidades de Alagoas, com destaque para Marechal Deodoro (19), Rio Largo (17) e Satuba (13).

Distribuição Espacial por Municípios (AL)



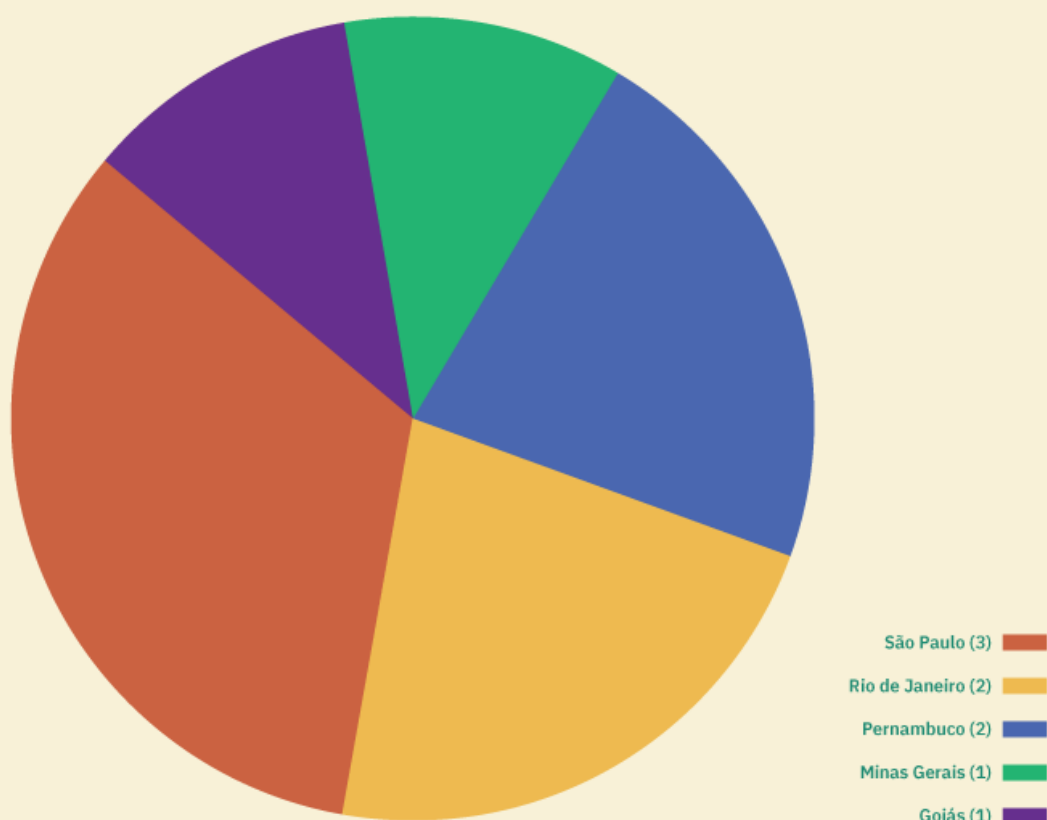
Distribuição quantitativa dos municípios de moradia atual das interações da amostra

Fonte: Programa Nosso Chão, Nossa História, dados da IARA (2025).



No âmbito interestadual (1% do total), observa-se uma predominância da região Sudeste (66,67%), englobando São Paulo (3), Rio de Janeiro (2) e Minas Gerais (1), seguida pelas regiões Nordeste (Pernambuco, 2) e Centro-Oeste (Goiás, 1):

Distribuição Espacial dos Estados (BRA)



Distribuição quantitativa dos estados de moradia atual das interações da amostra

Fonte: Programa Nosso Chão, Nossa História, dados da IARA (2025).



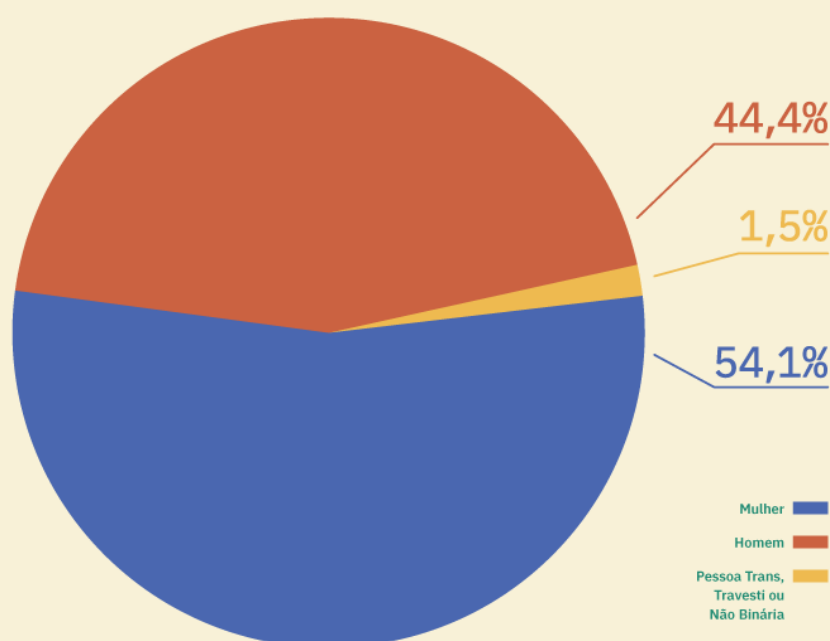
A aplicação dos critérios territoriais de seleção foi estratégica para mitigar discrepâncias estatísticas. Enquanto o banco de dados original apresenta uma alta concentração no bairro Petrópolis (503 relatos) em contraste com outras localidades de registro único, a amostra qualificada estabelece uma padronização quantitativa que protege a análise qualitativa de interferências causadas por volumes amostrais desproporcionais.

Na categoria coletivo, a atribuição de pesos baseada em critérios de interseccionalidade preservou a proporcionalidade dos marcadores sociais observada no banco de dados. Essa simetria confirma que a seleção não apenas cumpre os requisitos metodológicos, mas espelha fielmente a realidade demográfica encontrada em campo.

A única divergência estatística relevante reside no perfil etário. No banco de dados total, a pirâmide etária concentra-se entre 35 e 54 anos; já na amostra qualificada, há um deslocamento para faixas de maior idade, situando-se entre 45 e 64 anos.

Quanto à identidade de gênero e autodeclaração étnico-racial, os dados revelam:

Gráfico 2: Distribuição por gênero na amostra



Fonte: Programa Nosso Chão, Nossa História, dados da IARA (2025).



- **Mulheres Cisgêneras (54,1%):** Majoritariamente pardas (45,5%), seguidas por brancas (27,9%), pretas (23,5%) e indígenas (3,1%). Destas, 60,29% possuem idade superior a 44 anos.
- **Homens Cisgêneros (44,4%):** Majoritariamente pardos (45,1%), seguidos por brancos (27,2%), pretos (24,95%) e indígenas (2,8%), 67,7% possuem idade acima dos 44 anos.
- **Pessoas Trans, travestis e não binárias (1,5%):** Todas as 13 interações de pessoas trans, travestis e não binárias foram integradas à amostra. O grupo é composto por pretos e pardos (72,8% somados) e brancos (27,3%), com perfil jovem (61,5% entre 18 e 44 anos).

Cabe observar que essa forma de agrupamento das designações de gênero (mulheres cisgêneras, homens cisgêneros e pessoas trans, travestis e não binárias) decorre de limitações da captação desta informação pelo roteiro da ferramenta digital utilizada.

A amostra também priorizou grupos de alta vulnerabilidade: Pessoas com deficiência somam 11,8% dos relatos (dos quais 72,8% são pretos, pardos ou indígenas). Já a população em situação de rua foi integralmente incorporada: com um total de 21 relatos, dos quais 12 ficaram em situação de rua por causa do desastre socioambiental e outros 7 tiveram a vulnerabilidade social agravada pelo este.

Por fim, na categoria indivíduo, a aplicação do mapa de calor classificou as interações em um gradiente de 0 a 100 pontos. A robustez da amostra é confirmada pelo fato de 91,37% dos relatos terem atingido pontuação entre 80 e 100. Os 8,6% restantes (pontuados entre 38 e 79) justificam-se pela obrigatoriedade de preenchimento das variáveis de território e coletivo, garantindo que mesmo relatos com menor densidade semântica e material não fossem desconsiderados, caso integrassem outras dimensões significativas para a análise.

A amostra qualificada, então, foi agregada às outras escutas coletivas para sistematização deste relatório.



4.1.5. Abordagem metodológica da análise

Para analisar os dados das escutas na composição deste relatório, a metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2016), amplamente utilizada por pesquisadores (Silva Junior; Leão, 2018; Carius; Teixeira, 2025). Essa constitui uma técnica essencial para o tratamento de informações qualitativas.

A metodologia utilizada busca interpretar discursos, falas, textos e outros tipos de materiais. Segundo Bardin (2016, p. 15), é "um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência". Essa abordagem permite uma interpretação detalhada e sistemática dos dados coletados durante as escutas.

A Figura 2 a seguir apresenta o caminho metodológico do estudo, o qual se iniciou a partir da leitura do *corpus* (os documentos sínteses das escutas coletivas), prosseguindo para a sistematização dos dados da busca ativa da campanha ECOA, obtidos por meio da ferramenta da IARA, e inserção de todos os documentos no ATLAS.ti. Na sequência, prosseguiu-se para a codificação e categorização do conjunto de seis documentos técnicos, somados às escutas individualizadas da IARA (904 interações da inteligência artificial com os atingidos pelo desastre que quiseram contar suas histórias). Após esse processo, as informações resultantes disso foram analisadas e interpretadas com base em Bardin (2016).



Síntese metodológica

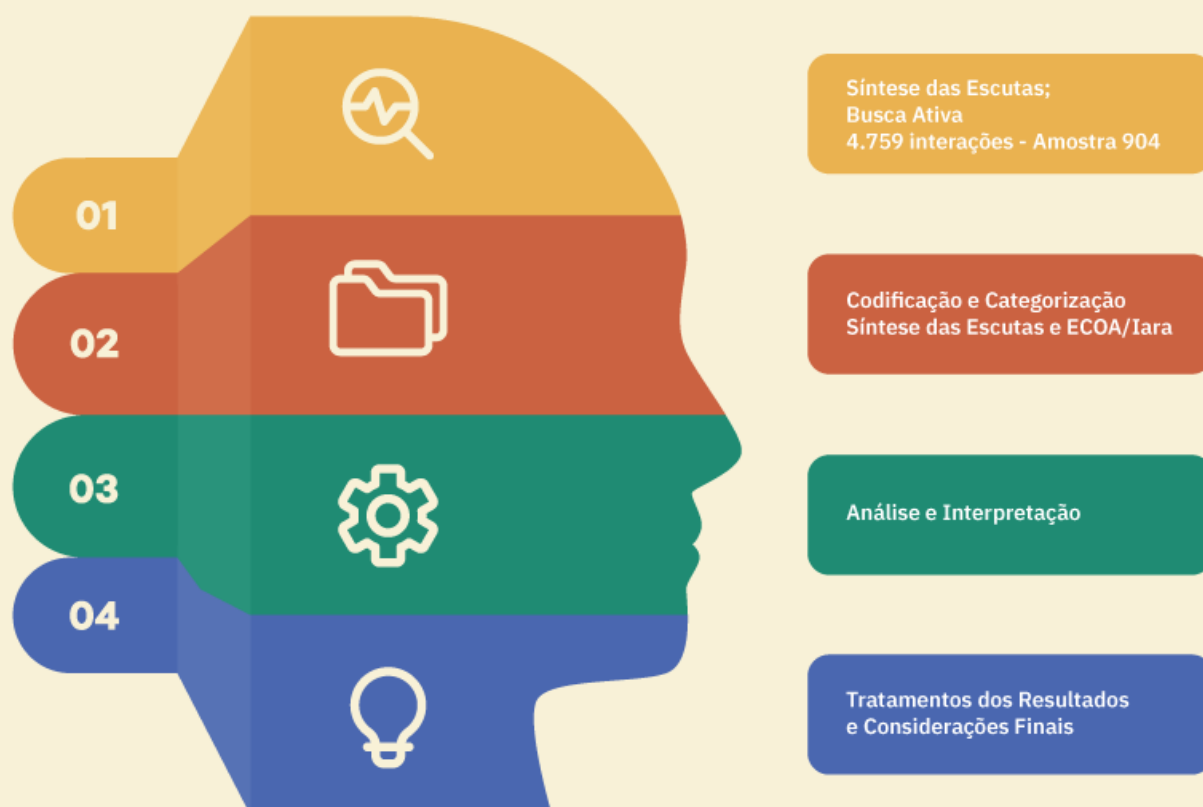


Figura 2: Síntese Metodológica

Fonte: Os autores (2026), adaptado de Bardin (2016).



A Figura 3 a seguir apresenta o conjunto de técnicas de Análise de Conteúdo utilizadas para o desenvolvimento deste relatório técnico.



Figura 3: Etapas da Análise do Corpus do estudo

Fonte: Os autores (2026), adaptado de Bardin (2016).



4.1.6. Ferramenta utilizada: ATLAS.ti

A ferramenta utilizada para analisar os dados, foi o software ATLAS.ti. que, quando associado à Análise de Conteúdo, proporciona maior robustez na análise de dados, promovendo objetividade, reprodutibilidade e transparência nos resultados (Soratto et al., 2020; Schebesta, 2018). O ATLAS.ti se mostrou um recurso tecnológico eficaz, capaz de apoiar todas as etapas do procedimento de Bardin (2016), desde a organização inicial do material até a interpretação final dos resultados.

4.1.7. Pré-análise (organização do material)

A pré-análise consiste na preparação e organização dos documentos primários que foram analisados (Silva Junior; Leão, 2018). Nessa etapa, os dados textuais, as escutas individualizadas (Busca Ativa - IARA) e os documentos (síntese das escutas coletivas), foram importados para o ambiente do ATLAS.ti, denominado “unidade hermenêutica” (Adelowotan, 2021). A imersão inicial envolveu a leitura detalhada das transcrições da IARA e síntese das escutas, permitindo aos pesquisadores se familiarizarem profundamente com o conteúdo (Du Preez, 2022).

4.1.8. Exploração do material (codificação e categorização)

Na fase de exploração, o conteúdo foi sistematizado, sendo a “codificação” o núcleo desta etapa (Du Preez, 2022). Por meio do ATLAS.ti, os códigos foram gerados de forma dedutiva ou indutiva (Bucyibaruta et al., 2022). Por exemplo, uma codificação dedutiva pode se basear em classificações pré-estabelecidas. (Scharan; Moser, 2020). A associação dos indicadores propostos por Bardin (2016), com os ciclos de codificação, facilita a sistematização do processo e reduz a subjetividade, pois os critérios e etapas ficam claramente definidos (Vosgerau et al., 2016).

No caso do presente relatório técnico, a codificação dos materiais (síntese das escutas coletivas e escutas individualizadas provenientes da base de dados da IARA) foi gerada de forma indutiva. Após a codificação, os códigos foram agrupados em categorias temáticas, correspondentes às categorias empíricas da pesquisa (Silva Junior; Leão, 2018).

No que se refere aos aspectos éticos da pesquisa, ressalta-se que todas as escutas utilizadas neste relatório técnico, provenientes das sínteses das escutas coletivas e das escutas individualizadas da base de dados da IARA, foram tratadas de forma estritamente confidencial. Todas as escutas são de caráter anônimo, não sendo



citados nomes, dados pessoais ou quaisquer informações que permitam a identificação direta ou indireta dos participantes.

Essa opção metodológica e ética visa resguardar a dignidade, a integridade e a segurança dos atingidos, especialmente considerando a natureza sensível dos danos extrapatrimoniais abordados, que envolvem sofrimento psíquico, perdas simbólicas, rupturas de vínculos e violações de direitos. As falas são apresentadas ao longo deste documento exclusivamente como complementações aos argumentos, preservando seu conteúdo narrativo e analítico sem expor identidades, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa qualitativa e as boas práticas de proteção de sujeitos em contextos de vulnerabilidade social.

Cabe destacar que as escutas individualizadas, especialmente aquelas provenientes da base de dados da IARA, foram incorporadas ao longo do Capítulo 5 não apenas como material empírico para codificação, mas também como narrativas que permitem evidenciar e reforçar as vozes das pessoas atingidas. Nesse sentido, os trechos apresentados ao longo das análises foram selecionados a partir de sua representatividade em relação às categorias analíticas construídas, buscando ilustrar, aprofundar e dar concretude aos achados interpretativos.

A utilização dessas falas segue o princípio de centralidade dos sujeitos na produção do conhecimento, garantindo que as interpretações não se afastem das experiências vividas, mas, ao contrário, sejam constantemente sustentadas pelos relatos das próprias pessoas atingidas. Essa estratégia metodológica se desdobra, portanto, na forma de apresentação dos resultados no capítulo seguinte, no qual as falas assumem papel estruturante na construção das análises.

4.1.9. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

Na etapa final, o ATLAS.ti facilita a visualização, o cruzamento e a interpretação dos dados (Silva Junior; Leão, 2018). O software gera diversos relatórios essenciais para a análise, incluindo listas de documentos primários, códigos, famílias de códigos, sumários de códigos e citações por código (Adelowotan, 2021). As visualizações em rede (*network views*) potencializam a criatividade metodológica e permitem novas descobertas ao articular diferentes possibilidades de codificação (Vosgerau et al., 2016).



4.1.10. Validação e construção de categorias finais

O tratamento sistemático dos dados possibilita identificar tendências, lacunas e relações entre as categorias, fornecendo uma base sólida para a interpretação e a conclusão da pesquisa (Silva Junior; Leão, 2018), dialogando com os elementos espaciais, territoriais e de lugar, assim como pensados na escala do indivíduo, coletivo e território. Dessa forma, a integração da análise de conteúdo de Bardin (2016) com o ATLAS.ti garantiu um processo de análise mais rápido, acurado e robusto, promovendo maior confiabilidade aos achados da investigação.

Portanto, a metodologia adotada para a sistematização das sínteses de escutas coletivas e escutas individualizadas das bases de dados do Programa Nosso Chão, Nossa História apresenta coerência técnica, rigor analítico e está amparada nas necessidades e aspirações das pessoas atingidas, apresentando, assim, forte alinhamento com os princípios participativos que orientam a atuação do projeto. A combinação entre abordagens qualitativas e o uso de ferramentas tecnológicas de análise, como o ATLAS.ti, garantiram maior consistência, reprodutibilidade e transparência aos resultados obtidos.

O processo metodológico, ancorado na análise de conteúdo de Bardin (2016), possibilitou a interpretação aprofundada das sínteses das escutas, assegurando que as vozes das pessoas atingidas fossem o eixo central da produção do conhecimento. A estruturação das etapas, desde a pré-análise até a validação das categorias finais, permitiu transformar informações dispersas em insumos estratégicos para a indicação de projetos para reparação e fortalecimento comunitário.

Além disso, a diversidade de fontes e instrumentos de coleta empregados no banco de dados de relatos das escutas individualizadas e as sínteses das escutas coletivas acabou por consolidar uma visão multidimensional dos impactos do desastre socioambiental. Essa integração metodológica confere robustez ao diagnóstico produzido e fundamenta a tomada de decisão técnica e participativa nas etapas subsequentes do Programa.

Em síntese, a metodologia apresentada constitui um marco operacional e analítico do Programa Nosso Chão, Nossa História, ao reunir evidências empíricas e práticas participativas em um processo sistemático, transparente e orientado à reparação extrapatrimonial das comunidades atingidas.



4.1.11. Procedimentos e análise dos dados

A análise dos dados foi realizada adotando uma abordagem sistemática, rigorosa e replicável, adequada à natureza qualitativa e interpretativa do material empírico analisado. O processo analítico envolveu a atuação de quatro consultores, sendo três codificadores independentes para validação interna, e um validador geral para validação externa, com o objetivo de ampliar a confiabilidade, reduzir vieses interpretativos individuais e fortalecer a validade interna da pesquisa.

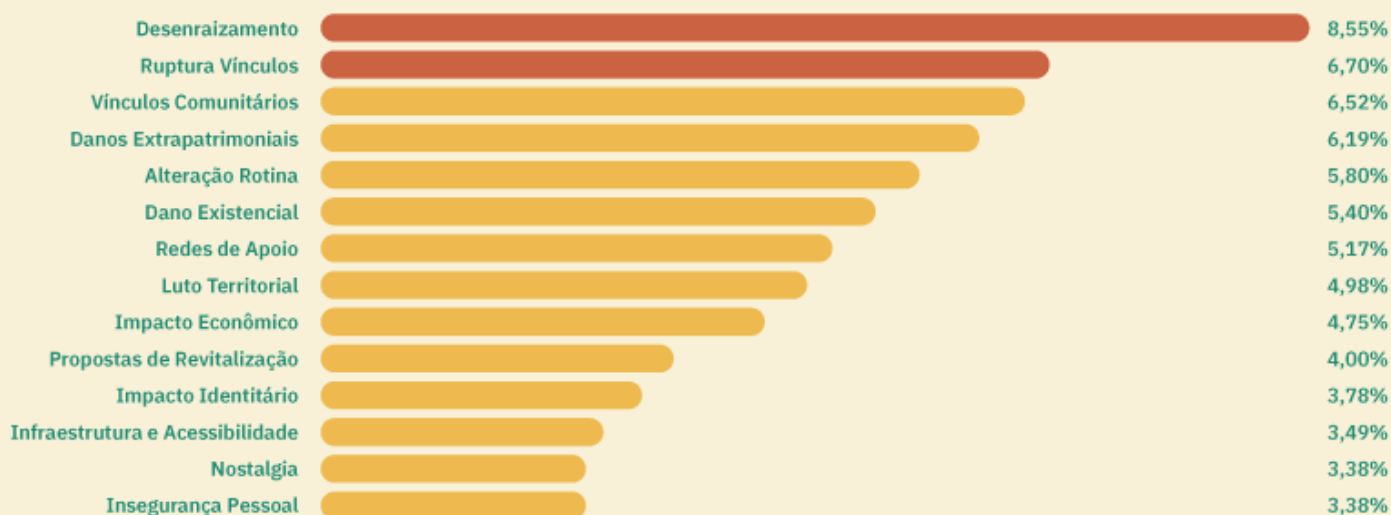
Cada codificadora foi responsável por uma unidade de registro previamente definida a partir do referencial teórico e dos objetivos da investigação, a saber: território, indivíduo e coletivo. Essa estratégia permitiu a captura diferenciada dos sentidos produzidos nas sínteses de escutas coletivas e escutas individualizadas, respeitando os distintos níveis analíticos do fenômeno estudado.

Como informado, o *corpus* empírico foi constituído por sínteses das escutas coletivas e escutas individualizadas a partir das interações provenientes da IARA, integralmente organizados e analisados no software ATLAS.ti, que foi utilizado como ferramenta de apoio à codificação, organização, rastreabilidade e sistematização dos dados qualitativos. Inicialmente, foram definidos dez códigos, de caráter aberto, aplicados de forma independente pelas codificadoras dentro de suas respectivas unidades de registro.

Após a etapa inicial de codificação, procedeu-se ao refinamento e limpeza dos códigos, com base na frequência (Gráfico 4) e ocorrência lexical, na coerência semântica e na aderência aos limites analíticos de cada unidade de registro. Esse processo permitiu a exclusão de redundâncias, a fusão de códigos semanticamente equivalentes e a hierarquização de códigos e subcódigos, garantindo maior consistência interna ao sistema categorial.



Gráfico 3: Frequência inicial do número total de códigos identificados



Fonte: os autores (2026).

No que se refere à categorização, os dados foram analisados a partir de uma grade de análise construída de forma combinada, articulando dois movimentos complementares. De um lado, foram considerados referenciais teóricos e conceitos já consolidados na literatura, que orientaram a leitura inicial do material (análise dedutiva descrita no referencial teórico). De outro, a análise permaneceu aberta à identificação de temas e categorias, sentidos e recorrências que emergiram diretamente dos relatos e registros empíricos, permitindo a incorporação de elementos não previstos previamente (análise indutiva). Nesse sentido, ao longo da análise, foram registradas percepções, hipóteses e ideias interpretativas, favorecendo o ajuste progressivo e o refinamento dos códigos, subcategorias e categorias analíticas.



Por fim, realizou-se uma filtragem cuidadosa do material, orientada pelos objetivos do relatório e pelos tipos de comentários analisados, garantindo coerência e foco interpretativo, assegurando relevância analítica e fidelidade ao *corpus*. Esse percurso metodológico permitiu construir uma leitura interpretativa consistente, articulando descrição e inferência, conforme preconiza Bardin (2016), para quem a análise de conteúdo busca ultrapassar o nível manifesto das mensagens e alcançar significados latentes.

Na etapa subsequente, cada unidade de registro originou entre quatro e cinco categorias analíticas (Quadro 2) construídas a partir da agregação dos códigos refinados e frequência de palavras apresentada no Gráfico 4. Essas categorias foram posteriormente mescladas e confrontadas por meio de um processo de intercorrência analítica, no qual se realizou a triangulação entre:

- (i) o referencial teórico fundante,**
- (ii) os objetivos do relatório final, e**
- (iii) os achados empíricos emergentes do material analisado.**



Quadro 2: Unidades de registros e categorias analíticas construídas

Unidades de Registros e Categorias	
Unidade de Registro: Território (5)	
Categorias:	
<i>Desenraizamento, memória e ruptura dos vínculos territoriais</i>	
<i>Infraestrutura, mobilidade e desestruturação do cotidiano territorial</i>	
<i>Desterritorialização e ruptura das dinâmicas socioterritoriais</i>	
<i>Memória, identidade e apagamento simbólico do território</i>	
<i>Reparação territorial, reconstrução de vínculos e memória coletiva</i>	
Unidade de Registro: Indivíduo (4)	
Categorias:	
<i>Desestruturação da integridade psíquica e emocional</i>	
<i>Ruptura das redes de sociabilidade e pertencimento</i>	
<i>Insegurança existencial e suspensão do projeto de vida</i>	
<i>Degradação da identidade e memória biográfica</i>	
Unidade de Registro: Coletivo (5)	
Categorias:	
<i>Memória coletiva, apagamento simbólico, grupos vulnerabilizados e interseccionalidades</i>	
<i>Vínculos comunitários, redes de apoio e precarização da vida</i>	
<i>Impactos culturais, governança e objetificação dos processos reparatórios</i>	
<i>Sofrimento emocional, trauma coletivo e luto territorial</i>	
<i>Desterritorialização, desenraizamento e expulsão direta ou indireta</i>	

Fonte: os autores (2026).

Esse procedimento permitiu a produção de inferências analíticas e a elaboração de sínteses interpretativas, culminando na consolidação das unidades de registros e categorias finais. Foram consolidadas cinco categorias para Território, quatro para Indivíduo e cinco para Coletivo. Essas categorias analíticas são as finais e representativas dos eixos centrais do fenômeno investigado.

A partir das categorias analíticas finais encontradas, foram feitas correlações interpretativas com as análises consolidadas dos achados a partir das sínteses das escutas coletivas e escutas individualizadas da IARA para a proposta de reparação. No processo de interpretação dos resultados, recorreu-se, quando pertinente, a



operações estatísticas descritivas, tais como frequência e coocorrência de códigos, com finalidade de validação interna e apoio à consistência interpretativa, respeitando o caráter qualitativo do estudo e a natureza do material empírico.

Na descrição metodológica, destaca-se que os resultados obtidos, aliados à confrontação sistemática com o material empírico e às inferências produzidas na fase interpretativa, constituem uma base sólida para novas investigações e para a proposição de estratégias técnicas de reparação de danos extrapatrimoniais, especialmente no contexto do desastre socioambiental no território analisado.

Assim, destaca-se que a análise apresentada neste relatório está fundamentada nos princípios da Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), compreendendo as narrativas como expressões legítimas da experiência vivida e vozes como manifestações de processos sociais, territoriais e institucionais mais amplos. A opção por uma unidade de análise que integrasse território, indivíduo e coletivo permitiu captar a complexidade do sofrimento territorial, psíquico e social produzido pelo desastre, reconhecendo que tais impactos emergem da interseção entre vivências subjetivas e estruturas sociais inscritas no território afetado.

Ao longo do processo analítico, a interpretação dos dados dialogou com os referenciais teóricos, os quais foram utilizados como instrumentos de leitura da realidade empírica observada, e não como modelos abstratos ou apriorísticos, permitindo que os achados emergissem a partir das falas, dos contextos e das dinâmicas sociais analisadas.

Na fase final da análise, foram elaborados diagramas, com o objetivo de sintetizar e evidenciar as informações produzidas pela análise, destacando-se as categorias analíticas a partir das unidades de registros (território, coletivo e indivíduo). Esses dispositivos analíticos possibilitaram a visualização das relações entre unidades de registro e categorias, fortalecendo a consistência interpretativa e confirmando a robustez metodológica do relatório final.

Dessa forma, a metodologia adotada não apenas sistematiza os achados, mas também sustenta, de maneira transparente e rigorosa, as conclusões e propostas apresentadas ao longo deste relatório de sistematização das escutas sobre danos extrapatrimoniais que destaca as vozes das pessoas atingidas pelo desastre socioambiental.



5. Consolidação dos achados das sínteses de escutas coletivas e individualizadas

Este capítulo apresenta a análise dos danos extrapatrimoniais a partir de três unidades de registro inter-relacionadas (território, coletivo e indivíduo), com base nas narrativas das escutas realizadas³. Parte-se da compreensão de que os impactos do desastre socioambiental ultrapassam a dimensão material, atingindo modos de vida, relações sociais, vínculos simbólicos e trajetórias biográficas das pessoas atingidas. Inicialmente, a unidade de registro “território” aborda a ruptura do território enquanto espaço vivido, evidenciando processos de desenraizamento, perda de referências, desestruturação do cotidiano, fragilização das redes socioterritoriais e apagamento simbólico, bem como as demandas por reparação associadas à reconstrução de vínculos, pertencimento e memória.

Na sequência, a unidade de registro “indivíduo” examina os impactos psicossociais decorrentes desse processo, destacando a desestruturação da integridade psíquica e emocional, a ruptura das redes de sociabilidade e pertencimento e a instauração de uma condição persistente de insegurança. Os tópicos evidenciam ainda a suspensão de projetos de vida e a degradação da identidade e da memória biográfica, demonstrando como o desastre afeta diretamente a experiência subjetiva, a continuidade da vida e a capacidade de projeção de futuro das pessoas atingidas.

Por fim, a unidade de registro “coletivo” expande a análise para as dinâmicas sociais mais amplas, abordando o apagamento da memória coletiva, os impactos diferenciados sobre grupos vulnerabilizados e as interseccionalidades presentes no processo. Também são examinadas a ruptura dos vínculos comunitários, a desarticulação das redes de apoio e a precarização das condições de vida. De forma integrada, o capítulo evidencia que os danos extrapatrimoniais se configuram como processos interdependentes, fundamentais para a compreensão ampliada dos impactos do desastre e das demandas por reparação.

³ Os trechos de narrativas/relatos apresentados ao longo deste capítulo, quando não acompanhados de indicação de fonte imediatamente após a citação, referem-se às escutas individualizadas provenientes do banco de dados da IARA (referência: UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Banco de Dados Busca Ativa - ECOA/ IARA*. Instrumento de escuta ativa e reparação socioambiental: base qualitativa de relatos das populações atingidas pelo desastre da mineração em Maceió. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, 2025g). Nos casos em que foram utilizados trechos dos documentos de sínteses de escutas coletivas, a fonte foi indicada diretamente após a citação correspondente.



5.1. Território

A unidade de registro “território” referente aos danos extrapatrimoniais revela que os impactos do desastre socioambiental ultrapassam a perda do espaço físico, atingindo de forma profunda as relações sociais, os modos de vida, os sentidos de pertencimento e as referências simbólicas que estruturavam a vida cotidiana das pessoas atingidas. O território, nesse contexto, deve ser compreendido como um espaço vivido, constituído por vínculos afetivos, práticas sociais, redes de apoio e sistemas de significados que sustentam a identidade individual e coletiva.

As análises apresentadas a seguir evidenciam, a partir das narrativas das pessoas atingidas, que a ruptura territorial desencadeou processos interligados de desenraizamento, desestruturação do cotidiano, fragmentação das redes socioterritoriais, enfraquecimento das referências simbólicas e demandas por reparação que considerem essas múltiplas dimensões. Assim, os subitens deste capítulo exploram diferentes expressões desses danos, articulando dimensões sociais e simbólicas, com ênfase naquilo que não pode ser mensurado economicamente, mas que é central para a reconstrução da vida coletiva no território.

5.1.1. Desenraizamento, memória e ruptura dos vínculos territoriais

No contexto do território, os danos extrapatrimoniais se manifestam como uma ruptura profunda na relação entre as pessoas atingidas e o território, resultando em processos de desenraizamento e perda de referências fundamentais para a vida cotidiana. Como mostra as escutas, *“a dinâmica social também mudou drasticamente...”*⁴, evidenciando transformações profundas nas relações sociais. Esse processo também é percebido como agravamento das condições de vida, uma vez que *“a saída dos moradores impactou diretamente a economia local e a convivência comunitária”*⁵.

A experiência vivida é descrita como uma perda que vai além do espaço físico, afetando vínculos afetivos, memórias e identidades construídas ao longo do tempo (*“ali era mais do que um lugar [...] parece que perde um pedaço de si mesmo”*). Esse processo é relatado como um luto territorial, marcado pela dor coletiva decorrente da perda do lugar enquanto suporte da vida comunitária, como revelam as narrativas:

⁴ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Relatório Final: pesquisa qualificada sobre os danos coletivos e extrapatrimoniais em decorrência do desastre socioambiental em Maceió*. Manual em Família. Relatório Técnico. Maceió, AL: Comitê Gestor, Programa Nosso Chão Nossa História, Associação Cultural Casa das Caldeiras (ACCC), UNOPS, 2024a.

⁵ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Relatório de Escuta da Cultura: a cultura impactada pelo desastre socioambiental causado pela Mineradora, em Maceió/AL*. Relatório técnico. UNOPS, ago. 2025d.



“Eu morei 50 anos em Bebedouro e tive uma vida maravilhosa em Bebedouro, um dos melhores bairros, bairro histórico, de muitas festas. A minha infância toda, a minha adolescência, a minha juventude eu passei naquele bairro; vivi os melhores momentos da minha vida ao lado dos meus melhores amigos e familiares. Foi muito bom, tinha festa no final de ano, era um bairro muito festejado, todas as pessoas alegres, muitos amigos, os melhores momentos. Hoje eu sonho com a minha casa, tenho sonhos que eu estou lá novamente, sabe? E hoje é muito triste a gente olhar para trás e ver tudo o que deixou, ver tudo se acabar. Eu passo hoje por aquele bairro fantasma e meu coração dói; eu choro quando eu passo por ali. Perdi amigos, tem muitas pessoas que se separaram, a gente não sabe hoje onde andam, não sabe onde estão, até família mesmo - a gente perdeu o contato com muita gente da família”.

“Toda a minha juventude, desde o nascimento até a fase adulta, foi toda lá, neste lugar, foi lá no Pinheiro, onde nasci e me criei até sair de lá. Então, todas as pessoas que moravam lá eram pessoas assim, que a gente cresceu junto, famílias, que os filhos iam nascendo e a gente ia crescendo todos juntos, como se fosse uma só família, uma comunidade. Todos se conheciam, todos eram unidos, um ajudava o outro, tinha aquela cumplicidade, tinha aquela amizade, aquela amizade família”.

Trata-se de uma ruptura que não se limita ao deslocamento, mas que compromete a continuidade das práticas, relações e modos de vida. Como apontado nos relatos na síntese de escutas de grupos sociais consultados:

“A dinâmica social também mudou drasticamente. Antes, os bairros eram lugares de encontro, onde todos se conheciam e se cuidavam. Após [...], esses espaços de convivência desapareceram, e os jovens passaram a sentir falta de atividades culturais, esportivas e comunitárias que antes faziam parte de suas vidas. A ausência de eventos como festas, torneios de futsal e manifestações culturais (como o maracatu e o coco de roda) deixou um vazio significativo”.⁶

Esse vínculo com o território também aparece fortemente nas memórias individuais, como no relato: *“Bebedouro, pra mim, foi o lugar onde eu nasci, inclusive o lugar onde meus pais moravam, minha mãe, meu pai, minha avó, minha família, minha base. Foi o*

⁶ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Relatório Final: pesquisa qualificada sobre os danos coletivos e extrapatrimoniais em decorrência do desastre socioambiental em Maceió*. Manual em Família. Relatório Técnico. Maceió, AL: Comitê Gestor, Programa Nosso Chão Nossa História, Associação Cultural Casa das Caldeiras (ACCC), UNOPS, 2024a.



lugar também que nasceu meu filho [...]”, evidenciando que o território se constitui como base das relações familiares e da história de vida.

A perda do território desencadeou uma desestruturação das dinâmicas sociais e das formas de organização da vida cotidiana. O afastamento do lugar de origem implicou a ruptura de vínculos simbólicos, econômicos e comunitários, impactando diretamente a autonomia e o sentimento de pertencimento das pessoas atingidas.

Como relatado: *“fomos arrancados da nossa própria casa”*, evidenciando a dimensão da ruptura vivida. Em outra síntese de escuta, observa-se que *“o colapso desse ambiente comunitário resultou no esgarçamento das relações [...], mudou completamente tudo”*⁷. Esse processo também se relaciona à dificuldade de reconstrução da vida, como destacado nesse relato:

“Hoje vivo de aluguel, onde a minha casa que comprei com tanto sacrifício hoje se encontra fechada e totalmente desvalorizada e sem esperança de poder voltar a morar na mesma por conta da bandidagem que hoje assola o bairro. Sou uma idosa, vivo doente e pagando um aluguel que mal posso pagar. É essa a minha história”.

Essa ruptura se expressa na fragmentação das relações cotidianas e na fragilização dos vínculos comunitários. Nesse contexto, observa-se que a perda do território implica também a necessidade de reconstrução da vida em condições profundamente distintas, como evidenciado nas narrativas:

“A rotina mudou completamente, né? Hoje eu moro num bairro bem mais distante. Meus familiares, os amigos também, todos foram morar em outros bairros e lá eram todos mais próximos”.

“A gente tenta fazer amizade, mas é aquela coisa assim: muitas das pessoas discriminam um pouco porque não conhecem, acham que a gente saiu dali e tal”.

Outro aspecto recorrente nas narrativas é a percepção de desigualdades nos impactos vividos, especialmente entre populações socialmente mais vulneráveis, evidenciando que o desenraizamento e a ruptura dos vínculos territoriais afetam de maneira diferenciada os diversos grupos sociais.

⁷ Idem



“Crianças e adolescentes enfrentam desafios psicossociais e a perda de referências importantes para seu desenvolvimento;

Comunidades negras e idosos lidam com a fragmentação de redes de apoio, a ruptura de rotinas e a perda de identidades vinculadas ao território;

Voluntários e agentes do esporte sofrem com a desestruturação de laços comunitários que antes sustentavam práticas coletivas;

Povos da Lagoa e a comunidade LGBTQI+ enfrentam exclusão e desenraizamento, com impactos profundos em suas formas de existência e resistência; e

Grupos religiosos lutam para manter suas práticas espirituais em meio à incerteza e à desconfiança”⁸.

As falas também evidenciam que determinados grupos enfrentaram maiores dificuldades no processo de deslocamento e adaptação, agravando situações de vulnerabilidade, como indicado em registros que apontam:

“[...] eu sou uma idosa de 81 anos, me sinto muito isolada de tudo. Não tenho mais as minhas amigas vizinhas porque já foram embora que eu moro na borda de frente às casas que estão abandonadas. Um risco muito grande da gente se contaminar com dengue e outras doenças porque muita casa abandonada, muito lixo, muita coisa que se acumula”.

“Eu passo a maior parte dos dias trabalhando, ou cuidando de minha mãe [...] minha vida atualmente se resume a trabalho, e tratamento pra continuar vivendo, não consigo passar próximo ao meu antigo bairro, sem sentir sensação de angústia, tristeza [...]”.

As narrativas destacam ainda a transformação dos territórios anteriormente habitados. Espaços antes associados à convivência, identidade e pertencimento passam a ser descritos como vazios ou descaracterizados, como no relato: *“existe um cemitério de casas”*. Essa transformação também se expressa na perda de espaços coletivos de referência:

⁸ Idem



“A Praça Lucena Maranhão foi referência, onde a gente realmente... era o ponto de paquera, o ponto de conversas e risadas; hoje a gente não vai ter mais isso”.

“Que hoje, quando eu passo, eu saio ali, vou pro Bebedouro e passo pela Praça Lucena Maranhão - aquela praça ali deu muita alegria, né, pra gente, final de ano, a gente se encontrava ali, Missa do Galo, todo mundo; ali tinha muita diversão, tinha os barcos, né, as festinhas, tudo era ali, todas as festas eram ali naquela Praça Lucena Maranhão. Tudo, e hoje tá tudo abandonado, tudo, né? Dá muita lembrança ali, né? A escola Alberto Torre, né? Muita lembrança daquele local ali. É tristeza, né, pra gente falar, e não sei, fica triste, chega a dar uma dor forte”.

“A mãe levava os seus filhos para a diversão. Era parque, era roda-gigante, era tudo. E a gente perdeu a nossa alegria. A gente passa hoje. Só é tristeza para nós, que somos alagoanos. O povo alagoano está muito triste. Eu estou muito triste. Sempre eu dava uma passada ali no Bebedouro. Era tudo bonito em Bebedouro”.

A saudade aparece como um elemento central, expressando uma dor que é ao mesmo tempo afetiva e identitária: *“um bairro que era muito mais do que endereço, era lar, história, raízes”*. Esse sentimento também se manifesta quando o território é revisitado, como no relato: *“Quando eu passo pelo Pinheiro... me dá uma tristeza tão grande”*, demonstrando que a perda do lugar permanece como experiência emocional contínua.

A ruptura das redes de apoio, entendidas como relações de solidariedade, cuidado e convivência, intensificou os impactos sobre a vida cotidiana. Essas redes, fundamentais para a organização social e para o bem-estar coletivo, foram profundamente afetadas pelo deslocamento, gerando sentimentos de isolamento e fragilidade social. Como evidenciado nos relatos, *“muitos relataram a dificuldade de reconstruir vínculos em novos bairros, onde não se sentem acolhidos ou seguros”⁹*.

Os relatos também evidenciam impactos significativos na saúde mental e no bem-estar emocional, como mencionado anteriormente. Foram citadas nas escutas situações de ansiedade, depressão e sofrimento contínuo, associadas à perda do território e à ruptura das trajetórias de vida, assunto este que será aprofundado em tópicos seguintes deste relatório.

⁹ Idem



Conforme registrado: *“a saúde mental também foi afetada, com relatos de crises de ansiedade, depressão e até esquizofrenia agravadas pelo trauma do deslocamento”¹⁰*. Além disso, a sensação de insegurança aparece de forma recorrente: *“Estou vivendo com medo, porque todo dia é uma notícia diferente de crateras, de aumento desses mapas, daqui a pouco todo mundo vai precisar sair de Maceió [...]”*, revelando a continuidade do sofrimento no cotidiano.

Por fim, as narrativas expressam a necessidade de reconhecimento das histórias, memórias e experiências vividas, como forma de evitar o apagamento cultural e simbólico desses territórios. Como destacado, *“[...] que a memória do bairro seja respeitada, contada, ecoada [...]”*. Essa perda de referências também aparece de forma concreta na desorientação espacial: *“Antes não se perdia... hoje acabou, o pessoal se perde”*. A preservação da memória aparece, assim, como elemento central para a reparação, diante de processos de ruptura que atingem não apenas o espaço físico, mas também os sentidos e significados atribuídos ao território.

5.1.2. Infraestrutura, mobilidade e desestruturação do cotidiano territorial

No contexto do território, os danos extrapatrimoniais também se expressam por meio da ruptura do território enquanto espaço vivido, comprometendo as condições de existência, pertencimento e continuidade da vida cotidiana, considerando os impactos do desastre socioambiental na infraestrutura e acessibilidade do território. As narrativas indicam que essas mudanças produziram alterações abruptas na rotina, como evidenciado em relatos que apontam que *“a mudança abrupta de rotina [...] contribuiu para um clima de desinteresse e apatia”* e *“interferiu diretamente na forma de viver das famílias”*, sendo que:

“A obrigatoriedade da mudança também interferiu diretamente no percurso escolar dos adolescentes. A troca de escola representou um desafio significativo, tanto em termos de aprendizagem quanto de socialização. A dispersão geográfica dos antigos colegas dificultou a manutenção dos laços de amizade, gerando um sentimento de perda e de distanciamento social”¹¹.

O território, nesse sentido, não se restringe ao espaço físico, mas envolve relações sociais que estruturam a vida em comunidade. As narrativas evidenciam impactos diretos sobre a organização das práticas sociais, indicando que *“a desestruturação da*

¹⁰ Idem

¹¹ Idem



*vida comunitária também impactou sua relação familiar*¹² e que “*a perda do espaço de pertencimento [...] geraram dificuldades de adaptação [...]*”¹³.

A alteração das condições físicas do território gerou uma ruptura nas formas de habitar e de se relacionar com o espaço. A perda das moradias e a necessidade de deslocamento produziram impactos que afetam diretamente as condições de existência, como expresso nos relatos, “*a perda de espaços centrais...*”. Essa ruptura também se manifesta na reorganização forçada da vida cotidiana, como evidenciado nas narrativas, nas quais “*não aconteceu só uma tragédia. Desapareceu a parte da história [...] um pedacinho de Maceió que nunca mais vai ser como era antes [...]*”, bem como no fato de que “*afastou as amizades [...] por conta da distância*”, evidenciando que o deslocamento compromete não apenas o espaço físico, mas também as relações sociais e os modos de vida.

“A oportunidade que nos deram foi morar em lugares muito abaixo do nosso bairro, da nossa [qualidade de vida]. Eu vim morar aqui no [Canaã]. E aí? E meus vizinhos? E as pessoas que eu conhecia?”

A desestruturação da infraestrutura e a perda de serviços essenciais intensificaram esses impactos. O fechamento de equipamentos como escolas, mercados e espaços comunitários comprometeu a organização das rotinas e da vida cotidiana, nesse contexto, observa-se “*o fechamento de estabelecimentos locais...*” e “*a mudança para um novo bairro impactou completamente a rotina*”. As narrativas reforçam essa ruptura:

“Então, eu estava cercado de amor. Tinha uma rotina de trabalhar, estudar na época, mas sempre no final de semana, sempre quando eu podia, eu estava na casa de pessoas que eu gostava, pra botar o papo em dia. E, de certa forma, o que mais me marcou foi o fechamento da igreja, que eu frequentava desde pequeno, onde fiz vínculos”.

“E o bairro Bebedouro eu sinto falta dos mercados, que não tem mais, dos mercadinhos, faz falta da igreja, de tudo, que acabou tudo, ficou um deserto aí, Bebedouro”.

Essa ruptura também se expressa na dificuldade de manter atividades econômicas vinculadas ao território, como no relato de perda de referências e bases de vida: “*Não*

¹² Idem

¹³ Idem



aconteceu só uma tragédia. Desapareceu a parte da história [...] um pedacinho de Maceió que nunca mais vai ser como era antes.” Esse processo se articula com transformações mais amplas na dinâmica econômica local, como evidenciado em narrativas que indicam que o impacto *“atingiu de forma ampla as condições de sustentação da vida econômica local, afetando redes de produção, consumo, sociabilidade e identidade territorial”¹⁴*.

Logo, as mudanças territoriais afetaram profundamente as atividades econômicas e os modos de subsistência, como evidenciado na perda de vínculos com clientela e redes locais: *“Outro efeito amplamente relatado foi a perda de clientela [...] evidenciando a dependência de redes territoriais de proximidade para manutenção da renda”¹⁵*.

Nesse contexto, a adaptação também envolve perdas no campo econômico e profissional, como sintetizado em relatos de pessoas atingidas: *“Perdi tudo”, “não consegui me erguer”*. As narrativas também indicam que *“a paralisação prolongada revela [...] dificuldades para reorganizar atividades em novos locais [...] por rupturas nas redes de sociabilidade e produção”¹⁶*, frequentemente marcadas pela perda de referências sociais, territoriais e de pertencimento.

A mobilidade e a acessibilidade emergem como dimensões centrais dos danos extrapatrimoniais no território. A redução das condições de deslocamento e o aumento das distâncias alteraram profundamente a rotina dos moradores. As narrativas indicam que *“os custos de transporte aumentaram significativamente e o tempo de deslocamento se tornou exaustivo”¹⁷*.

“Aqui, em Bebedouro, ficou bem ruim para tudo, até para a locomoção, porque diminuíram os ônibus para a gente ter que ir ao centro; se não puder, a lotação é cara. A parte do trem que a gente tinha, que era o custo mais barato, não temos mais. É bem difícil, muito difícil, porque a violência aumentou”.

Esse tema aparece com elevada recorrência nas falas, evidenciando a centralidade da mobilidade no cotidiano e seus efeitos sobre as relações sociais, como o relato a seguir: *“afastou as amizades, não por conta de não ser mais amigo, mas por conta da distância, porque nós nos falávamos com mais frequência; agora falamos menos”*.

¹⁴ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Sistematização: Mapeamento de Empreendedores e Trabalhadores Informais. Relatório técnico*. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, out.-nov. 2024b.

¹⁵ Idem

¹⁶ Idem

¹⁷ Idem



A desestruturação da infraestrutura urbana também se manifesta na precariedade de serviços básicos, como saneamento e iluminação, impactando diretamente a qualidade de vida, o sentimento de pertencimento e a forma como as pessoas se relacionam com o território (*“tudo ficou mais difícil, desde se deslocar até acessar serviços básicos”*). Em alguns casos, observa-se o destaque na fala de pessoas atingidas que *“a infraestrutura do bairro foi afetada...”*. As narrativas indicam ainda que: *“Mudou tudo, tudo mudou tudo, mudou tudo”* e *“Ruas que a gente gostava de andar e que jamais teremos isso de volta”*.

Em comunidades tradicionais, observa-se uma ruptura ainda mais profunda, associada à perda de práticas culturais e modos de vida, agravada pelas dificuldades de acesso e mobilidade.

“Para os Povos da Lagoa, a diminuição do sururu e degradação ambiental da lagoa Mundaú alteraram completamente o modo de vida das comunidades que dependiam da coleta deste marisco. A perda de renda e falta de alternativas econômicas forçaram muitos jovens a se envolverem com drogas, enquanto a prática tradicional da pesca e da mariscagem está se perdendo com as novas gerações. A infraestrutura precária, como falta de transporte e o esgoto a céu aberto, agravou as condições de vida”¹⁸.

Por fim, esses impactos evidenciam uma desestruturação das condições materiais de existência e da organização cotidiana no território, na qual infraestrutura, mobilidade e acesso deixam de ser elementos de suporte e passam a constituir dimensões centrais da experiência de perda vivida pelas pessoas atingidas.

5.1.3. Desterritorialização e ruptura das dinâmicas socioterritoriais

No contexto do território, os danos extrapatrimoniais também se expressam por meio de processos de desterritorialização, caracterizados pela retirada compulsória de indivíduos e comunidades de seus territórios, resultando em rupturas profundas nas dimensões sociais, econômicas, culturais e simbólicas da vida coletiva. As narrativas indicam que esse processo foi vivido como deslocamento forçado e desorganização abrupta da vida cotidiana (*“a mudança não foi uma escolha, foi uma imposição que desestruturou completamente a vida das famílias”*), evidenciando que *“a rotina mudou completamente e tudo longe pra ir trabalhar. Tem que fazer uma viagem. Bebedouro era*

¹⁸ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Relatório Final: pesquisa qualificada sobre os danos coletivos e extrapatrimoniais em decorrência do desastre socioambiental em Maceió*. Manual em Família. Relatório Técnico. Maceió, AL: Comitê Gestor, Programa Nosso Chão Nossa História, Associação Cultural Casa das Caldeiras (ACCC), UNOPS, 2024a.



perto do trabalho e hoje estou em um lugar bem longe” e que “perdemos contato todo mundo foi pra lugares diferentes”.

Esse processo incide diretamente sobre o território enquanto espaço vivido, historicamente apropriado e estruturado por práticas cotidianas, redes de uso e sistemas de significados. A desterritorialização não se limita ao deslocamento físico, mas envolve a perda de controle sobre o espaço, a desarticulação das condições de permanência e a ruptura das referências que organizavam a vida no território. Como expressam as narrativas:

“Eu perdi o contato com toda a vizinhança de uma vida toda. Cada um foi para um lugar diferente da cidade de Maceió, ou fora dela, como foi meu caso”.

“Minha vida está muito mais corrida pela distância entre onde moro e o trabalho; moro em Marechal e vou a Maceió todos os dias de van e ônibus”.

As narrativas evidenciam que esse processo foi vivenciado como uma expulsão forçada, marcada pela perda do direito de permanecer e decidir sobre o próprio lugar de vida. Como relatado:

“Eu não saí porque quis, me tiraram do lugar onde eu vivi minha vida inteira”.

“[Fui] obrigado a sair daqui pela [...], que condenou minha casa três vezes. Jogou na cara da gente, dizendo que se algo viesse a acontecer com as minhas filhas, a gente era responsável. Aí a gente foi obrigado a sair daqui com a casa em pé, né?”.

“E não fui [ressarcido] de nada, não fui amparado, e fui prejudicado sim, porque eu fui morador de lá, tenho as minhas lembranças e também eu perdi os meus clientes”.

Essas falas mostram a sensação da dimensão coercitiva do deslocamento e a ruptura com o território enquanto base de existência. Os relatos indicam como a vida ficou mais difícil: *“Ficou tudo mais difícil, porque famílias foram separadas, amigos separados, ficou tudo, tudo bem difícil, né?”*



A desterritorialização implica a desestruturação do território como sistema integrado, no qual moradia, trabalho, circulação, lazer e sociabilidade se articulavam em uma lógica de proximidade. A destruição desse arranjo territorial comprometeu a continuidade das práticas cotidianas e das formas de organização social, produzindo fragmentação e descontinuidade. Como evidenciado nas narrativas:

“A gente perdeu não só o lugar, mas as tradições que mantinham a comunidade viva”.

“Hoje, no meu dia a dia, eu não tenho mais, eu não possuo mais o negócio, porque eu perdi toda a minha base”.

“E eu perdi toda a minha estrutura de apoio, a convivência com a minha família”.

Os relatos evidenciam que essa ruptura atinge diretamente os espaços de convivência e socialização. Conforme registrado:

“Éramos moradores antigos, por isso praticamente todos se conheciam...se alguém passasse mal na rua sabíamos de quem era família e onde morava...sem falar nas gentilezas que os vizinhos proporcionam quando precisávamos de algo”.

“As pessoas que faziam parte do meu grupo de Coco de [Roda] se afastaram, o meu grupo de Baiana também, e a minha parte, que eu também gosto muito, que é do artesanato, foi difundida, porque não temos mais nossas feiras livres, não temos mais nosso espaço em Bebedouro para vendas, porque tudo está destruído”.

Esse processo também se reflete na perda das redes de apoio, como indicam narrativas que apontam que *“Cada um foi se afastando”* e que *“Onde eu moro, cada um na sua casa”*.



Além disso, o deslocamento forçado ocorreu de forma abrupta, intensificando o sofrimento social. As narrativas indicam que *“Foi tudo muito rápido, a gente não teve tempo de entender o que estava acontecendo, só teve que sair”* e que *“As pessoas foram obrigadas a sair sem preparo adequado”*, evidenciando a ausência de tempo e de condições para reorganização da vida.

Esse processo também é descrito como emocionalmente desestabilizador, como expresso em relatos que apontam que:

“muitas pessoas se mataram, não aguentaram viver longe. A minha avó mesmo era uma pessoa sadia, uma idosa bem durinha e, ao sair do bairro, ela ficou depressiva porque ela viveu naquela casa em que ela morava há, por exemplo, 50 anos da vida dela”.

No plano da experiência vivida, observa-se a transformação radical das interações sociais. Relatos indicam que

“Temos contato com alguns, mas não é a mesma coisa como antes; perdemos contato com outros. E fizemos algumas relações, mas muito poucas. Relação de 20 anos, de 50 anos, não se faz de um dia para a noite”.

E que houve *“Muitos, muitos amigos meus foram embora daqui, muitos. Amigos velhos, antigos, da minha infância, de quando eu era novinha. Eu cheguei aqui para morar com sete anos de idade; hoje eu tenho 63 anos. As minhas amigadas velhas saíram todas. Só ficaram as pessoas que chegaram agora; das velhas mesmo não tenho mais nenhuma”*, evidenciando a substituição de relações comunitárias densas por contatos superficiais. As narrativas reforçam essa mudança:

“Claro que muda porque muitas pessoas foram embora do bairro, vizinhos, amigos e até família. Então temos uma dificuldade de encontros, alguns nem encontro e não consigo mais entrar em contato”.

“Perdi alguns contatos de amigos. Mas existem festas de aniversário e é assim que nos encontramos!”



No plano econômico, a desterritorialização desarticulou as dinâmicas produtivas locais. Como relatado:

“Hoje, no meu dia a dia, eu não tenho mais, eu não possuo mais o negócio, porque eu perdi toda a minha base, como eu não possuía nenhum meio de transporte, eu procurei arrumar os meus clientes próximos de onde eu morava e, como [eu saí] de lá, tanto eu quanto os clientes, eu simplesmente fiquei desestruturado nesse sentido”.

“Eu vendo lanches em casa, então agora não consigo mais vender como antes, minha renda diminuiu cerca de 50%”.

“Sempre serei afetada, pois sou costureira e sempre que me mudar terei que refazer minha clientela...”.

Isso evidencia não apenas perdas materiais, mas a ruptura das relações sociais e territoriais que sustentavam a autonomia e o modo de vida. Esse impacto também aparece em relatos que indicam que *“A gente pega um pescado, uma coisa ou outra que a gente vai se virando do jeito que pode. Porque até os trabalhos que tem aqui, eles não dão oportunidade aos moradores. Estão trazendo o pessoal de fora pra vir trabalhar aqui”* e que *“É trabalhar por conta própria, que a gente trabalha pra gente, não trabalha pra ninguém, não. Tem muitos pais de família aqui que vende coisas. E está tudo desempregado, porque não tem mais emprego”*, além das bases sociais e relacionais que sustentavam as formas de vida e organização cotidiana.

A dimensão cultural desse processo se manifesta no apagamento de referências simbólicas e na interrupção de práticas coletivas. Conforme evidenciado:

“Da praça [Lucena Maranhão] do Parque do [coco] de roda dos meus amigos de infância que teve que separar todo mundo”.

“Uma coisa aqui marca muito é da minha igreja de Bebedouro, dos amigo [juntos no] parque que sempre tinha nas festas do coco de roda que eu fazia parte”.



A fragmentação das redes de apoio emerge como um dos aspectos mais recorrentes nas narrativas, evidenciando a centralidade dessas relações na sustentação da vida cotidiana. A dispersão territorial rompeu vínculos de solidariedade, cuidado e cooperação que estruturavam a vida comunitária. Como indicam as narrativas:

“O que eu acho que poderia mudar a minha qualidade de vida depois de toda essa experiência seria se tivesse alguém que pensasse sobre isso, mas infelizmente não tem. É a gente que tem que procurar. A gente foi abandonado”.

“Hoje, quando precisa de ajuda, não tem mais quem recorrer como antes”.

As narrativas também evidenciam impactos significativos sobre jovens e idosos, com efeitos diferenciados entre os grupos. Para jovens, há relatos de *“Muitas pessoas se mataram, não aguentaram viver longe”*, enquanto, para idosos, observa-se que *“A vida nunca foi perfeita, só que eu sabia que ela era meu lugar na terra. A única coisa que podia acontecer era conseguir voltar para meu bairro, e que todos pudessem também”*. Esses efeitos são agravados pela ruptura das rotinas e das redes de convivência, como indicado em narrativas que destacam a dificuldade de adaptação e a perda de referências sociais.

As transformações territoriais também são descritas como processos de esvaziamento. Os relatos indicam que *“Eu creio que [o que pode ser feito, acredito que] mais nada, né? A não ser tirar o resto da população que está aqui, né? Isolado, sem ter nada, né?”*, reforçando a ruptura da função social do território. Essa percepção também aparece em narrativas que indicam que *“Eu falei para a senhora que não dava, porque agora acabou com tudo [...]. Pessoal, chegou aqui e dava coisa linda: negócio de peixe, camarão, tudo ali na ponte, era milho, era coisa linda”*.



As narrativas evidenciam ainda processos de reterritorialização precária. Relatos indicam fragilidade dos novos vínculos territoriais, como expressam as narrativas:

“Eu vim morar aqui no [Canaã]. E aí? E meus vizinhos? E as pessoas que eu conhecia?”

“No bairro do [Pinheiro] tinha uma boa amizade, sinto saudade do meu antigo Pinheiro, para o meu trabalho que é [em] Jaraguá, eu gastava meia hora de carro, hoje [levo] uma hora para chegar”

Diante desse cenário, as expectativas de reparação extrapolam a dimensão financeira. Os relatos indicam a necessidade de reconstrução das condições de vida, especialmente para grupos mais vulneráveis, como expresso em narrativas que apontam que:

“Uma associação comunitária que envolva tanto o bairro de Bebedouro, como [Chã] de Bebedouro, como [Chã] de Jaqueira, até porque as pessoas que foram embora de Bebedouro, muitas foram para esses bairros vizinhos. Então, tendo um núcleo aqui em Bebedouro que possa mensalmente juntar todo mundo, por exemplo, um evento, mas assim, reencontros. Então, reencontros mensais com ex moradores e com os moradores que ficaram. Encontros mensais, encontros de famílias, encontros do coração, e juntaria as pessoas aqui todos os meses” e “Talvez um encontro cultural”.

Por fim, as narrativas evidenciam que a desterritorialização configura um processo amplo de desestruturação do território enquanto espaço vivido, no qual se articulam perdas materiais, simbólicas, sociais e culturais, produzindo efeitos duradouros que ultrapassam a dimensão física do espaço.



5.1.4. Memória, identidade e apagamento simbólico do território

No contexto do território, os danos extrapatrimoniais também se expressam na dimensão simbólica da experiência vivida, afetando a forma como as pessoas se reconhecem, constroem suas identidades e mantêm vínculos com suas histórias. Nesse sentido, a perda do território ultrapassa a dimensão material e se manifesta como um processo de desorganização dos referenciais simbólicos que sustentavam o sentido de pertencimento.

As narrativas indicam que a ruptura vivida não afeta apenas o lugar, mas a própria forma de existir e se reconhecer no mundo. A identidade, antes ancorada no território, passa a ser atravessada pela experiência da perda, gerando sentimentos de fragmentação e descontinuidade:

“Bebedouro, pra mim, foi o lugar onde eu nasci, inclusive o lugar onde meus pais moravam, minha mãe, meu pai, minha avó, minha família, minha base”.

“Eu morava no [Loteamento Caiçara] e vivi toda a minha infância pela região. Lá eu conheci muita gente, é muita coisa boa, me perdi, me encontrei naquele mesmo lugar, tenho muitas lembranças e mexe comigo, até mesmo quando eu passo por lá eu não me sinto muito bem”.

“Não é só uma tragédia, é a nossa vida que foi apagada”.

Nesse contexto, a memória assume um papel central, não apenas como lembrança do passado, mas como forma de manter vivos os vínculos com o território perdido. As narrativas revelam que recordar torna-se uma estratégia para preservar a história e resistir ao esquecimento:

“Quando eu passo pelo Pinheiro para cortar caminho por causa do trânsito da Avenida Fernandes Lima, me dá uma tristeza tão grande, mas a vida continua”.

“Eu tinha um negócio, um pequeno negócio, onde eu fornecia sobremesas, doces e salgados para estabelecimentos da região do Pinheiro, região de Bebedouro”.



A memória, nesse sentido, assume uma função de resistência frente ao apagamento simbólico do território. Diante da destruição física dos espaços, preservar as histórias e experiências vividas torna-se uma forma de reivindicar reconhecimento e evitar que a trajetória das comunidades seja invisibilizada:

“Rapaz, a princípio o que eu penso é que a empresa tratasse as pessoas com respeito, entendeu? E procurasse entender, porque ali eram vidas, né? Que moravam ali, têm histórias, têm negócios, têm sonhos, né?”

“Porque são vidas e, pra mim, a vida vale muito.”

Outro aspecto recorrente nas narrativas é a transformação dos espaços de referência em marcos de ausência (*“tudo que foi construído em anos desapareceu”*). Lugares que antes estruturavam a vida social e emocional passam a existir apenas na memória, produzindo um vazio simbólico que afeta a forma como as pessoas se situam no presente:

“Quando começou, quando saiu a notícia que o Pinheiro iria afundar, que estava se rachando, e chegando até Bebedouro, foi quando estava um clima de desespero na região, ninguém queria ficar lá, muita gente saiu do bairro”.

“Meu avô, ele vendia pipoca em frente à igreja católica que tinha, que existia próxima à principal de Bebedouro”.

Essa perda também se expressa na dificuldade de reconstrução identitária em novos territórios. A ausência de referências compartilhadas compromete o reconhecimento social e a construção de novos vínculos, gerando sentimentos de não pertencimento e estranhamento:

“Porque até mesmo foi um lugar onde eu nasci, todo mundo me conhecia de criança, conhecia os meus pais, e isso mexeu muito comigo”.

“Temos contato com alguns, mas não é a mesma coisa como antes; perdemos contato com outros. E fizemos algumas relações, mas muito poucas”.

“no lugar novo, a gente não se sente parte”.



As narrativas também evidenciam sentimentos de injustiça e indignação associados à desvalorização das histórias e experiências vividas. A percepção de que o território foi reduzido a um problema técnico ou econômico reforça a necessidade de reconhecimento simbólico:

“Eu creio que [o que pode ser feito, acredito que] mais nada, né? A não ser tirar o resto da população que está aqui, né? Isolado, sem ter nada, né?”.

“Hoje vivo de aluguel, onde a minha casa que comprei com tanto sacrifício hoje se encontra fechada e totalmente desvalorizada e sem esperança de poder voltar a morar na mesma”.

Além disso, observa-se que a perda das referências territoriais compromete a transmissão de memórias entre gerações. A ausência dos espaços e das experiências compartilhadas dificulta a continuidade das narrativas coletivas, gerando um enfraquecimento dos vínculos identitários ao longo do tempo.

Diante desse cenário, as expectativas de reparação extrapolam a dimensão financeira, incorporando demandas por memória, reconhecimento e valorização das identidades coletivas. As narrativas indicam a importância de preservar as histórias vividas e de criar formas de registrar e reconhecer a trajetória das pessoas atingidas:

“Quero contar minha história. Minha história começou no Bairro do Bom Parto. Onde me casei, tive dois filhos e morei minha vida neste bairro [...] destruindo um lar que lutamos tanto para ter”.

Por fim, os relatos evidenciam que o território não era apenas um espaço físico, mas o suporte das identidades, das memórias e das relações que davam sentido à vida coletiva. Sua perda produziu um processo de apagamento simbólico que compromete a continuidade das trajetórias individuais e coletivas, tornando a memória uma das principais formas de resistência diante da desterritorialização.



5.1.5. Reparação territorial, reconstrução de vínculos e memória coletiva

No contexto do território, as propostas de reparação apresentadas pelas pessoas atingidas evidenciam que os impactos vivenciados não se restringem às perdas materiais, mas envolvem dimensões simbólicas, afetivas e relacionais que estruturavam a vida coletiva, conforme destacado nos tópicos anteriores. Nesse sentido, a reparação dos danos extrapatrimoniais demanda ações voltadas à reconstrução dos vínculos sociais, do pertencimento e das referências que sustentavam o cotidiano no território.

Um dos aspectos mais recorrentes nas escutas refere-se à necessidade de reconstrução dos vínculos comunitários, entendidos como centrais para a recomposição da vida cotidiana. A dispersão territorial comprometeu profundamente essas relações, gerando isolamento e perda de apoio social. Como expressam as narrativas:

“Uma associação comunitária que envolva tanto o bairro de Bebedouro, como [Chã] de Bebedouro, como [Chã] de Jaqueira, até porque as pessoas que foram embora de Bebedouro, muitas foram para esses bairros vizinhos”.

“Então, tendo um núcleo aqui em Bebedouro que possa mensalmente juntar todo mundo, por exemplo, um evento, mas assim, reencontros. Então, reencontros mensais com ex moradores e com os moradores que ficaram”.

“Encontros mensais, encontros de famílias, encontros do coração, e juntaria as pessoas aqui todos os meses”.

Nesse sentido, a reparação é compreendida como um processo coletivo, que envolve a recriação de espaços de convivência e o fortalecimento das relações sociais e afetivas associadas ao território.



Outro tema de alta recorrência refere-se à necessidade de reconstrução das referências territoriais de pertencimento, entendidas não apenas como espaços físicos, mas como bases simbólicas da vida coletiva. As narrativas indicam que a reparação envolve a possibilidade de ressignificar o território e restabelecer vínculos com o lugar:

“Gostaria que voltasse [como era], a gente foi muito feliz”.

“A vida nunca foi perfeita, só que eu sabia que ela era meu lugar na terra. A única coisa que podia acontecer era conseguir voltar para meu bairro, e que todos pudessem também”.

A memória também aparece de forma recorrente associada à reparação, indicando a necessidade de preservar as histórias e experiências vividas como forma de reconhecimento e valorização das comunidades atingidas:

“Quero contar minha história. Minha história começou no Bairro do Bom Parto. Onde me casei, tive dois filhos e morei minha vida neste bairro”.

“Tenho muitas lembranças e mexe comigo, até mesmo quando eu passo por lá eu não me sinto muito bem”.

“Porque ali eram vidas, né? Que moravam ali, têm histórias, têm negócios, têm sonhos”.

As narrativas também evidenciam a perda da sensação de segurança e tranquilidade associadas ao território, indicando que a reparação deve considerar as condições subjetivas de bem-estar e qualidade de vida:

“À noite é muito perigoso; é perigoso você tá ali naquela região, não se sai, não se tem mais, sabe?”

“Agora muita violência, muito assalto, o que eles fizeram pra gente foi isso, muita violência, muito assalto”.



“minhas filhas mesmo não podem sair aqui na rua [...] a gente está impedido de fazer tudo que a gente fazia antigamente”.

“a gente perdeu aquela paz que tinha no bairro”.

Esse aspecto evidencia que os danos extrapatrimoniais incluem a sensação de insegurança, perda do pertencimento e da estabilidade emocional associadas ao território. Além disso, as narrativas indicam que a reparação deve contribuir para a reconstrução da autonomia e do sentido de vida, profundamente afetados pela ruptura territorial (*“o desejo de reconstruir a vida com dignidade”¹⁹*). Nesse contexto, a recomposição das condições simbólicas de existência aparece como elemento central:

“a força dessas pessoas em superar e seguir em frente poderia ser manifestada com o resgate das atividades e principalmente os grupos”.

Por fim, os relatos evidenciam que a reparação territorial no contexto dos danos extrapatrimoniais deve ser compreendida como um processo contínuo de reconstrução dos vínculos sociais, da memória coletiva e dos sentidos atribuídos ao território. Assim, o fortalecimento do pertencimento, da identidade e das relações comunitárias emerge como estratégia central para a promoção de uma reparação efetiva e significativa para as pessoas atingidas.

De forma integrada, os achados apresentados evidenciam que os danos extrapatrimoniais no território não se manifestam de maneira isolada, mas como processos interdependentes que articulam a ruptura dos vínculos sociais, a desestruturação do cotidiano, a fragmentação das redes de apoio, o enfraquecimento das referências simbólicas e as demandas por reparação.

Esses elementos revelam que o território, enquanto espaço vivido, constitui a base das experiências individuais e coletivas, sendo central para a compreensão dos impactos do desastre socioambiental. Nesse sentido, a análise das categorias analíticas de território permite avançar para a compreensão dos danos em sua expressão individual e coletiva, na qual esses processos se ampliam e se reorganizam no nível das dinâmicas sociais mais amplas, conforme será abordado nas seções seguintes.

¹⁹ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Sistematização: Mapeamento de Empreendedores e Trabalhadores Informais. Relatório técnico*. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, out.-nov. 2024b.



5.2. Indivíduo

A unidade de registro “indivíduo” evidencia que os impactos do desastre não se restringem às perdas materiais ou às transformações territoriais, mas incidem de maneira profunda sobre a experiência subjetiva, afetando a saúde mental, as emoções, os sentidos de pertencimento e a própria capacidade de reconstrução da vida cotidiana. Ao focalizar as narrativas individuais, torna-se possível compreender como o desastre é vivido, significado e incorporado no plano íntimo, revelando processos de sofrimento que se manifestam de forma prolongada, multifacetada e interligada a dimensões sociais, territoriais e institucionais.

Nesse nível, emergem evidências de danos que atingem a integridade psíquica, as relações sociais, os projetos de vida e a identidade dos sujeitos, configurando um quadro de vulnerabilidade ampliada que ultrapassa o evento em si e se projeta no tempo. É a partir dessa perspectiva que são apresentadas as categorias analíticas a seguir, iniciando-se pela desestruturação da integridade psíquica e emocional das pessoas atingidas pelo desastre socioambiental.

5.2.1. Desestruturação da integridade psíquica e emocional

A análise das escutas individualizadas revela que os impactos do desastre em Maceió ultrapassam amplamente a dimensão material, configurando um quadro persistente, complexo e multifacetado de sofrimento psíquico entre as pessoas atingidas, em consonância com as constatações das sínteses das escutas coletivas:

“Os impactos do afundamento dos bairros de Maceió são complexos e multifacetados, atingindo diferentes segmentos da população de maneiras distintas”²⁰.

“Os depoimentos colhidos revelam que o afundamento do solo em Maceió não produziu apenas perdas materiais ou econômicas - ele gerou um colapso profundo nas dimensões psicológicas, afetivas e relacionais da vida cotidiana”²¹.

²⁰ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Relatório Final: pesquisa qualificada sobre os danos coletivos e extrapatrimoniais em decorrência do desastre socioambiental em Maceió*. Manual em Família. Relatório Técnico. Maceió, AL: Comitê Gestor, Programa Nosso Chão Nossa História, Associação Cultural Casa das Caldeiras (ACCC), UNOPS, 2024a.

²¹ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Sistematização: Mapeamento de Empreendedores e Trabalhadores Informais. Relatório técnico*. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, out.-nov. 2024b.



“Há menções a insônia, crises de pânico, depressão e uso contínuo de medicamentos para controle de ansiedade, indicando um quadro de sofrimento psíquico prolongado”²².

As narrativas indicam que emoções como tristeza, angústia, perda, frustração, ansiedade e estresse não se apresentam como reações pontuais a um evento traumático isolado, mas como experiências prolongadas, que se estendem no tempo e são continuamente reativadas no cotidiano.

A tristeza aparece como emoção central e recorrente, fortemente associada à memória do território perdido. Os registros mostram que situações aparentemente banais, como transitar pelos bairros afetados, observar casas abandonadas ou interditadas, recordar praças, igrejas e espaços de convivência, funcionam como gatilhos emocionais, reatualizando a dor da perda.

Essa tristeza não se limita à lembrança de um espaço físico, mas está profundamente vinculada à ruptura do bairro como espaço de pertencimento, onde se estruturaram histórias de vida, relações familiares, redes de vizinhança e formas de sociabilidade ao longo de décadas, como pode ser observado nas seguintes narrativas:

“Eu passo hoje por aquele bairro fantasma e meu coração dói; eu choro quando eu passo por ali”.

“Ai, Iara, eu acho que eu vou falar uma coisa que eu acho que você ainda deve ter ouvido muito. E que é muito triste. Eu acho que a gente queria a nossa vida de volta. O nosso bairro de volta”.

“Eu até um dia desses não conseguia passar na frente da Fernandes Lima ali porque eu sei que no final da rua era a rua que eu morava; se eu pego uma carona hoje que passa ali por dentro, eu não consigo nem abrir os olhos direito”.

“Quando eu pego o Uber pra ir pra Santa Casa, quando eu venho por dentro, eu vejo tudinho abandonado, eu me sinto triste, porque foi vidas que perdeu, foi famílias que fecharam, amigos que partiram, eu tô chorando agora, agora que eu tô passando a conversa, eu tô chorando...”.

²² Idem



Entre idosos, essa ruptura assume contornos ainda mais intensos, produzindo sentimentos de desorientação emocional, desenraizamento e perda de continuidade da vida (*“Eu sou uma idosa de 81 anos, viúva, então me sinto muito sozinha. Com isso veio a depressão... isso afetou demais a minha vida, afetou demais muito, e não é o que eu quero: ficar desse jeito”*).

O sofrimento emocional também se expressa de maneira intensa por meio da experiência da perda, que extrapola a dimensão da moradia enquanto bem material e alcança aspectos simbólicos, relacionais e identitários.

As falas a seguir transcritas revelam um processo de luto prolongado, associado não apenas à destruição das casas, mas à dissolução dos bairros enquanto espaços de vida coletiva:

“O que aconteceu com o Pinheiro não destruiu apenas a estrutura física das casas, também rasgou um tecido invisível, mas essencial: o sentido de pertencimento, de comunidade, de ter um chão seguro para chamar de meu. Foi perder a chance de voltar à casa dos meus pais, de caminhar pela rua onde brinquei de bola, de bola de gude, de pega-pega, de pique-esconde, de pião, onde subi em árvores e vivi minhas primeiras aventuras”.

“Não tem mais jeito pra gente voltar pro nosso lar, pra nossa casa que nós vivemos lá, nós temos nossa história ali, tem os vizinhos que eram uma família pra gente. Ai cada um foi pra um lado, a gente até hoje encontra um e outro não. Os outros morreram só de desgosto. [...] a gente perdeu a nossa paz, a gente perdeu o nosso lar, a gente perdeu a nossa família”.

“Eu perdi muito mais do que uma casa, perdi meu chão que era a casa de meus pais, minha vizinhança, o quintal da minha infância e juventude... Perdi a segurança de saber que bastava atravessar a rua para estar com minha família, perdi os encontros espontâneos, os vizinhos que viraram parte da minha história, as ruas que guardavam minhas memórias mais antigas...”.

Esse luto envolve a perda da vizinhança, dos espaços coletivos e das práticas cotidianas que organizavam a vida social. Trata-se de um luto que não é exclusivamente individual, mas que se estende às famílias e às comunidades, configurando uma perda coletiva que compromete a memória social e os modos de vida historicamente construídos.



A frustração emerge como outro componente estruturante do sofrimento emocional, relacionada à quebra de expectativas, à interrupção de trajetórias de vida e à percepção de impotência diante da impossibilidade de retorno às casas:

“Então o que eu, o meu desabafo é de tristeza, sentimento de abandono, de impotência, porque a gente corre, corre, corre e não chega a lugar nenhum e eu queria, encarecidamente, que os órgãos públicos olhassem para a gente. Quanto tempo? Porque a gente perdeu a renda da gente, a gente perdeu a dignidade, a gente perdeu o emocional, perdemos a saúde...”

Os registros (“Hoje vivo de aluguel, onde a minha casa que comprei com tanto sacrifício hoje se encontra fechada e totalmente desvalorizada e sem esperança de poder voltar a morar na mesma por conta da bandidagem que hoje assola o bairro. Sou uma idosa, vivo doente e pagando um aluguel que mal posso pagar”) indicam sofrimento associado à desvalorização do patrimônio conquistado com esforço ao longo da vida, bem como à demora, insuficiência ou falta de clareza das respostas institucionais.

A espera prolongada por soluções, acordos ou indenizações aprofunda o desgaste emocional, produzindo cansaço psíquico, desânimo e sensação de ausência de perspectivas, como pode ser observado neste relato:

“O deslocamento foi trágico e frustrado [...] acabou com a minha vida e os meus sonhos. Não arrumei mais emprego aí, e o dinheiro que recebi de indenização não deu pra eu comprar uma casa, porque os preços subiram demais. Aí vim embora pra tentar um novo recomeço em outro lugar, outro estado, tentar sair do pesadelo”.

A frustração, nesse sentido, não está associada apenas às perdas em si, mas também à forma como os processos de reparação são vivenciados e percebidos pelas pessoas atingidas, como revelam as narrativas a seguir transcritas:

“Eles nem se preocupam em saber de fato se ficou todo mundo bem após o desastre causado por eles. Eles criam uma imagem fantasiosa de que a empresa oferece mais benefícios que malefícios, como se uma indenização fosse apagar o estrago causado no emocional das pessoas, e, em boa parte, uma indenização nem de longe chega a proporcionar o que tínhamos antes”;



“Minha casa foi avaliada num valor e me pagaram outro. Que sempre fica, é... como se diz, os danos morais da gente foram pequenos demais, né? E outra: não tivemos apoio de ninguém, ninguém, ninguém nos apoiou”;

“Deviam pagar muito caro pelo que fizeram com todos nós, principalmente pagar danos morais, aproveitar o momento frágil da gente e dar 40 mil reais para cada um, para um núcleo familiar de quatro pessoas dentro de uma casa... como se estivesse pagando dinheiro do mundo todo. E a justiça hoje ainda questiona que a gente assinou”.

De modo transversal, os dados indicam que esse sofrimento emocional é agravado por fatores estruturais, como envelhecimento, adoecimento, precarização das condições de vida e insegurança habitacional, incluindo a necessidade de viver de aluguel ou em situações instáveis.

Expressões de resignação, como “*a vida continua, né? Fazer o que?*”, aparecem nas narrativas não como sinal de superação, mas como estratégias de adaptação forçada a uma realidade imposta, na qual a dor permanece presente, não elaborada e constantemente reativada:

“Infelizmente, a gente não pode ter a vida que a gente tinha antes, mas a gente tenta nos manter de pé, né... E é isso, né, fazer o que? É acostumar, infelizmente, não é o que nós queremos, mas infelizmente é o que a gente tem que fazer, né”.



5.2.2. Ruptura das redes de sociabilidade e pertencimento

Em consonância com as sínteses das escutas coletivas, os resultados evidenciam que o desastre provocou uma ruptura profunda das redes de sociabilidade, afetando de maneira estrutural as relações sociais, familiares e comunitárias das pessoas atingidas, como pode ser observado nas narrativas a seguir:

“O deslocamento compulsório é descrito como um rompimento abrupto de vínculos sociais e afetivos, que redefiniu o cotidiano e os modos de viver. Moradores relatam que deixaram para trás vizinhos, amigos, memórias e redes de apoio comunitário. A mudança para bairros mais distantes é percebida como isolamento e perda de pertencimento, marcada por expressões como 'não conheço ninguém aqui' e 'minha vida ficou vazia'”²³.

“O tema da fragmentação familiar é outro aspecto recorrente. Muitas falas mencionam separações entre parentes, dispersão de famílias e perdas afetivas decorrentes da realocação. Em alguns casos, o afastamento entre familiares é associado à piora da saúde mental, à perda de apoio emocional e ao agravamento da solidão. [...] A mudança para os novos bairros também impactou a dinâmica familiar e comunitária, dificultando a reconstrução de laços em novos territórios”²⁴.

O deslocamento forçado e a desarticulação dos bairros afetados romperam vínculos historicamente construídos (*“Era uma vizinhança boa e os vizinhos se ajudavam, os nossos filhos voltavam da escola e iam para os ensaios de coco ou quadrilha”*), comprometendo redes de convivência, apoio mútuo e pertencimento que organizavam a vida cotidiana e funcionavam como importantes mecanismos de proteção social e emocional (*“Tudo nós tínhamos perto, tinha facilidade de viver, de conviver, porque éramos quase todo o bairro uma família só. Todos se conheciam há mais de 50 anos e todos se respeitavam e se protegiam”* e *“Eu sempre estava na casa das minhas tias. Minhas tias me davam um apoio logístico com os meus filhos, porque eu sou mãe solo. Eu não tenho mais isso”*).

²³ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Sistematização: Mapeamento de Empreendedores e Trabalhadores Informais. Relatório técnico*. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, out.-nov. 2024b.

²⁴ Idem



A solidão emerge como experiência recorrente nas narrativas, expressa não apenas pela ausência física de pessoas, mas pelo sentimento de estar só mesmo em contextos de convivência formal, como pode ser observado nas seguintes narrativas:

"Até a igreja que eu era mais participativo lá, mais ativo, hoje eu me sinto um estranho".

"A gente tenta fazer amizade, mas é aquela coisa assim: muitas das pessoas discriminam um pouco porque não conhecem, acham que a gente saiu dali e tal".

"Moro num bairro onde eu não conheço ninguém, onde eu não tenho relação nenhuma, 24 horas dentro de casa".

As falas indicam que a perda do convívio cotidiano com vizinhos, amigos e familiares gerou sensação de vazio relacional e isolamento afetivo: *"Ficou muito difícil, né? [...] cada um mudou de bairro, né? Outros a gente já sabe que estão sendo enterrados, né? Doentes também, com depressão, depressivo, né? [...] Não tem mais aquele ânimo que tinha antes, né? Aquela animação que tinha antes de ver aquela família ali toda unida, né? É doloroso".* Esse impacto se mostra particularmente intenso entre idosos e pessoas adoecidas, para os quais os vínculos comunitários eram fundamentais para o cuidado cotidiano, a manutenção da autonomia e o bem-estar emocional:

"Meus irmãos também, que moravam perto de mim, cada um está morando num local diferente, então não tem ninguém perto de mim que eu possa conversar. [...] Eu me sinto muito só, realmente. E é muito ruim, porque a pessoa está envelhecendo e a solidão é horrível, né? [...] a solidão é o pior de tudo dessa situação"

"Hoje em dia, infelizmente, a gente não tem mais contato com nenhuma das pessoas que faziam parte do nosso ciclo de convivência. Inclusive, a nossa vizinha principal, com quem a gente tinha mais vínculo, faleceu devido a uma piora do estado depressivo dela após essa situação".



O isolamento social aparece também como condição objetiva decorrente da ruptura territorial: *“Hoje a gente, assim, eu vivo assim um pouco isolada, né? Porque vizinhos é, como eu já disse, assim, é onde a gente chega, é difícil fazer. As pessoas vivem trancadas em suas casas, cada um com o seu mundinho, cada um com a sua vida, né? A gente se fala só 'bom dia', 'boa tarde', dá duas, três palavras e pronto, é assim”.*

A mudança compulsória para outros bairros ou moradias provisórias rompeu a proximidade física e simbólica que sustentava as relações comunitárias, dificultando a reconstrução de laços em novos contextos, conforme destacam as narrativas:

“No Chã de Bebedouro, eu conhecia todo mundo, me sentia parte de uma comunidade. Hoje, é como recomeçar do zero, mas sem aquele apoio que eu tinha antes. As relações ficaram mais soltas, o sentimento de pertencimento se perdeu”

“A minha família toda foi pra bairros muito distantes uns dos outros. [...] Agora tá nos bairros desconhecidos. Aí a gente não sai [...] Mas eu não posso mais andar na casa deles, porque os bairros são diferentes um do outro. Sempre tem uns problemas em um canto, uns problemas em outro, e a gente não pode andar”.

Os registros a seguir transcritos indicam redução das interações sociais, afastamento progressivo das redes de sociabilidade e diminuição da participação em atividades coletivas, contribuindo para o empobrecimento das relações sociais e para o agravamento do sofrimento emocional:

“Afetou sim, hoje a solidão acompanha cada um de forma física, só nos comunicamos por redes sociais porque a distância nos separou da presença dos diálogos. Finalmente do convívio humano”;

“Não tem como dialogar na porta, você estava botando o seu banquinho na porta para conversar, comendo uma cisteira, né, fofocar um pouquinho e hoje em dia a gente olha para o nosso bairro só ver a escuridão... Não tem ninguém, os que ficaram ficam trancados em casa com medo”.



A análise evidencia ainda a fragilização das redes de apoio, tanto no plano comunitário quanto institucional. As narrativas expressam sentimentos de abandono e desamparo diante da ausência ou insuficiência de suporte contínuo, reforçando a sensação de desproteção social:

“Essa assistência a gente não teve. Foi X da casa e se vire agora. Jogou cada família num lugar e se vire”.

“Dizem que a gente não está na área de risco, mas estamos com abandono social, abandono cultural, abandono de tudo, o poder público. Então é uma pior situação”.

Essa ruptura não se limita à esfera interpessoal, mas assume caráter estrutural, afetando a capacidade dos indivíduos de reorganizar suas vidas após o desastre e ampliando a dependência de soluções individuais diante de problemas coletivos.

5.2.3. Insegurança existencial e suspensão do projeto de vida

A análise das escutas indica que o desastre instaurou uma condição persistente de insegurança existencial, caracterizada pela combinação de medo, instabilidade e incerteza, que atravessa o cotidiano das pessoas atingidas e compromete profundamente a previsibilidade da vida. De acordo com a síntese das escutas coletivas:

“o desastre afetou diretamente não apenas as condições materiais de vida, mas também a estrutura emocional e psicológica dos atingidos. [...] a insegurança e a incerteza perpetuam um sentimento de injustiça, exaustão e adoecimento, fragilizando laços sociais que antes sustentavam a vida”²⁵.

Essa insegurança não se manifesta de forma episódica, mas como um estado contínuo, associado à perda do território, à instabilidade habitacional, à precarização das condições materiais e à ausência de perspectivas claras de futuro (“A gente não sabe até quando vai ter ajuda, ou se vai conseguir se estabilizar de novo. [...] Várias pessoas

²⁵ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Relatório Final: pesquisa qualificada sobre os danos coletivos e extrapatrimoniais em decorrência do desastre socioambiental em Maceió*. Manual em Família. Relatório Técnico. Maceió, AL: Comitê Gestor, Programa Nosso Chão Nossa História, Associação Cultural Casa das Caldeiras (ACCC), UNOPS, 2024a.



perderam tudo: trabalho, casas, o verdadeiro terror. A renda foi afetada; as pessoas não têm dinheiro para comprar”).

Trata-se de uma experiência que afeta não apenas a dimensão prática da vida, mas a própria forma de existir no tempo e no espaço (*“Essa mudança forçada gerou um sentimento constante de insegurança e instabilidade. A sensação é de que o solo, que sempre sustentou minha vida e minhas lembranças, agora representa uma ameaça”*).

O medo aparece de forma recorrente nas narrativas, frequentemente relacionado à percepção de aumento da violência, à degradação dos bairros afetados e à sensação de abandono dos territórios: *“O índice de violência aumentou, pessoas sendo brutalmente assassinadas, assaltadas. Isso dentro da nossa própria comunidade. [...] A gente não tem mais sensação de segurança, a gente não tem cultura, a gente não tem mais a nossa rotina de antes”*.

Ambientes antes vividos como seguros (a casa, a rua, o bairro) passam a ser associados a risco e ameaça, alterando a relação dos indivíduos com o espaço urbano (*“Era um bairro que você podia sair e voltar a hora que quisesse. [...] Você dormia de portas abertas e, dentro de casa, ninguém mexia. Não fazia medo de você sair e voltar a hora que fosse, e assim, hoje em dia, no bairro onde a pessoa mora não tem mais confiança”* e *“A sensação de segurança também mudou muito. Antes, eu podia sentar na calçada à noite, conversar com os vizinhos, deixar a porta meio aberta... agora fico sempre mais atento, mais desconfiado. É como se aquela paz tivesse ficado pra trás junto com o bairro”*).

Essa transformação leva à restrição da circulação, especialmente no período noturno, à reorganização forçada de hábitos cotidianos e à adoção constante de estratégias de autoproteção, que produzem desgaste emocional e sensação permanente de alerta. O medo se intensifica em contextos de maior vulnerabilidade, como entre mulheres, idosos, pessoas adoecidas e famílias com crianças, para os quais a insegurança compromete diretamente a sensação de proteção e cuidado:

“A minha filha vem de trabalho, outro dia ela me levou para passear, a gente chegou nove horas, eu cheguei com medo. Além dos buracos, você tem que diminuir a velocidade. A velocidade, tudo deserto. A iluminação péssima, você fica com medo, né? [...] Tem um carro com ela dirigindo, eu, com minhas limitações e três crianças. Se aquele carro parar? Ele está aí na porta. Então, sim, é uma insegurança que eu passo”.



“Minhas primas que moram na Chã de Bebedouro ainda sofrem porque não têm linhas de ônibus suficientes. A falta de segurança no bairro para elas é terrível: às 18h já começam os assaltos nos pontos de ônibus de lá”.

A incerteza emerge como elemento estruturante dessa experiência, associada à indefinição sobre moradia, trabalho, renda e aos desfechos dos processos institucionais de reparação: *“Aí eu não sei o que pode acontecer com essas pessoas que ficaram lá: estão alegando que vai sair, outros dizem que não vai, outros dizem que vai, outros dizem que não vai. [...] Isso não é justo; é uma maneira de causar mais danos a quem já foi afetado”.*

As narrativas a seguir transcritas revelam angústia diante da falta de informações claras, da mudança frequente de regras e da demora nas respostas, produzindo ansiedade prolongada e sensação de impotência:

“Houve um tempo que a tristeza, o medo tomou conta, porque víamos quem amamos partir, e nossa vez nunca chegou; a cada mapa, uma 'esperança' que virava decepção. Porque no tempo que começou com o medo todos queríamos sair... e a gente ficando e se sentindo isolados”.

“Aí eu fui financiar, e a [banco] não financia, por causa da minha idade, porque o meu salário é pouco. E eu tô no desespero, sem saber o que fazer, com depressão, ansiedade, síndrome do pânico, fobia”.

“Não fomos reconhecidos pelos órgãos públicos; daí fazemos tratamento com psiquiatra, tomamos remédios pra dormir... minha vida atualmente se resume a trabalho e tratamento pra continuar vivendo, não consigo passar próximo ao meu antigo bairro sem sentir sensação de angústia, tristeza e revolta”.

“Infelizmente, a gente não tem perspectiva pro futuro, né, a gente não consegue entender o que tá acontecendo hoje, falta de informação também [...] a gente não tem clareza do que tá sendo feito, da proporção que pode tomar”. Esse relato apresenta um cenário que gera a percepção de que a vida está em suspenso: o presente é vivido como provisório e instável, enquanto o futuro permanece inacessível à imaginação e ao planejamento.



A impossibilidade de tomar decisões de médio e longo prazo, como investir em trabalho, retomar estudos, reorganizar a vida familiar ou planejar o envelhecimento, compromete diretamente a autonomia e a capacidade de conduzir a própria trajetória:

“Com essa idade não se consegue trabalho, não se consegue alugar mais nada. Estamos quase no fim de nossas vidas. É o local que a gente tinha, que era para deixar para os nossos filhos, para os nossos netos. Não temos mais, né?”.

Nesse contexto, o dano existencial se manifesta de forma clara e profunda, caracterizado não apenas pela interrupção abrupta de projetos de vida, mas pela erosão da capacidade de projetar o futuro como horizonte possível:

“O meu desabafo é de tristeza, sentimento de abandono, de impotência, porque a gente corre, corre, corre e não chega a lugar nenhum [...] a gente perdeu a dignidade, a gente perdeu o emocional, perdemos a saúde...”.

“Infelizmente não tem mais o que recuperar, olha, tudo foi destruído, não tem mais o que voltar atrás. A gente perdeu foi uma vida, uma história por conta da tragédia, então, assim, eu acho que não tem mais o que recuperar”.

Os relatos evidenciam que trajetórias profissionais, planos familiares, expectativas de estabilidade e projetos construídos ao longo de décadas foram desarticulados sem possibilidade concreta de recomposição:

“A gente está esperando para que venha essa ajuda para todos nós que fomos moradores, fomos afetados e estamos dependendo, esperando até hoje para que isso venha a ser corrigido e sejam revistos os nossos direitos. Que a gente possa poder ter o direito certo [...] a gente tinha pura certeza que a gente ia morar até o fim de nossas vidas”.



A vida passa a ser organizada em função da espera por respostas, acordos e por soluções, transformando o tempo em um fator de sofrimento contínuo e produzindo sensação de perda de controle sobre o próprio destino:

“Estou aguardando sedenta por justiça diante dos descasos e da impunidade. [...] Minha vida nunca mais foi a mesma e a de minha mãe também não, viver se tornou uma luta constante, a cada dia fica ainda mais revoltante, ver que eles não se preocupam nem um pouco em saber de fato como estão todas as vítimas”.

Os dados indicam ainda que o dano existencial se expressa na dificuldade de reconstruir sentido para a vida cotidiana *“E é isso, eu tô muito sofrida, muito mexida, sem rumo, sem norte”*. A ruptura entre o “antes” e o “depois” do desastre compromete a continuidade biográfica, gerando sentimentos de estagnação, desânimo e esvaziamento de propósito:

“Mas a minha vida hoje é parada; não faço nada, só sou dona de casa mesmo... mexeu muito comigo. [...] Fiquei doente mesmo, de verdade, mas não me recuperei mais não”.

“a Lagoa que eu, quando era criança, pegava sururu virou minha história, minha vida virou só um passado... Nada vai trazer minha casa minha vida minha família de volta”.

Para muitas pessoas atingidas, especialmente idosos ou pessoas com forte vínculo territorial e comunitário, a perda das condições anteriores de vida representa a inviabilização definitiva de projetos que não poderão ser retomados, configurando uma experiência de finitude antecipada do futuro *“Isso emocionalmente acabou com a gente. Acabou. Isso dá uma tristeza. Eu acho que eu envelheci nesses últimos cinco anos, eu envelheci dez. Acumulamos doença, depressão, ansiedade. [...] Então a perda foi muito grande emocionalmente, muito. Indescritível”*).

“Eu acho que sim, né? Com dignidade, né? Porque é uma coisa que eles perderam, né? Quando alguém tira, assim, um bem que você tinha ali por tanto tempo, você perde a dignidade, a liberdade, a alegria”. Essa narrativa demonstra que o dano existencial não se limita à frustração de planos específicos, mas incide sobre a própria possibilidade de imaginar e construir uma vida com sentido, autonomia e dignidade.



5.2.4. Degradação da identidade e memória biográfica

A síntese das escutas coletivas indica que:

“o deslocamento não é apenas uma questão física, mas um processo que desestrutura identidades, memórias e laços afetivos, resultando em narrativas onde os atingidos relatam ter perdido não apenas bens, mas também sua própria história de vida e a identidade construída nos bairros”²⁶.

Seguindo o mesmo entendimento, os resultados demonstram que o desastre produziu impactos profundos e duradouros sobre a identidade e a memória biográfica das pessoas atingidas, ao romper as referências territoriais, materiais e relacionais que estruturavam suas histórias de vida.

A perda da moradia, do bairro e das práticas cotidianas associadas ao território comprometeu os marcos a partir dos quais os indivíduos construía o sentido de quem são, de onde vêm e a que coletividade pertencem, afetando diretamente o reconhecimento social, a autoestima e o sentimento de pertencimento:

“Até hoje eu não consegui mais um aconchego como eu tinha ali, porque até mesmo foi um lugar onde eu nasci, todo mundo me conhecia de criança, conhecia os meus pais, e isso mexeu muito comigo”.

“Chegamos no bairro de Chã de Bebedouro em 1968... O bairro era tradicional por suas riquezas culturais... Nossos vizinhos sempre foram os mesmos. Na rua em que eu morava, todos se conheciam... nunca esquecemos nossas raízes porque minha mãe não queria sair da casa dela... na verdade fomos expulsos!!”.

²⁶ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Relatório Final: pesquisa qualificada sobre os danos coletivos e extrapatrimoniais em decorrência do desastre socioambiental em Maceió*. Manual em Família. Relatório Técnico. Maceió, AL: Comitê Gestor, Programa Nosso Chão Nossa História, Associação Cultural Casa das Caldeiras (ACCC), UNOPS, 2024a.

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Sistematização: Mapeamento de Empreendedores e Trabalhadores Informais. Relatório técnico*. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, out.-nov. 2024b.



A nostalgia emerge de forma recorrente e significativa nas narrativas, funcionando como mecanismo de elaboração simbólica das perdas e, simultaneamente, como forma de resistência ao apagamento das experiências vividas:

“A nossa história não pode ser apagada. [...] Às vezes, só de reunir o pessoal pra conversar, lembrar e rir junto, já é uma forma de resistência contra o esquecimento. [...] Queremos que o que vivemos ali tenha valor e não seja apagado por uma tragédia que nunca deveria ter acontecido”.

O passado é mobilizado como referência de estabilidade, segurança e sentido, em contraste com um presente marcado por deslocamento, instabilidade e incerteza. Casas, ruas, vizinhanças e bairros são evocadas não apenas como espaços físicos, mas como cenários de histórias familiares, redes de convivência, práticas culturais e rotinas que davam continuidade à vida e sustentavam a identidade individual e coletiva.

“As ruas, as praças e o comércio local eram espaços de convivência importantes para mim e para minha família. Tenho muitas lembranças boas: aniversários celebrados com os vizinhos, festas tradicionais e encontros nas praças. O Farol sempre foi um bairro acolhedor, cheio de vida e história”.

“Fomos obrigados a sair de um lugar onde minha família viveu por mais de meio século - minha mãe, meu pai, meus irmãos, sobrinho, esposa, filha e eu - um bairro que era muito mais do que endereço, era lar, história, raízes. Tivemos que reconstruir a moradia em outro bairro, reaprender a conviver em um lugar que não carrega as nossas memórias”.

Esse movimento de rememoração, contudo, assume um caráter profundamente ambivalente: se, por um lado, a nostalgia preserva a memória, reafirma trajetórias e mantém vivos os vínculos afetivos e territoriais por outro, intensifica o sofrimento emocional ao evidenciar a impossibilidade de retorno e a irreversibilidade das transformações impostas pelo desastre.

“Bem, resgatar fotos em algum lugar, num acervo, num arquivo, embora seja dolorido, doloroso. É até doloroso estar falando agora [...] Então, a sugestão era fotos, um acervo, que a gente pudesse depois mostrar para os nossos netos. É dolorido, mas também é a realidade que aconteceu e que está acontecendo ainda”.



“Cada ida a algum lugar que me lembra o Pinheiro é também um lembrete de que não podemos mais voltar. Por dentro, a mudança é ainda mais dura de carregar, já que quase todas as noites eu sonho com o bairro; é como se eu acordasse dentro de uma memória que insiste em não me abandonar”.

“Nós não perdemos trabalho, nós não perdemos a pesca, nós perdemos a nossa história. E hoje existe só na memória. Mas tudo aquilo que a gente construiu com muito esforço, com muito sacrifício, com muitas lágrimas, nós perdemos, foi tirado de nós”. Esse relato ilustra que as lembranças passam a ocupar um lugar central na experiência das pessoas atingidas, tornando-se, muitas vezes, o principal (ou único) vínculo possível com aquilo que foi perdido, o que reforça a sensação de desenraizamento e ruptura.

O impacto identitário se expressa, assim, como desorientação (*“...foi também uma ruptura humana, uma ferida aberta que muitos ainda carregam no silêncio, porque a cidade seguiu, as rotinas mudaram, mas quem viveu ali continua tentando dar nome a uma ausência que não se explica com palavras simples”*), sensação de invisibilidade e esvaziamento de referências.

A ruptura abrupta entre o “antes” e o “depois” do desastre compromete a continuidade da história de vida (*“Eu perdi muito mais do que uma casa, perdi meu chão que era a casa de meus pais, minha vizinhança, o quintal da minha infância e juventude, o bairro onde minha mãe viveu por mais de 50 anos, onde eu passei 37 anos da minha vida”*), dificultando a integração das experiências passadas ao presente e a projeção de um futuro com sentido (*“Mas as marcas da perda continuam. A gente tenta seguir, mas sempre com um pedaço da gente preso no que ficou pra trás”*).

Muitos relatos indicam dificuldade de se reconhecer nos novos espaços de moradia e nas condições impostas, revelando um processo de fragilização do reconhecimento social e de perda do lugar simbólico anteriormente ocupado na comunidade:

“Então, a gente nunca se acostumou... a gente nunca se acostumou no bairro, que é tudo diferente... Você chega no bairro, não conhece ninguém, não é o bairro que você morou há 30 anos, você conhecia todo mundo, seus vizinhos”.

“...a gente ainda sente bastante porque não conhece ninguém no bairro. A gente tenta fazer amizade, mas é aquela coisa assim: muitas das pessoas discriminam um pouco porque não conhecem, acham que a gente saiu dali e tal”.



"Meu esposo vivia da pesca, foi afetado. A mesma coisa de lá não era a mesma coisa daqui. Eu vivia de um bar, de uma sinuca, parava minha venda. Aqui já tem onde eu moro, não é a mesma coisa de lá".

Trata-se, portanto, de um dano que ultrapassa amplamente o plano material, incidindo diretamente sobre os fundamentos simbólicos, territoriais e relacionais que sustentam a identidade individual e coletiva.

O apagamento dos marcos espaciais e sociais que organizavam a memória e a biografia das pessoas atingidas configura uma perda extrapatrimonial profunda, que compromete a dignidade, o pertencimento e a continuidade biográfica, revelando que os impactos do desastre se estendem à própria forma como os indivíduos se reconhecem, são reconhecidos e narram suas próprias histórias:

"Não tem como resgatar uma história que foi, que acabou, aquilo ali acabou. Ali o bairro do Bebedouro é uma história, um livro que teve uma história e que fechou. Não se reconta mais uma história, não se refaz mais uma história daquele que foi destruído, que foi acabado".

5.3. Coletivo

A unidade de registro "coletivo" orienta a análise para além das experiências individuais, permitindo compreender o desastre como um fenômeno que incide sobre a dimensão compartilhada da vida social, na qual memória, identidade e pertencimento são construídos de forma relacional e territorializada. Nesse nível analítico, os impactos não se restringem a perdas materiais ou subjetivas isoladas, mas configuram processos que atingem o tecido social, a história comum e as formas coletivas de existência.

A partir dessa perspectiva, evidencia-se que a degradação do território implica não apenas a destruição física dos espaços, mas também a desarticulação da memória coletiva, o apagamento simbólico de trajetórias históricas e a produção de desigualdades que se expressam de maneira interseccional, afetando de forma mais intensa grupos socialmente vulnerabilizados. Assim, a seguir são apresentadas as análises de como o desastre socioambiental opera como um mecanismo de ruptura da continuidade coletiva, ao mesmo tempo em que revela estratégias de resistência e disputas pelo reconhecimento da memória e da identidade social.



5.3.1. Memória coletiva, apagamento simbólico, grupos vulnerabilizados e interseccionalidades

A degradação do território configura-se como um fenômeno que transcende a esfera material, implicando o apagamento sistemático da memória social e coletiva das comunidades atingidas pelo desastre socioambiental. Esta categoria examina como a degradação física dos bairros opera uma imposição simbólica, apagando referências históricas e atingindo desproporcionalmente grupos cujas identidades estão enraizadas no território.

O processo rompe narrativas históricas consolidadas, interrompe trajetórias de vida e dissolve referências identitárias, com impactos desproporcionalmente agravados sobre grupos historicamente vulnerabilizados. Nesse contexto, a memória emerge como dimensão duplamente constitutiva: como elemento central do dano extrapatrimonial vivenciado pelas pessoas atingidas e como estratégia simbólica de resistência, especialmente entre povos tradicionais e grupos socialmente marginalizados.

A análise das narrativas das sínteses de escutas coletivas e escutas individualizadas revela que a perda territorial não se restringe à retirada física das famílias de suas residências, mas estende-se à degradação de um patrimônio simbólico e afetivo profundamente enraizado na memória coletiva.

As pessoas atingidas não perdem apenas bens materiais, mas também referências identitárias construídas ao longo de gerações. A memória dos bairros, das festas, da vizinhança e das histórias familiares constitui elemento central nas falas, embora permaneça sistematicamente ausente ou minimizada nos discursos institucionais. A percepção de que a demolição física apaga a existência social é inequívoca na constatação de que:

"Desta forma, a afetação dos bairros em Maceió resultou em ruínas com pichações, ruas desertas... as demolições em andamento provocam o apagamento total da memória coletiva não só para os afetados, mas para toda cidade" ²⁷.

²⁷ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Relatório de Escuta da Cultura – a cultura impactada pelo desastre socioambiental causado pela Mineradora, em Maceió/AL*. Relatório técnico. UNOPS, ago. 2025d.



A degradação física atua como desestruturação simbólica, rompendo a história compartilhada da cidade. O luto territorial profundo provocado pelo esvaziamento irremediável do espaço vivido traduz-se em sentimentos de completa desolação, como expresso nas falas:

"Não tem mais o que preservar. Sonhos foram destruídos".

"Me dá minha casinha de volta, meu trabalho de volta, mas agora já era. Lá tá um deserto, só ficou lembrança e mais nada".

A ruptura do tecido social e o isolamento subsequente à expulsão forçada encontram expressão contundente quando um morador relata:

"O Bebedouro pra mim sempre foi tudo... Hoje a gente vive isolado, fecharam a gente, isolaram a gente. Hoje o Bebedouro é só, como posso dizer, desgraça. Por causa dessa mineradora".

O espaço público é o suporte das lembranças que definem o pertencimento individual e coletivo. O apagamento simbólico manifesta-se quando o território é tratado exclusivamente como espaço físico ou ativo econômico, ignorando seu papel como lugar de pertencimento e produção de sentido. As falas evidenciam que, ao serem deslocadas, as pessoas atingidas vivenciam uma ruptura na continuidade de suas histórias, gerando sentimento recorrente de invisibilidade.

Este processo agrava-se quando se observa que os grupos mais atingidos são aqueles que historicamente já ocupavam posições de vulnerabilidade social. O impacto físico do esvaziamento e sua capacidade de obliterar a história compartilhada são inequívocos. O peso interseccional deste apagamento sobre os mais velhos, cujo enraizamento territorial era central para sua saúde, revela-se dolorosamente no relato:

"A minha avó mesmo era uma pessoa sadia, uma idosa bem durinha e, ao sair do bairro, ela ficou depressiva porque ela viveu naquela casa em que ela morava há, por exemplo, 50 anos da vida dela".

Evidencia-se o impacto severo sobre idosos, onde o território é a base da estrutura emocional e identitária. A análise das narrativas demonstra que mulheres, idosos e famílias de baixa renda experimentam de forma mais intensa os efeitos do



deslocamento e do apagamento da memória. As mulheres aparecem frequentemente como guardiãs da história familiar e comunitária, sendo responsáveis pela manutenção dos vínculos simbólicos com o território. Quando esses vínculos são rompidos, o impacto emocional e identitário sobre elas tende a ser mais profundo, revelando uma clara dimensão de gênero no processo de perda.

As interseccionalidades emergem como elemento estruturante da experiência vivida. Não se trata de uma perda territorial genérica, mas de uma vivência atravessada por desigualdades sociais preexistentes. As falas indicam que famílias com menor capital econômico e social enfrentam maiores dificuldades para reivindicar reconhecimento, acessar informações e participar dos processos decisórios. Isso reforça um ciclo de exclusão no qual o sofrimento simbólico é naturalizado ou tratado como secundário. A desterritorialização implica a degradação da identidade coletiva construída em ritos sociais, como expresso na fala: *"Eles tiraram de nós memórias de aniversários, de festas de bairro, de datas comemorativas"*.

A memória coletiva, nesses contextos, deixa de ser reconhecida como um direito. As falas sugerem que os processos institucionais priorizam indicadores técnicos e jurídicos, enquanto as histórias de vida e os significados atribuídos ao território permanecem à margem. Este silenciamento institucional contribui para a sensação de que o passado das comunidades foi descartado, substituído por uma lógica que valoriza o território apenas em termos de uso econômico ou de gestão do risco.

Dessa forma, evidencia-se que o apagamento simbólico não é um efeito colateral, mas um componente estrutural dos processos de desterritorialização analisados. Ao ignorar a memória coletiva e as interseccionalidades, os mecanismos de reparação reforçam desigualdades e produzem novas formas de imposição simbólica, aprofundando o sofrimento social das pessoas atingidas. Revela-se a percepção de apagamento simbólico resultante de uma relação assimétrica de poder (*"Não tem nada, pra mim é como se apagasse nossa história. A vida foi uma covardia muito grande"*).

A demolição das casas atua como uma "morte simbólica" do território, rompendo a transmissão intergeracional de saberes e memórias. Para os grupos vulnerabilizados, especialmente os idosos, a casa constituía extensão da própria identidade. A remoção forçada e o desaparecimento da vizinhança representaram não apenas uma realocação geográfica, mas o apagamento violento de suas biografias.



A degradação física dos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol transcende a perda material, operando como degradação simbólica da história urbana de Maceió. O desaparecimento de referências espaciais e rituais cotidianos resulta no apagamento da identidade coletiva, afetando de forma mais aguda grupos cuja trajetória de vida estava intrinsecamente ligada ao território. Aponta-se para uma injustiça ambiental estrutural que retira referenciais identitários de comunidades inteiras (*"A Mineradora destruiu as histórias dos bairros de Maceió [...] Tudo foi afetado, Alto do Céu, Pinheiro, Jardim Acácias; a cultura e os eventos foram destruídos"*).

A demolição é interpretada como a eliminação física de trajetórias de vida (*"Estão derrubando as casas e os prédios; isso é nossa história"*). A dor do apagamento encontra expressão nas falas:

"Não tem nada, pra mim é como se apagasse nossa história. A vida foi uma covardia muito grande o que essa empresa fez".

"As pessoas relatam ter perdido não apenas bens, mas também sua história de vida e a identidade construída nos bairros"²⁸.

Revela-se o impacto intergeracional da perda de um território ocupado por um século (*"Minha família tinha quase 100 anos em Chã de Bebedouro e agora são apartamentos"*). A ruptura do território fragmenta redes de apoio familiar e apaga memórias construídas por gerações (*"Toda a minha família, 7 irmãos e minha mãe... morava no Pinheiro há décadas"*).

A metáfora da "raiz" enfatiza a profundidade do enraizamento social e a imposição da ruptura (*"A gente é raiz daquele local, somos radicalizados ali e perdemos o nosso espaço"*). Neste cenário, a proposta de criação de um memorial para preservar a história dos bairros afetados configura-se como exemplo de reparação simbólica, buscando reconhecer e manejar as perdas e traumas vividos pelas comunidades:

"A proposta de criação de um memorial para preservar a história dos bairros afetados constitui um exemplo de reparação simbólica, para reconhecer e tentar manejar as perdas e traumas vividos pelas comunidades"²⁹.

²⁸ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Sistematização: Mapeamento de Empreendedores e Trabalhadores Informais. Relatório técnico*. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, out.-nov. 2024b.

²⁹ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Relatório de Escuta da Cultura – a cultura impactada pelo desastre socioambiental causado pela Mineradora, em Maceió/AL*. Relatório técnico. UNOPS, ago. 2025d.



Revela-se que os danos afetam práticas culturais e vínculos simbólicos que exigem reconhecimento institucional. A demanda por memorialização surge como resistência ao apagamento da trajetória familiar:

"Deveria ser construído um memorial em nome de todas as histórias de famílias [...] fomos praticamente expulsos".

Disputa-se o reconhecimento da memória coletiva como parte integrante da identidade urbana oficial (*"Lembre-se que esses lugares destruídos não foram só importantes para os moradores [...] mas para toda Alagoas"*).

A deterioração de equipamentos públicos é vista como o extermínio de um ciclo de vida e de história (*"A escola toda destruída e ali a gente sempre se encontrava [...] esse crime que a Empresa cometeu"*). O dano coletivo é contabilizado em perdas humanas que a reparação financeira não alcança (*"Pessoas que se foram devido a essa destruição, morreram mais de 25 pessoas"*).

Esta categoria analítica define, portanto, a perda do patrimônio simbólico, histórico e afetivo compartilhado pelos moradores. No contexto analisado, representa o apagamento da história de bairros tradicionais e a fragmentação das redes de sociabilidade, vizinhança e parentesco que estruturavam a vida comunitária.

Dessa forma, a deterioração dos bairros não se limita à perda física do espaço urbano, mas opera como um processo de apagamento simbólico que compromete a continuidade histórica, cultural e identitária das comunidades atingidas. Ao atingir de maneira desproporcional grupos socialmente vulnerabilizados, especialmente idosos, mulheres e famílias de baixa renda, o processo evidencia que a desterritorialização também reproduz e aprofunda desigualdades sociais preexistentes.

O território, entendido como suporte da memória coletiva e da identidade social, revela-se elemento central para a manutenção das relações comunitárias e das práticas cotidianas que estruturavam a vida local. Assim, quando a memória é degradada ou silenciada, não apenas a história dos bairros é apagada, mas também os vínculos sociais que davam sustentação à vida coletiva.

É justamente nesse ponto que se evidencia a transição para a próxima dimensão analítica: a ruptura da memória territorial também implica a desarticulação das redes de sociabilidade e solidariedade que estruturavam a vida comunitária, conduzindo ao colapso dos vínculos sociais e à precarização das condições de vida.



5.3.2. Vínculos comunitários, redes de apoio e precarização da vida

A ruptura do tecido social configura-se como uma das consequências mais graves dos processos de desterritorialização, expressa na ruptura de laços familiares, comunitários e intergeracionais, associada à precarização estrutural das condições de vida. Esta categoria foca na desintegração das redes informais de solidariedade e no agravamento da vulnerabilidade social após a dispersão dos moradores. A fragmentação das redes de apoio e a perda de autonomia econômica comprometem a reprodução da vida cotidiana, produzindo isolamento social, dependência e vulnerabilidade coletiva.

Esta categoria compreende a ruptura dos vínculos comunitários e a desarticulação das redes informais de apoio, fundamentais para a reprodução da vida cotidiana. A precarização emerge como consequência direta da fragmentação social, evidenciando que o deslocamento territorial compromete não apenas a moradia, mas também os sistemas de solidariedade e ajuda mútua que sustentavam a vida comunitária, abrangendo a desintegração das teias de solidariedade, sociabilidade cotidiana e das microeconomias locais que sustentavam a subsistência das famílias e conferiam autonomia ao território.

As narrativas analisadas indicam que os vínculos comunitários desempenhavam um papel central na organização da vida cotidiana antes do deslocamento. As falas destacam relações de vizinhança baseadas na confiança, na troca de cuidados e no apoio mútuo, especialmente em situações de vulnerabilidade econômica. A perda do território, portanto, implica também a perda dessas redes, resultando em um processo de isolamento social progressivo. Revela-se a desagregação do tecido social como um dano coletivo estrutural e contínuo (*"As pessoas se espalharam em diversos bairros [...] não sabemos dos demais"*).

A fragmentação territorial gera isolamento cotidiano e perda do convívio presencial, como expresso na fala: *"Saio mais cedo para trabalhar por causa da distância, não conheço meus vizinhos, me sinto isolada"*.

A transferência forçada e a perda do lar causaram impactos psicossomáticos e depressão severa, especialmente em idosos, conforme o relato:

"A minha avó mesmo era uma pessoa sadia, uma idosa bem durinha e, ao sair do bairro, ela ficou depressiva porque ela viveu naquela casa em que ela morava há, por exemplo, 50 anos da vida dela".



O adoecimento não se restringiu à tristeza, manifestando-se fisicamente no corpo dos moradores, evidenciado na denúncia de que *"Pessoas morreram de infarto, pessoas estão esclerosadas, pessoas estão dependentes de medicação"*.

O impacto da ansiedade frente à incerteza institucional e o sentimento de luto contínuo moldaram um esgotamento coletivo resumido na fala:

"Então isso foi desgastando, até o ponto que eu e minha família tivemos que deixar o bairro... a Mineradora destruiu vidas, destruiu sonhos, me abalou emocionalmente, minha família...".

A distância física converte-se em enfraquecimento das redes de suporte emocional e prático (*"Separação de vizinhos e família"*). A maioria já se foi pra glória de Deus". A desestruturação da economia tradicional e o impacto de ter o ganha-pão aniquilado transparecem na fala de um trabalhador local:

"Eu sou a terceira geração de feirantes da família, então minha vida sempre foi no mercado de Bebedouro, vendendo, frutas e verduras... e amava o meu bairro, destruído pela miserável da [Empresa]".

O colapso da autossuficiência do bairro e o isolamento imposto são narrados como o fim de um ecossistema social:

"O Bebedouro pra mim sempre foi tudo... Hoje a gente vive isolado, fecharam a gente, isolaram a gente. Hoje o Bebedouro é só, como posso dizer, desgraça. Por causa dessa Mineradora".

O desastre atinge o núcleo familiar, forçando a dispersão e rompendo rituais de união (*"Minha família está toda separada devido a essa relação"*). Os comentários associados às citações revelam que essa desarticulação das redes comunitárias gera um aumento significativo da precarização da vida. Famílias que antes contavam com apoio informal para cuidar de crianças, idosos ou pessoas doentes passam a enfrentar essas responsabilidades de forma individualizada.



Essa mudança intensifica o sentimento de insegurança e fragilidade, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. A precarização estrutural compromete a reprodução da vida social e econômica da comunidade (*"Ficamos sem escola, temos menos ônibus disponíveis, inclusive para as crianças"*). A ausência de planejamento no reassentamento intensifica vulnerabilidades e rompe redes de apoio (*"Jogou cada família num lugar e se vire"*).

A precarização não se limita à dimensão material, mas se estende ao plano emocional e relacional. As falas evidenciam sentimentos de solidão, abandono e desamparo, associados à ruptura dos laços comunitários. O deslocamento rompe rotinas, desestrutura práticas coletivas e enfraquece os mecanismos de proteção social construídos ao longo do tempo. A transferência dos custos da proteção para a rede familiar expõe a insuficiência estatal (*"Tive que ir para casa de parentes [...] as barreiras caindo sobre os barracos"*). A ruptura de vínculos estende-se aos seres sencientes e à rede de afetos do bairro (*"Amigos foram deixados para trás [...] recordo de animais sendo mortos"*).

Além disso, os comentários indicam que a reconstrução dessas redes em novos territórios é um processo lento e incerto. A ausência de políticas públicas voltadas à recomposição do tecido social contribui para a perpetuação da precariedade. Assim, a categoria evidencia que a perda dos vínculos comunitários constitui um dano coletivo de longo prazo, frequentemente subestimado nos processos institucionais de reparação. O desastre provocou a fragmentação das redes de suporte social. A dispersão dos moradores para bairros distantes e o isolamento dos que permaneceram em áreas "ilhadas" resultaram no colapso da vida comunitária. Além disso, observa-se uma precarização deliberada da infraestrutura para forçar a desocupação, conforme denunciado:

"E até hoje eu nunca vi ninguém chegar até aqui, onde a gente mora, dar um suporte [...] E sem contar que todo dia falta água aqui, eles cortam a água da gente pra gente correr daqui".

A remoção forçada fragmentou as redes de apoio mútuo, fundamentais em contextos de vulnerabilidade, isolando os indivíduos e lançando-os em um processo severo de precarização econômica. Ao perder a rede de vizinhança e a clientela tradicional, atividades como pequenos comércios e feiras sucumbiram, gerando dependência e empobrecimento. A perda simultânea de trabalho e moradia indica o colapso da estabilidade do núcleo familiar (*"O meu filho perdeu o emprego, casa"*).



Elementos intangíveis da vida comunitária que são perdidos e não monetizáveis são evidenciados no relato: *"O convívio, as amizades, o companheirismo e a afetividade"*. Revela-se a fragilização do patrimônio e a instabilidade habitacional pós-deslocamento (*"Amigos saíram para não morrer [...] mas casa ganharam e venderam"*).

O sofrimento e o adoecimento mental provocados pela saída dos moradores de suas casas são amplamente documentados:

"A saída dos moradores de suas casas provocou, e ainda provoca, grande sofrimento e adoecimento mental [...] provocando o rompimento de referências identitárias, vínculos comunitários e a história compartilhada da cidade."

O impacto sobre crianças e jovens evidencia a deterioração de seu mundo relacional:

"Meus filhos sofreram muito com o afastamento dos amigos, adoecemos psicologicamente".

A perda da rotina e do convívio familiar é expressa na fala:

"Minha rotina antes disso era boa demais, porque eu tinha família ali em Bebedouro. Expulsaram o pessoal de lá. Minha família, meus primos, tinha um irmão que morava lá".

O isolamento social em idosos é uma forma de precarização da vida e da saúde mental: *"Minha mãe, hoje aos 82 anos, sente muita falta dos vizinhos [...] faz muita falta para ela."* A perda do encontro cotidiano gera exaustão social e necessidade de novos espaços de fala: *"A gente se encontrava, sorria [...] esse espaço foi ótimo para expor nossa indignação."* A remoção desconsidera arranjos de coabitação que garantiam a segurança coletiva: *"Família desamparada, família dividida, porque lá mesmo tinha quatro famílias."*



A impossibilidade de reparação integral sem o retorno ao território origina-se na constatação de que *"Amigos família irmãos [...] Na minha opinião não existe nada mais que possa ser feito, apenas refazer tudo e devolver o espaço a todo mundo que foi do local."*

A fragmentação das redes de apoio evidencia que o deslocamento territorial produz efeitos que ultrapassam a dimensão habitacional, atingindo diretamente as estruturas de solidariedade que sustentavam a reprodução da vida cotidiana. Ao romper relações de vizinhança, práticas de ajuda mútua e microeconomias locais, o processo de dispersão territorial intensifica a vulnerabilidade social e aprofunda a precarização das condições de vida. As narrativas demonstram que a perda do território também representa a perda de um sistema coletivo de proteção social informal, cuja reconstrução em novos espaços revela-se lenta, incerta e frequentemente inviável.

Nesse sentido, a precarização observada não se restringe à esfera econômica, mas envolve também a deterioração das relações sociais e do sentimento de pertencimento comunitário. Tal cenário evidencia que os danos coletivos não resultam apenas do deslocamento em si, mas também da forma como os processos institucionais são conduzidos. Assim, a ruptura dos vínculos comunitários conduz à análise da dimensão institucional do problema, evidenciando como modelos de governança e mecanismos de reparação frequentemente ignoram os impactos sociais e culturais do desastre.

5.3.3. Impactos culturais, governança e objetificação dos processos reparatórios

Os danos relacionados às práticas culturais, religiosas, de lazer e de trabalho se agravam pela percepção de falhas sistêmicas de governança, caracterizadas por opacidade decisória, critérios excludentes e ausência de escuta qualificada.

Esta categoria reúne unidades que expressam os impactos culturais do deslocamento e a forma como os modelos de governança adotados são percebidos priorizando procedimentos técnicos em detrimento das experiências vividas, englobando a forma tecnocrática em que as instituições governamentais e corporativas geriram o desastre, sendo relatado a falta de reparação na cultura local e no sofrimento humano em favor de soluções estritamente patrimoniais.

As narrativas revelam que os processos reparatórios são percebidos como distantes, burocráticos e pouco sensíveis às dimensões culturais do território. Os comentários indicam que as pessoas atingidas sentem-se tratadas como números ou casos



administrativos, o que intensifica o sentimento de injustiça e desrespeito. Revela-se mercantilização do território e o sentimento de reprodução de injustiças (*"A transferência da posse dos imóveis para a Empresa [...] deixa a mineradora como a proprietária da maior faixa de terra urbana"*³⁰).

A descrença nas instituições e o entendimento de que houve uma atuação sistêmica para mascarar a responsabilidade corporativa encontram expressão em falas contundentes. Encontram-se relatos de falhas na governança e ausência de reconhecimento simbólico integral: *"Emerge uma percepção difusa de injustiça moral e social. 'Nada foi justo', 'fomos esquecidos'."* A mudança compulsória ganha contorno cruel no relato de uma moradora idosa que contou sobre sua tentativa de resistência à realocação:

"Quando eles viram que eu não ia desocupar pelos valores que queriam me dar, eles mandaram cortar o cano mestre da água, fiquei sem água por oito meses; mandaram cortar a luz, fiquei sete meses sem luz."

A percepção de que os órgãos atuaram em conluio com os interesses da mineradora também é recorrente. A reivindicação pelo resgate da dignidade e por um processo de escuta qualificada fica nítida na exigência de empatia. *"[Se] A Mineradora tratasse as pessoas com respeito [...] ali eram vidas, histórias e sonhos"*.

A descrença sistêmica na governança é relatada abertamente: *"Tem que ouvir o povo. A nossa voz não vai ser calada."* Revela-se opacidade nos critérios de elegibilidade e exclusão arbitrária de atingidos.

Os comentários associados às falas evidenciam que os impactos culturais decorrentes do processo de desterritorialização não são reconhecidos como danos centrais, mas tratados como efeitos colaterais secundários frente às dimensões técnicas, jurídicas e econômicas da reparação. Reflete-se o colapso total da confiança institucional e a percepção da empresa como agente causador das perdas. A cultura, nas falas analisadas, aparece como elemento constitutivo do território, expressa nas práticas cotidianas, nos modos de viver, nas relações de vizinhança, nos usos do espaço e nas formas coletivas de organização social. No entanto, os processos de governança instituídos operam a partir de uma lógica que fragmenta essas dimensões, reduzindo o território a um problema administrativo.

³⁰ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Relatório de Escuta da Cultura – a cultura impactada pelo desastre socioambiental causado pela Mineradora, em Maceió/AL*. Relatório técnico. UNOPS, ago. 2025d.



As narrativas revelam uma dissociação profunda entre os dispositivos formais de governança e a experiência vivida pelas pessoas atingidas. Os comentários indicam que decisões fundamentais foram tomadas sem a participação efetiva dos moradores, reforçando a percepção de que os processos reparatórios foram conduzidos "de cima para baixo", com baixa transparência e escassa escuta social. Expressa-se a desconfiança nas falas oficiais e a percepção de assimetria de poder: *"Um grande golpe imobiliário [...] explosão característica de uso de dinamite."*

Essa forma de governança gera não apenas ineficiência institucional, mas também um sentimento recorrente de desumanização, na medida em que os sujeitos não se reconhecem nos critérios, prazos e protocolos adotados.

A objetificação dos processos reparatórios manifesta-se, sobretudo, na padronização das respostas institucionais. As narrativas sinalizam que histórias singulares, trajetórias familiares e vínculos culturais específicos são absorvidos por assistências genéricas, que não dão conta da complexidade das perdas vivenciadas. Há uma percepção de convivência estatal e captura institucional pelo interesse privado.

Esse enquadramento técnico transforma sujeitos em casos, territórios em perímetros e culturas em externalidades não mensuráveis, produzindo uma imposição simbólica que se soma aos danos já sofridos.

Os impactos culturais aparecem com força quando os comentários mencionam a perda de espaços de convivência, de manifestações culturais locais e de práticas coletivas enraizadas no território. O processo de compra de imóveis é lido como uma forma de extorsão e não de reparação.

A ruptura desses elementos compromete a continuidade dos modos de vida e fragiliza a transmissão de saberes entre gerações. Ainda assim, esses impactos raramente são considerados nos cálculos de compensação ou nos planos de reassentamento, o que evidencia uma hierarquização dos danos baseada em critérios econômicos. Questiona-se a eficácia da governança corporativa e a insuficiência da reparação financeira: *"A mineradora sanou de fato todos os danos? [...] Acho extremamente injusto a forma como tratam as vítimas."*

A gestão do desastre, nas interações, é marcada por uma profunda desconfiança nas instituições, com moradores relatando terem sido tratados como "mercadoria" ou números, com falhas graves na transparência dos critérios de indenização e na preservação de manifestações culturais como o Coco de Roda e festejos religiosos. Critica-se a comunicação corporativa que tenta mascarar o dano extrapatrimonial:



"Eles criam uma imagem fantasiosa de que a empresa oferece benefícios, como se uma indenização apagasse o estrago".

A perda das manifestações culturais locais é expressa na fala: *"A cultura que fazia ali: o Coco de Roda, teatro, banda afro-brasileira, isso tudo, né? É lamentável, né? Porque a gente tá vivendo isso tudo, foi perda".*

A exigência de respeito e reconhecimento das trajetórias de vida é contundente. Revela-se a inversão de culpa e a humilhação imposta aos atingidos em reuniões institucionais: *"Tratando a gente como se a gente devesse alguma coisa para eles."* Reflete-se a naturalização do sacrifício coletivo em nome de um modelo econômico excludente: *"Pelo progresso, né? [...] a gente gostaria que nada disso tivesse acontecido."* Indica-se desamparo social e percepção de que o sistema político abandonou as pessoas atingidas: *"A justiça é falha. As lideranças políticas também [...] só olham o lado deles."*

A ausência de reparação simbólica, mesmo em relação às pessoas falecidas, revela-se na constatação de que *"Ela só sai daqui pro cemitério daqui mesmo. Quer dizer, nem isso a gente tem lá, porque o cemitério hoje, a gente tem lá uma lápide que tava jogada, disseram que ia fazer um memorial [...] até hoje, ninguém vê."*

Os comentários apontam que o foco institucional concentra-se na resolução formal do problema, encerramento de processos, cumprimento de prazos, redução de passivos, enquanto as dimensões culturais e sociais permanecem sem respostas adequadas, contribuindo para a sensação de que o processo reparatório busca restaurar a normalidade administrativa do que reparar efetivamente os danos causados às comunidades. Revela-se invisibilização de grupos como as marisqueiras nos planos de reparação oficiais: *"Até agora a gente não teve nenhum projeto, nenhum auxílio. Estamos prejudicadas."*

A ausência de mecanismos participativos consistentes aprofunda esse quadro, com as falas indicando que, mesmo quando há espaços formais de diálogo, estes são percebidos como consultivos e não deliberativos, limitando a capacidade de influência real das pessoas atingidas. Aponta-se para a seletividade reparatória guiada por interesses de mercado internacional: *"Indenizaram onde os chineses ou japoneses querem [...] iminência de não ter acordo conosco."*

Tal dinâmica reforça assimetrias de poder e contribui para a deslegitimação das instâncias de governança, que passam a ser vistas como distantes e insensíveis. Dessa forma, esta categoria evidencia que os impactos culturais e a objetificação dos



processos reparatórios não são falhas pontuais, mas efeitos estruturais de um modelo de governança que dissocia território, cultura e vida social, tendendo a reproduzir novas formas de imposição institucional, aprofundando o sentimento de injustiça e exclusão relatado nas falas.

A análise das narrativas revela que os impactos culturais e sociais decorrentes da desterritorialização são frequentemente invisibilizados nos processos institucionais de reparação, que tendem a privilegiar critérios técnicos, jurídicos e econômicos em detrimento das dimensões humanas e culturais do território. Essa racionalidade tecnocrática contribui para a objetificação dos processos reparatórios, transformando experiências de vida, trajetórias familiares e vínculos culturais em categorias administrativas padronizadas.

Ao dissociar território, cultura e vida social, os modelos de governança analisados não apenas falham em promover reparação integral, mas também aprofundam o sentimento de injustiça e exclusão relatado pelos moradores. Nesse contexto, a ausência de reconhecimento institucional das perdas simbólicas e culturais contribui para a intensificação do sofrimento social das comunidades atingidas. Essa dinâmica evidencia que a objetificação institucional não se limita à esfera administrativa, mas repercute diretamente na dimensão subjetiva das populações atingidas, agravando processos de sofrimento emocional e trauma coletivo que emergem com força nas narrativas analisadas.

5.3.4. Sofrimento emocional, trauma coletivo e luto territorial

Os discursos revelam trauma coletivo prolongado, marcado por medo constante, ansiedade, luto territorial não elaborado e adoecimento psíquico, com impactos diferenciados por gênero, idade e condição social. Esta categoria aborda o adoecimento psíquico, o trauma contínuo e a dor da perda definitiva do "lar" e do ambiente de vida. O sofrimento é intensificado pela ausência de reconhecimento institucional e pela revitimização nos processos formais de escuta e reparação. Esta categoria está relacionada ao sofrimento emocional, ao trauma coletivo e ao luto associado à perda do território, entendido como espaço de vida e identidade, representando as consequências psicológicas diretas do desastre, englobando a depressão, o medo contínuo, a exaustão psíquica, o adoecimento físico derivado do estresse crônico e o luto perene pela perda do lar.



O luto documentado transcende a dimensão interpessoal e atinge a dimensão geográfica: os moradores pranteiam o território que dava sentido às suas vidas. O deslocamento abrupto e a exposição contínua ao perigo ou à incerteza sobre o futuro geraram um trauma coletivo estrutural, que frequentemente se manifesta através de doenças somáticas agudas e esgotamento emocional severo.

As narrativas evidenciam um sofrimento persistente, marcado por sentimentos de tristeza, ansiedade e sensação de perda irreparável. O território aparece como objeto de luto, cuja perda desencadeia um trauma coletivo que atravessa gerações. O sofrimento é expresso culturalmente como forma de lidar com o trauma coletivo: *"A saída provocou grande sofrimento e adoecimento mental, explícito em pichações, poesias e músicas."*

Os comentários revelam que o sofrimento emocional decorrente do deslocamento ultrapassa experiências individuais isoladas, configurando-se como um trauma coletivo profundamente associado à perda do território. As narrativas analisadas expressam sentimentos persistentes de tristeza, medo, ansiedade e desorientação, indicando que o evento desencadeador não se encerra no momento da saída física do local, mas se prolonga no tempo, afetando a saúde emocional e psicológica das comunidades.

O território, nas falas, não aparece apenas como espaço de moradia, mas como referência identitária, afetiva e simbólica. A sua perda é narrada como um processo de luto, no qual não há rituais claros de elaboração nem reconhecimento institucional do sofrimento. Os comentários indicam que esse luto territorial permanece em aberto, pois os mecanismos formais de reparação não oferecem espaços de escuta, acolhimento ou validação das emoções vivenciadas. O suicídio aparece como a manifestação extrema do desespero e do luto territorial: *"Muitas pessoas se mataram, não aguentaram viver longe."*

O trauma coletivo manifesta-se na repetição das falas que expressam sensação de ruptura abrupta da vida cotidiana. As falas indicam que o deslocamento desorganiza rotinas, compromete projetos de vida e gera um sentimento de futuro suspenso. Esse estado prolongado de incerteza intensifica o sofrimento emocional, especialmente quando associado à morosidade dos processos institucionais e à falta de informações claras. O trauma é descrito como uma lesão aberta, indicando a cronicidade do sofrimento: *"Existe uma ferida que ainda não cicatrizou e que vai demorar muito pra isso"*.



A manifestação somática do trauma, impulsionada pelo estresse e pela imposição da desocupação, é evidente na constatação de que *"Pessoas morreram de infarto, pessoas estão esclerosadas, pessoas estão dependentes de medicação... a Empresa veio para destruir a vida do ser humano, principalmente do pobre."* Associa-se o adoecimento degenerativo e psicossomático à imposição do deslocamento e exposição ambiental: *"Minha mãe teve Alzheimer [...] será que não foi essa fedentina que saía lá? [...] adoeceu de tristeza."*

O profundo sentimento de luto territorial, onde não restou nem a materialidade física para ancorar a memória, exprime-se no lamento: *"Me dá minha casinha de volta, meu trabalho de volta, mas agora já era. Lá tá um deserto, só ficou lembrança e mais nada."*

A precarização da vida reduz a existência a um estado de alerta e angústia permanente:

"A gente não vive, a gente sobrevive nessa situação." O medo do afundamento físico torna-se um transtorno psicológico paralisante: "Fiquei com crises de ansiedade e pânico do medo [...] sentada na calçada com medo de morrer."

As narrativas revelam também a transmissão intergeracional do sofrimento. Comentários indicam que crianças, jovens e idosos são atingidos de maneiras distintas, mas igualmente profundas. Enquanto os adultos expressam sentimentos de impotência e frustração, os idosos relatam a perda de referências construídas ao longo de toda uma vida, e os mais jovens demonstram dificuldades em compreender a ruptura e reconstruir vínculos em novos territórios. A impotência diante da despossessão de direitos gera colapso emocional: *"Estou de mãos atadas, sem poder fazer nada. Estou totalmente devastado."* Tudo isso gera um sentimento de desamparo, com relação ao acolhimento que nunca chegou por parte das instituições e um esgarçamento das relações topofílicas que mantinham na e com a área.

O luto territorial aparece como uma dimensão pouco reconhecida nos discursos oficiais. As narrativas indicam que não há espaço para elaborar simbolicamente a perda do lugar, o que contribui para a cristalização do trauma. A ausência de reconhecimento institucional reforça a percepção de que o sofrimento emocional não é considerado um dano legítimo, mas um problema privado a ser resolvido individualmente. O dano emocional é reconhecido como superior à perda material: *"O emocional arrasou a população dessa região. Acabou com todo mundo."*



Além disso, os comentários mostram que o sofrimento é intensificado pela forma como o processo é conduzido. A falta de empatia, a comunicação técnica e a ausência de escuta sensível são percebidas como fatores que agravam o trauma. Assim, o sofrimento emocional não decorre apenas do evento inicial, mas é continuamente reativado pelas interações com as instituições responsáveis pela reparação. O "coração rachado" simboliza a dor física e emocional do luto pelo território perdido:

"Quando eu passo de carro ali racha o meu coração [...] sei que isso nunca mais vai voltar." A perda da autonomia financeira retroalimenta o sofrimento psíquico e a depressão: "Minha vida econômica tá de mal a pior [...] isso dói, você tem um lucro e hoje vive de auxílio."

Esta categoria evidencia, portanto, que o deslocamento produz um trauma coletivo de longa duração, marcado por um luto territorial não reconhecido. Ignorar essa dimensão implica comprometer qualquer tentativa de reparação integral, pois o sofrimento emocional permanece como uma ferida aberta no tecido social das pessoas atingidas. A busca por justiça divina é o refúgio diante da falha da justiça terrena e da dor da perda: *"As lembranças que não voltam mais. Eu só rogo a Deus que os culpados sejam punidos."*

O impacto psíquico é um dos danos mais severos relatados, incluindo casos de depressão, ansiedade e suicídio. O "luto territorial" manifesta-se na dor de ver o local de nascimento transformado em um "cenário de guerra" ou "bairro fantasma". O impacto biológico do estresse prolongado reflete-se na saúde física da coletividade: *"Pessoas morreram de infarto [...] estão dependentes de medicação."*

A gravidade do adoecimento mental é expressa na fala: *"Cerca de 15 pessoas morreram vítimas de suicídio, mas quantas pessoas não tiveram parte de sua história morta por conta da não condenação de seus culpados?"*

A persistência do sofrimento em idosos, mesmo após anos do deslocamento, revela-se no relato: *"Minha mãe, hoje aos 82 anos, sente muito falta dos vizinhos [...] como apagar tudo isso da cabeçinha da minha mãe... que diz que a casa em que ela mora atualmente não é a dela."* A perda do território é sentida como o esvaziamento total do sentido de felicidade: *"Tudo, tudo: toda a nossa felicidade, toda nossa alegria foi embora."*



A impossibilidade de reparação do dano emocional é contundente: *"Poderia ajudar se pudesse recuperar o emocional, mas infelizmente ninguém vai reparar isso não. Essa destruição foi massa, foi em massa"*.

O trauma familiar é multifatorial, unindo perdas financeiras à morte física de entes queridos: *"Adoecemos psicologicamente, meu esposo perdeu a empresa [...] meu pai não aguentou e infartou."* O impacto letal do deslocamento sobre os mais vulneráveis é documentado: *"Muitas pessoas se mataram, não aguentaram viver longe. A minha avó mesmo [...] ao sair do bairro, ela ficou depressiva porque ela viveu naquela casa há 50 anos."* O ato de narrar reativa o trauma, evidenciando a fragilidade psíquica dos sobreviventes: *"Não quero mais falar [...] eu estava ficando emocionado, a gente vai se lembrando."*

A rede de adoecimento se estende pela comunidade:

"A gente só sabe de um amigo quando parte, quando diz 'olha, fulano morreu, olha, fulano morreu', agora doente, depressivo, né? Que é o caso meu, da minha esposa."

O sofrimento emocional relatado nas narrativas demonstra que o deslocamento territorial produz efeitos psicológicos profundos e duradouros, configurando um trauma coletivo que atravessa indivíduos, famílias e gerações. A perda do território é vivenciada como um processo de luto territorial, no qual o espaço de vida desaparece sem que existam rituais ou mecanismos institucionais capazes de reconhecer e elaborar simbolicamente essa perda. A ausência de escuta qualificada, associada à burocratização dos processos reparatórios, contribui para a perpetuação desse sofrimento, transformando o trauma em uma experiência contínua.

Assim, o dano emocional não decorre apenas da perda material do território, mas também da ruptura das relações sociais, culturais e afetivas que estruturavam a vida comunitária. Esse quadro evidencia que o trauma coletivo está profundamente ligado ao processo de desterritorialização vivido pelas comunidades. Dessa forma, torna-se necessário compreender como o deslocamento forçado, direto ou indireto, opera como mecanismo estruturante da ruptura territorial e do desenraizamento social.



5.3.5. Desterritorialização, desenraizamento e expulsão direta ou indireta

A perda do território configura-se como deslocamento forçado, muitas vezes mediado por estratégias indiretas de precarização de serviços, medo e insegurança, sendo o território entendido como base da identidade, do trabalho e da vida social. Esta categoria documenta os mecanismos de expulsão, desde ordens judiciais até a privação de serviços básicos que forçam a saída dos moradores. Esta categoria reúne registros que expressam processos de desterritorialização, caracterizados pelo desenraizamento forçado e por mecanismos de expulsão direta ou indireta, definindo a dinâmica do deslocamento forçado que compreende tanto a remoção oficial quanto as táticas de precarização deliberada do entorno que coagiram os moradores a abandonar suas casas.

A expulsão operou de diversas formas. Para muitos, tratou-se de uma intervenção direta por risco iminente. Para outros que tentaram resistir, ocorreu uma "expulsão indireta" viabilizada pela interrupção de serviços básicos e pela degradação da segurança e da infraestrutura do bairro, criando asilos urbanos que inviabilizaram a continuidade da vida. A privação de serviços essenciais é usada como tática coercitiva de expulsão indireta: *"Fui expulsa da minha casa, de um patrimônio de 70 anos [...] cortaram o cano mestre da água."*

As narrativas mostram que a saída do território não ocorre como escolha, mas como imposição. O desenraizamento é vivido como ruptura abrupta da relação com o espaço, gerando sentimentos de perda de identidade e pertencimento. O território torna-se um espaço de suspensão, onde o uso social é proibido: *"O local agora é um 'limbo' urbano [...] o solo se estabilize, mas as demolições provocam apagamento."*

As narrativas revelam que a desterritorialização é vivenciada como um processo imposto, marcado por diferentes formas de expulsão direta ou indireta. Os relatos indicam que, mesmo quando não há remoção compulsória explícita, as condições impostas tornam a permanência inviável, configurando um deslocamento forçado de caráter estrutural. O desenraizamento aparece como uma experiência profundamente desestabilizadora.

As falas evidenciam que o vínculo com o território é construído ao longo do tempo, por meio de relações afetivas, práticas cotidianas e pertencimento simbólico. A ruptura desse vínculo é narrada como uma perda de identidade, na qual os sujeitos deixam de reconhecer-se no espaço e passam a vivenciar um sentimento de não pertencimento.



O isolamento forçado funciona como mecanismo de expulsão de quem tenta permanecer: *"Hoje a gente vive isolado, fecharam a gente, isolaram a gente."*

Os comentários indicam que a expulsão indireta ocorre por meio da deterioração das condições de vida, da insegurança e da ausência de garantias institucionais. Esse processo cria um ambiente de pressão contínua, no qual a saída do território aparece como a única alternativa possível. Tal dinâmica contribui para naturalizar o deslocamento, diluindo responsabilidades e invisibilizando a imposição estrutural envolvida. A degradação da infraestrutura urbana inviabiliza a permanência digna no local: *"Dificuldade de me locomover, de ir ao mercado, à padaria [...] não temos mais transporte."*

A alteração drástica da paisagem urbana e sonora marca o desenraizamento cultural: *"A gente passava ali, via muitos passarinhos bonitos [...] hoje só resta tristeza."*

A desterritorialização também é marcada por desigualdades internas. As falas mostram que famílias com menos recursos econômicos e sociais têm menor capacidade de resistir ou negociar, sendo as primeiras a sair. Isso reforça padrões de exclusão e seletividade social, nos quais o território passa a ser progressivamente esvaziado de determinados grupos. A estética do abandono (bairro fantasma) é um fator psicológico de expulsão:

"Tivemos que sair porque ficou assombrado, ficou um deserto, ficou uma cena de terror." Revela-se a inversão total do valor do território: de refúgio a local de perigo: "O Bebedouro para mim sempre foi tudo [...] hoje o Bebedouro é só desgraça."

A constatação de que o evento foi, na prática, um deslocamento forçado que arrancou a coletividade de seu local de origem evidencia-se na fala: *"Fomos praticamente expulsos de nossa casa; nossa história ali foi praticamente apagada."*

A expulsão é nomeada diretamente, rejeitando o termo eufêmico "reassentamento": *"Minha rotina antes disso era boa demais [...] expulsaram o pessoal de lá."*



O uso da degradação das condições de habitação e da privação de serviços básicos como método de expulsão indireta é duramente denunciado por moradores que permaneceram nas bordas afetadas:

"E até hoje eu nunca vi ninguém chegar até aqui, onde a gente mora, dar um suporte... E sem contar que todo dia falta água aqui, eles cortam a água da gente pra gente correr daqui."

O medo do colapso físico é o motor primário da desterritorialização forçada: *"Saí porque fui forçado, por rachaduras, tremores e por uma ameaça invisível."*

Os comentários revelam ainda que o deslocamento não se encerra com a mudança física. O desenraizamento se prolonga no tempo, na dificuldade de reconstruir vínculos, acessar serviços e restabelecer uma sensação de pertencimento. Assim, a desterritorialização é um processo contínuo, que se estende para além do evento inicial. Revela-se a face mais cruel da coação institucional contra idosos e vulneráveis: *"A Mineradora mandou cortar a luz, fiquei sete meses sem luz."*

O desejo de retorno simboliza a recusa ao desenraizamento imposto: *"A gente voltar para o bairro, devolver o nosso bairro de volta. A única coisa."*

Esta categoria evidencia que a expulsão, direta ou indireta, não é um efeito colateral, mas parte constitutiva do processo analisado. Ao desconsiderar os vínculos territoriais e tratar o deslocamento como solução técnica, os mecanismos institucionais reforçam a exclusão social e aprofundam os danos coletivos. O abandono deliberado da iluminação e segurança acelera a desocupação: *"As ruas estão sem acesso, sem iluminação, sem vida. Está arriscado morar aqui."*

O processo de desterritorialização, conforme alguns relatos, foi imposto de forma abrupta, muitas vezes através de coação ou pelo esvaziamento de serviços básicos. O resultado é o desenraizamento de famílias que ocupavam o território há gerações. A exposição continuada ao risco ambiental em áreas abandonadas força o desejo de saída:

"Moro na beira da lagoa [...] lugar pior que tem [...] certo era sair tudo daqui." A ausência de assistência adequada na transição é contundente: "Essa assistência a gente não teve. Foi X da casa e se vire agora. Jogou cada família num lugar e se vire".



Expressa-se a ironia e o amargor diante da perda de autonomia sobre o próprio solo:
"Eles tomam sua terra de novo e seja feliz".

A imposição burocrática e a ruptura forçada da história familiar expressam-se na fala:

"Tivemos que assinar papéis; nos deram um prazo pra sair de nossas casas, abandonar nosso lar, nossa história, nossa vida. Tudo que foi construído em anos estava desaparecido diante dos nossos olhos."

O colapso do ecossistema social e o isolamento imposto são narrados como o fim de um modo de vida: *"O Bebedouro pra mim sempre foi tudo [...] Hoje a gente não tem nada. Hoje a gente vive isolado, fecharam a gente, isolaram a gente."*

A expulsão individual e a perda da rede comunitária encontram expressão na fala: *"Fui expulsa da minha casa, de um patrimônio de 70 anos, perdi meus amigos, fiquei num bairro sozinha, entendeu?"*. Mesmo após a mudança, o vínculo com o território de origem permanece como uma ferida aberta: *"Mudei para o Petrópolis [...] é um bairro fantasma e dá tristeza."*

A transformação do território em cenário de abandono e a responsabilização da empresa são contundentes:

"Hoje eu passo naquelas ruas e vejo uma cidade morta, sem vida, famílias que ficaram sem suas casas, sem seus lares. Tudo por causa de quê? De um monstro que é a Empresa."

A análise das narrativas evidencia que o processo de desterritorialização não ocorreu apenas por meio de remoções formais, mas também através de mecanismos indiretos que tornaram a permanência nos bairros progressivamente inviável. A deterioração das condições de vida, a interrupção de serviços básicos e a disseminação do medo contribuíram para a criação de um ambiente de pressão contínua, no qual a saída do território passou a ser percebida como única alternativa possível. Nesse contexto, o deslocamento assume características de expulsão estrutural, marcada por diferentes formas de coação material e simbólica.

O desenraizamento resultante desse processo compromete não apenas a relação com o espaço físico, mas também as bases identitárias e sociais que sustentavam a vida comunitária. Tal dinâmica evidencia que a desterritorialização não pode ser compreendida como efeito colateral do desastre, mas como parte constitutiva de um



processo mais amplo de reorganização territorial. Essa reorganização, por sua vez, revela profundas assimetrias de poder e interesses econômicos que estruturam as decisões sobre o território, conduzindo à análise da dimensão política e institucional dessas relações.

Portanto, a consolidação das análises, evidencia que os impactos do desastre configuram um processo sistêmico e contínuo de desestruturação territorial, social e existencial, no qual as dimensões material, simbólica e psicossocial se entrelaçam de forma indissociável. As categorias analíticas revelam que a perda do território ultrapassa a dimensão física, implicando desenraizamento, ruptura das redes de sociabilidade, fragilização da identidade e da memória coletiva, além de instaurar um quadro persistente de sofrimento psíquico e insegurança existencial. Observa-se, ainda, que tais impactos se manifestam de maneira desigual, atingindo de forma mais intensa grupos vulnerabilizados e reforçando dinâmicas estruturais de exclusão.

Nesse sentido, os achados convergem para a compreensão de que os danos extrapatrimoniais não são eventos isolados, mas processos interdependentes que comprometem a continuidade biográfica e coletiva das populações atingidas, exigindo abordagens de reparação que transcendam a lógica indenizatória e incorporem dimensões territoriais, simbólicas e relacionais. Assim, esta analítica orienta o avanço para o próximo capítulo de síntese analítica interpretativa das categorias, no qual os resultados serão integrados em uma interpretação abrangente e articulada por unidade de registro e categorias.



6. Síntese analítica interpretativa das categorias

Esta seção apresenta a síntese interpretativa dos principais achados desse estudo, por meio de uma análise que inter-relaciona as sínteses de escutas coletivas e individualizadas e as unidades de registro: território, indivíduo e coletivo. As figuras sintetizam as categorias analíticas latentes dos danos extrapatrimoniais, identificadas em cada unidade de registro, articulando relatos empíricos e interpretações analíticas.

Essa organização permite evidenciar alguns achados latentes de forma resumida. A leitura das sínteses é complementada por diagramas analíticos das categorias, que visualizam as inferências e inter-relações entre códigos e categorias dos achados finais. Dessa forma, a análise e os diagramas devem ser compreendidos de maneira integrada, compondo uma leitura sistêmica dos danos extrapatrimoniais presentes nas narrativas latentes, unidades de registros e suas respectivas categorias.

6.1. Território

A seguir é apresentada a síntese analítica interpretativa das cinco categorias da unidade de registro “território”, quais sejam: 1) Desenraizamento, memória e ruptura dos vínculos territoriais, 2) Infraestrutura, mobilidade e desestruturação do cotidiano territorial, 3) Desterritorialização e ruptura das dinâmicas socioterritoriais, 4) Memória, identidade e apagamento simbólico do território, e 5) Reparação territorial, reconstrução de vínculos e memória coletiva.

6.1.1. Desenraizamento, memória e ruptura dos vínculos territoriais

A análise das narrativas evidencia que, embora a unidade de registro seja o território, as experiências relatadas mobilizam simultaneamente dimensões individuais e coletivas do desenraizamento. No plano coletivo, a ruptura territorial compromete diretamente a organização social e econômica das comunidades, como expresso na afirmação de que *“a saída dos moradores impactou diretamente a economia local e a convivência comunitária”*, indicando a desestruturação das redes sociais e produtivas que sustentavam a vida coletiva.

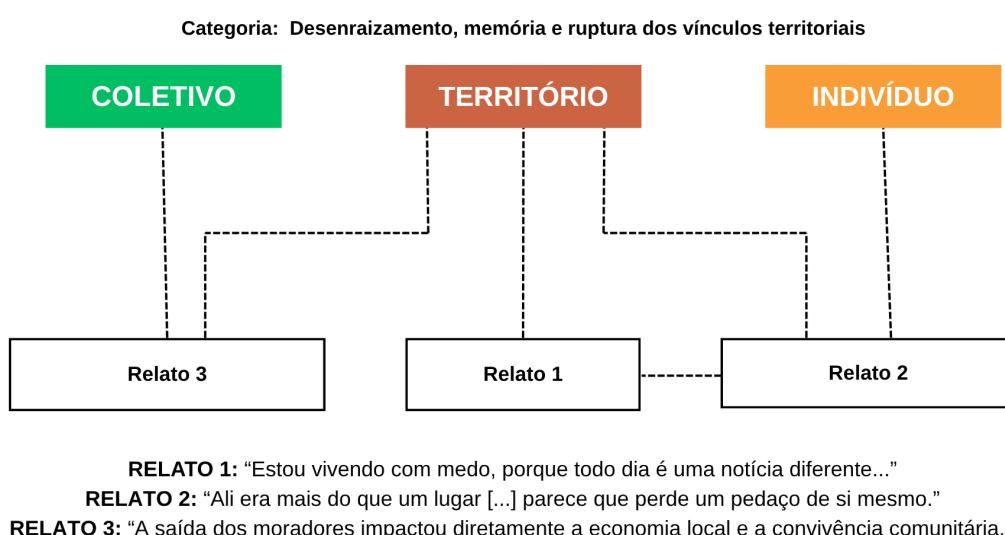
Essa desarticulação territorial repercute na experiência individual, produzindo sentimentos de insegurança e instabilidade, evidenciados na fala *“estou vivendo com medo, porque todo dia é uma notícia diferente”*, o que demonstra como a fragilidade do território afeta o cotidiano e a percepção de proteção dos sujeitos. Paralelamente, o



território emerge como elemento constitutivo da identidade individual, conforme revelado no relato “*ali era mais do que um lugar [...] parece que perde um pedaço de si mesmo*”, indicando que sua perda implica uma ruptura profunda na continuidade da história de vida e na construção do pertencimento.

Assim, a ruptura territorial não representa apenas deslocamento geográfico, mas um processo multidimensional que articula a fragmentação das estruturas coletivas e a desestabilização das experiências individuais, evidenciando a complexidade do dano extrapatrimonial vivenciado pelas populações atingidas (Figura 4).

Figura 4: Diagrama de desenraizamento, memória e ruptura dos vínculos territoriais



Fonte: os autores (2026).

6.1.2. Infraestrutura, mobilidade e desestruturação do cotidiano territorial

A análise das narrativas evidencia que as experiências de desestruturação do cotidiano articulam simultaneamente dimensões coletivas e individuais. No plano coletivo, a ruptura territorial promove uma reconfiguração das formas de organização social, como indicado na afirmação de que “*a mudança abrupta de rotina interferiu diretamente na forma de viver das famílias*”, revelando que a infraestrutura e a organização espacial sustentavam padrões compartilhados de vida.

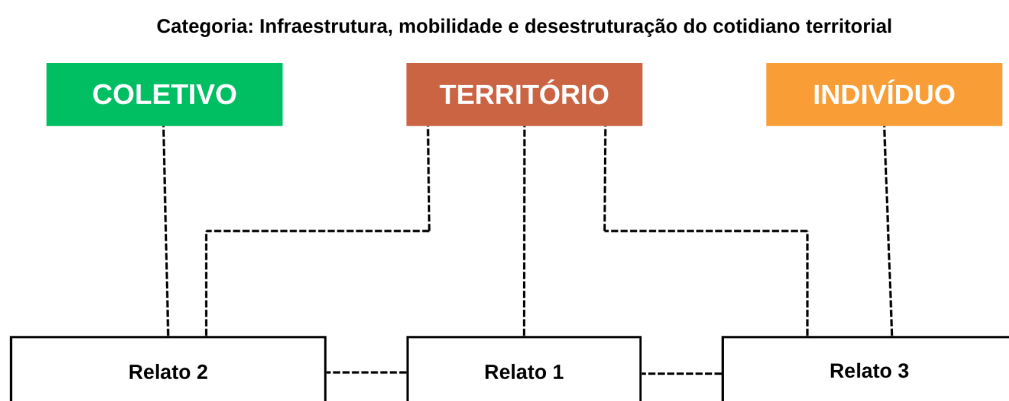
Essa desestruturação coletiva se desdobra na experiência individual, exigindo processos contínuos de adaptação, como expresso na fala “*a mudança para um novo*



bairro impactou completamente a rotina”, evidenciando a necessidade de reorganização das práticas diárias diante de um território menos acessível e funcional. Paralelamente, a precarização das condições territoriais, marcada pela deterioração da infraestrutura e pela dificuldade de acesso a serviços básicos, aparece como elemento transversal, conforme indicado em *“tudo ficou mais difícil, desde se deslocar até acessar serviços básicos”*, demonstrando que a perda de qualidade do território afeta simultaneamente a coletividade e o cotidiano dos indivíduos.

Dessa forma, o território deixa de atuar como suporte da vida social e passa a constituir um fator de vulnerabilização, evidenciando que a desestruturação territorial não se limita a mudanças espaciais, mas implica uma transformação profunda nas condições de reprodução da vida cotidiana, tanto no nível individual quanto coletivo (Figura 5).

Figura 5: Diagrama de infraestrutura, mobilidade e desestruturação do cotidiano territorial



RELATO 1: “Tudo ficou mais difícil, desde se deslocar até acessar serviços básicos...”
RELATO 2: “A mudança abrupta de rotina interferiu diretamente na forma de viver das famílias.”
RELATO 3: “A mudança para um novo bairro impactou completamente a rotina...”

Fonte: os autores (2026).

6.1.3. Desterritorialização e ruptura das dinâmicas socioterritoriais

A análise dos relatos evidencia que as experiências de desterritorialização articulam simultaneamente dimensões coletivas e individuais. No âmbito coletivo, o deslocamento aparece como um processo imposto, que desestrutura profundamente a

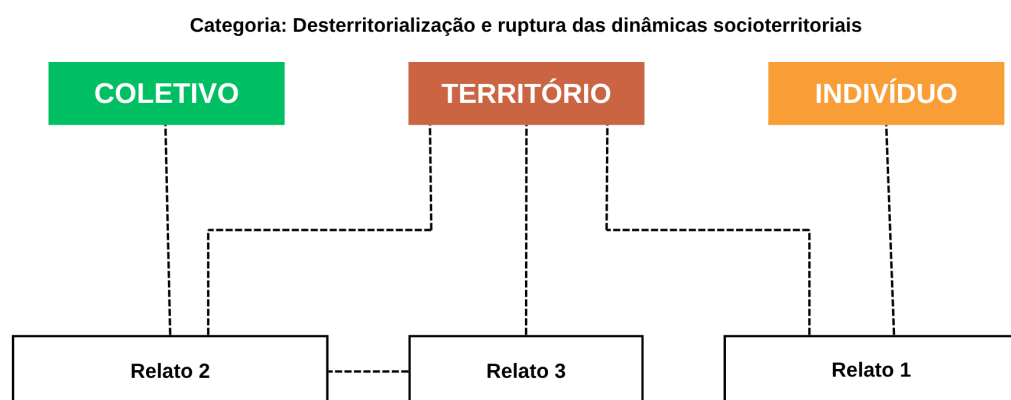


organização social e familiar, conforme expresso na fala “a mudança não foi uma escolha, foi uma imposição que destruiu completamente a vida das famílias”, revelando o caráter estrutural da ruptura socioterritorial.

Essa imposição coletiva se materializa de forma abrupta, intensificando seus efeitos, como indicado em “foi tudo muito rápido, a gente não teve tempo de entender”, o que demonstra que a velocidade do processo impede a elaboração social e subjetiva da perda, ampliando a sensação de desorientação. No âmbito individual, a desterritorialização é vivida como expulsão e ruptura biográfica, evidenciada na fala “eu não sei porque quis, me tiraram do lugar onde eu vivi minha vida inteira”, indicando a perda de autonomia e o rompimento com o espaço que estruturava a trajetória de vida.

Dessa forma, o território se revela como base tanto da organização coletiva quanto da identidade individual, e sua ruptura não se limita ao deslocamento físico, mas configura um processo multidimensional que produz simultaneamente destruturação social e fragmentação subjetiva, evidenciando a profundidade do dano extrapatrimonial vivenciado pelas populações atingidas (Figura 6).

Figura 6: Diagrama de desterritorialização e ruptura das dinâmicas socioterritoriais



RELATO 1: “Eu não sei porque quis, me tiraram do lugar onde eu vivi minha vida inteira...”

RELATO 2: “A mudança não foi uma escolha, foi uma imposição que destruiu completamente a vida das famílias.”

RELATO 3: “Foi tudo muito rápido, a gente não teve tempo de entender...”

Fonte: os autores (2026).



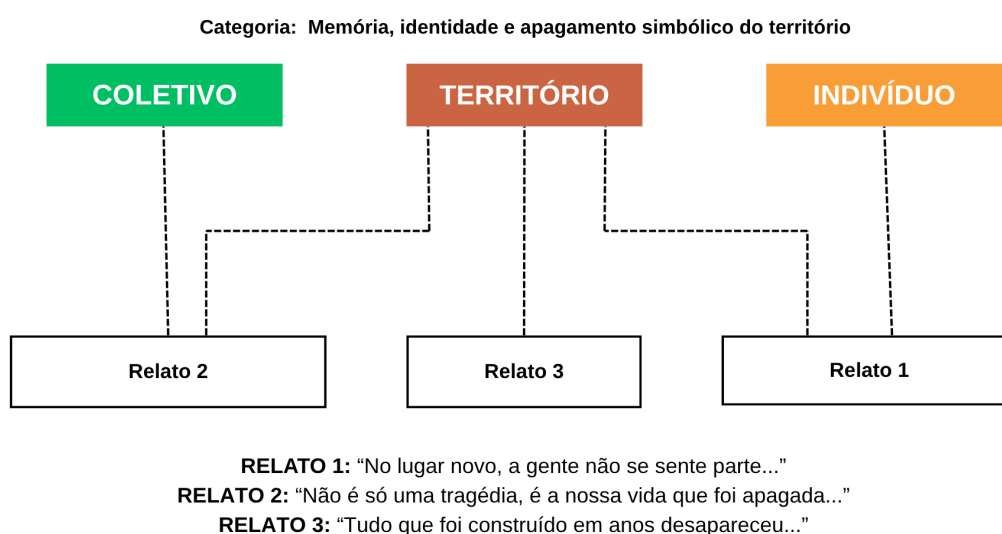
6.1.4. Memória, identidade e apagamento simbólico do território

A análise das narrativas evidencia o território, as experiências de perda mobilizam simultaneamente dimensões individuais e coletivas da memória e da identidade. No coletivo, a destruição do território é percebida como apagamento simbólico da história social, conforme expresso na afirmação de que *“não é só uma tragédia, é a nossa vida que foi apagada”*, indicando que o território constituía a base das narrativas compartilhadas e do sentido coletivo de existência.

Esse apagamento coletivo se desdobra diretamente na experiência individual, produzindo ruptura simbólica e descontinuidade da trajetória de vida, como evidenciado na fala *“tudo que foi construído em anos desapareceu”*, revelando que a perda do território compromete simultaneamente a memória social e a experiência subjetiva. No individual, essa ruptura se manifesta como não pertencimento, expresso em *“no lugar novo, a gente não se sente parte”*, indicando a dificuldade de reconstrução identitária em contextos desprovidos de referências simbólicas e históricas.

Dessa maneira, o território emerge como elemento estruturante tanto da identidade coletiva quanto da identidade individual, e sua destruição não se limita à perda material, mas configura um processo profundo de apagamento simbólico que fragmenta a memória social e compromete a continuidade das experiências de pertencimento (Figura 7).

Figura 7: Diagrama de memória, identidade e apagamento simbólico do território



Fonte: os autores (2026).



6.1.5. *Reparação territorial, reconstrução de vínculos e memória coletiva*

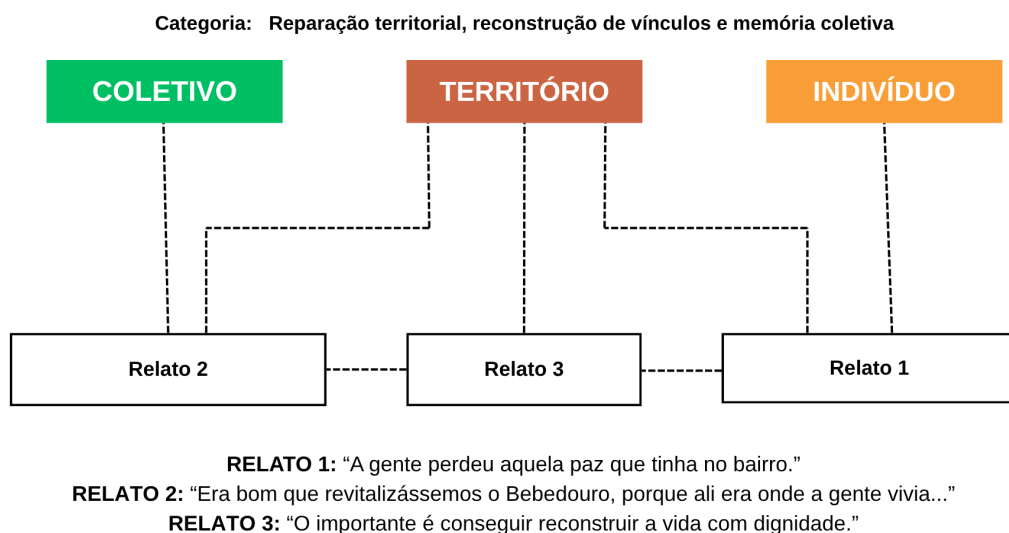
A análise dos relatos evidencia que os sentidos atribuídos à reparação mobilizam de forma articulada dimensões individuais e coletivas da experiência social. No plano coletivo, a proposta de *“revitalizar o Bebedouro, porque ali era onde a gente vivia”* revela que o território é concebido como base da convivência, da memória e da organização da vida comunitária, sendo sua reconstrução entendida como condição para recompor os vínculos sociais e o pertencimento. No plano individual, a fala *“a gente perdeu aquela paz que tinha no bairro”* expressa a dimensão subjetiva da perda, indicando que a transformação do território compromete diretamente o bem-estar, a segurança e a estabilidade emocional dos sujeitos.

Essas duas dimensões convergem na afirmação de que *“o importante é conseguir reconstruir a vida com dignidade”*, na qual a reparação territorial é compreendida como um processo que transcende a compensação material e envolve o reconhecimento social, a restauração das condições de vida e a recomposição dos sentidos atribuídos ao território.

Dessa forma, a reconstrução territorial aparece como elemento central para a rearticulação entre indivíduo e coletividade, evidenciando que a reparação efetiva depende da integração entre bem-estar subjetivo, reconstrução dos vínculos sociais e valorização da memória territorial (Figura 8).



Figura 8: Diagrama de reparação territorial, reconstrução de vínculos e memória coletiva



Fonte: os autores (2026)

6.2. Indivíduo

A seguir é apresentada a síntese analítica interpretativa das quatro categorias da unidade de registro “indivíduo”, quais sejam: 1) Desestruturação da integridade psíquica e emocional, 2) Ruptura das redes de sociabilidade e pertencimento, 3) Insegurança existencial e suspensão do projeto de vida, e 4) Degradação da identidade e memória biográfica.

6.2.1. Desestruturação da integridade psíquica e emocional

A análise das narrativas evidencia que, embora a unidade de registro seja individual, as falas mobilizam simultaneamente dimensões territoriais e coletivas da memória biográfica. O território aparece como espaço central de pertencimento, no qual se estruturam experiências de infância, relações familiares e redes de sociabilidade que dão sentido à trajetória de vida dos indivíduos.

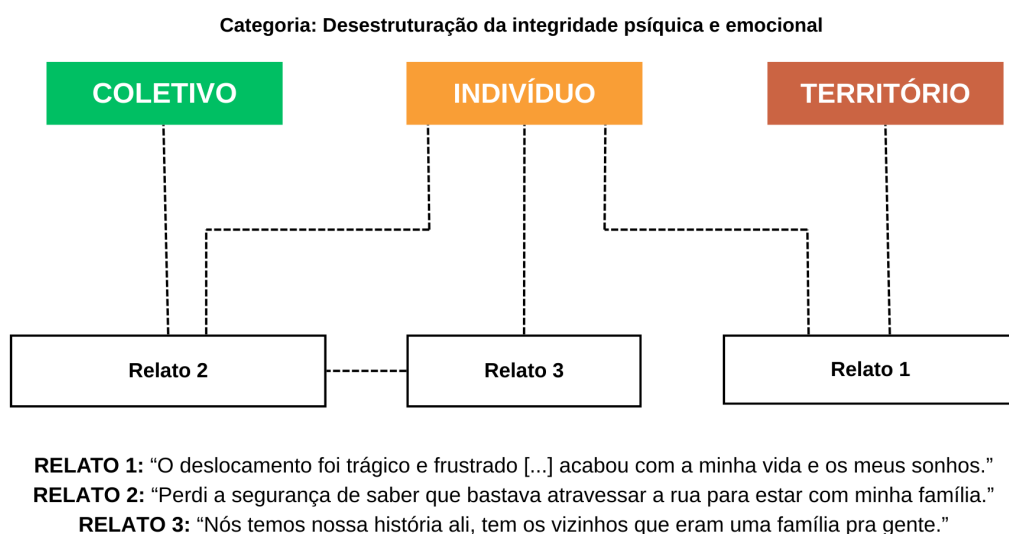
Nesse contexto, o deslocamento é percebido como ruptura profunda da continuidade biográfica, como expresso na fala de que “o deslocamento foi trágico e frustrado [...] acabou com a minha vida e os meus sonhos”, revelando a interrupção de projetos pessoais e a perda de referências identitárias. A relação entre território e sociabilidade



também emerge no relato de que “*bastava atravessar a rua para estar com minha família*”, indicando que a proximidade espacial organizava a convivência cotidiana e sustentava vínculos familiares e comunitários.

Assim, o território funcionava como elemento estruturante das relações sociais e afetivas. Da mesma forma, a afirmação de que “*os vizinhos eram uma família pra gente*” evidencia que a identidade individual era construída em interação com redes comunitárias consolidadas no bairro. A desterritorialização rompe essas estruturas de convivência e pertencimento. Dessa forma, a perda da casa e do bairro representa não apenas deslocamento físico, mas a desarticulação das relações sociais que sustentavam a vida cotidiana. Assim, a degradação da memória biográfica emerge como dimensão central do dano extrapatrimonial (Figura 9).

Figura 9: Diagrama de desestruturação da integridade psíquica e emocional



Fonte: os autores (2026).

6.2.2. Ruptura das redes de sociabilidade e pertencimento

A análise das narrativas evidencia que as falas articulam simultaneamente dimensões territoriais e coletivas das redes de sociabilidade. A dispersão das famílias, expressa no relato de que “*essa assistência a gente não teve [...] jogou cada família num lugar e se vire*”, revela um processo de fragmentação territorial institucionalizada, no qual o

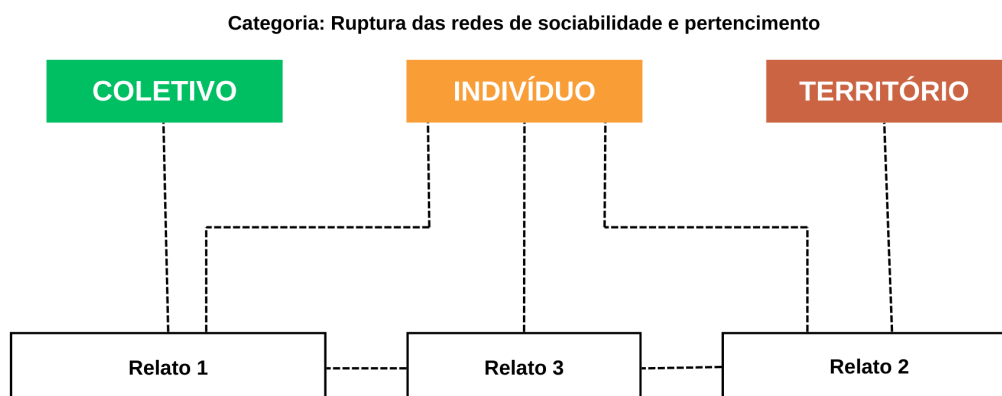


deslocamento promove a separação espacial das comunidades e enfraquece os vínculos sociais previamente estabelecidos.

Nesse contexto, o território deixa de funcionar como espaço de convivência cotidiana e suporte das relações comunitárias. A percepção de que “*estamos com abandono social, abandono cultural, abandono de tudo*” evidencia a experiência de desproteção institucional associada à deterioração do território e à ausência de políticas públicas capazes de recompor os laços comunitários rompidos. Paralelamente, a afirmação de que “*hoje em dia não temos mais contato com nenhuma das pessoas que faziam parte do nosso ciclo de convivência*” demonstra a dissolução das redes sociais que estruturavam a vida cotidiana no bairro.

Assim, o isolamento relatado pelos indivíduos não se limita a uma experiência subjetiva, mas reflete a desarticulação territorial das comunidades e o enfraquecimento das estruturas sociais que sustentavam o pertencimento coletivo. Dessa forma, a ruptura das redes de sociabilidade emerge como dimensão central do dano extrapatrimonial nesta categoria (Figura 10).

Figura 10: Diagrama de ruptura das redes de sociabilidade e pertencimento



RELATO 1: “Hoje em dia não temos mais contato com nenhuma das pessoas que faziam parte do nosso ciclo de convivência.”

RELATO 2: “Estamos com abandono social, abandono cultural, abandono de tudo.”

RELATO 3: “Essa assistência a gente não teve [...] jogou cada família num lugar e se vire.”

Fonte: os autores (2026).



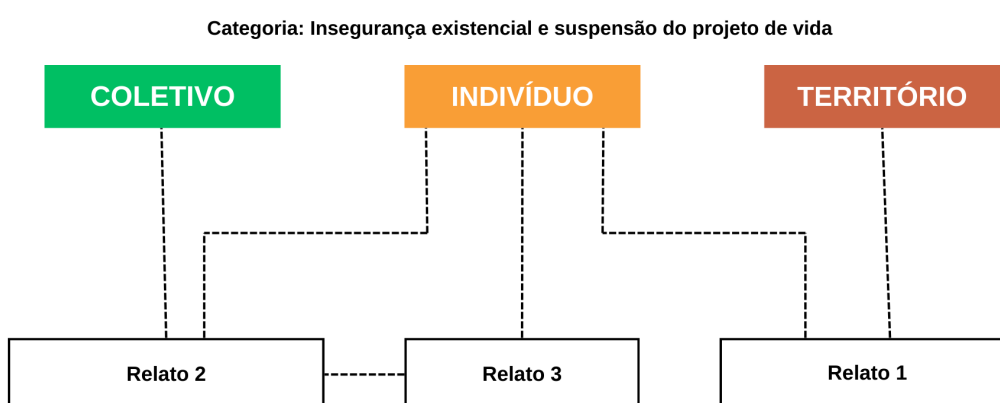
6.2.3. Insegurança existencial e suspensão do projeto de vida

A análise das narrativas evidencia que as falas articulam simultaneamente dimensões territoriais e coletivas da experiência de insegurança. A precariedade da mobilidade e da segurança urbana, expressa no relato de que *“minhas primas não têm linhas de ônibus suficientes [...] às 18h já começam os assaltos”*, demonstra como a deterioração das condições territoriais amplia a vulnerabilidade social das famílias e compromete a sensação de proteção cotidiana.

Nesse contexto, o território deixa de funcionar como espaço de estabilidade e passa a ser percebido como ambiente de risco e insegurança. Paralelamente, a instabilidade prolongada e a ausência de respostas institucionais claras produzem impactos severos na saúde mental dos indivíduos, como evidenciado na fala *“eu tô no desespero [...] com depressão, ansiedade, síndrome do pânico”*, revelando processos de adoecimento psicossocial associados à incerteza e à insegurança permanente. Essa condição é agravada pela falta de informações e pela indefinição sobre o futuro, sintetizada no relato de que *“a gente não tem perspectiva pro futuro [...] falta informação”*, o que indica a suspensão dos projetos de vida e a dificuldade de planejamento.

Assim, a insegurança existencial não se limita à esfera subjetiva do sofrimento individual, mas resulta de processos estruturais de instabilidade territorial e institucional que produzem vulnerabilidade coletiva e comprometem a reconstrução das trajetórias de vida das pessoas atingidas (Figura 11).

Figura 11: Diagrama de insegurança existencial e suspensão do projeto de vida



RELATO 1: “Minhas primas [...] não têm linhas de ônibus suficientes [...] às 18h já começam os assaltos.”

RELATO 2: “Eu tô no desespero [...] com depressão, ansiedade, síndrome do pânico.”

RELATO 3: “A gente não tem perspectiva pro futuro [...] falta informação.”

Fonte: os autores (2026).



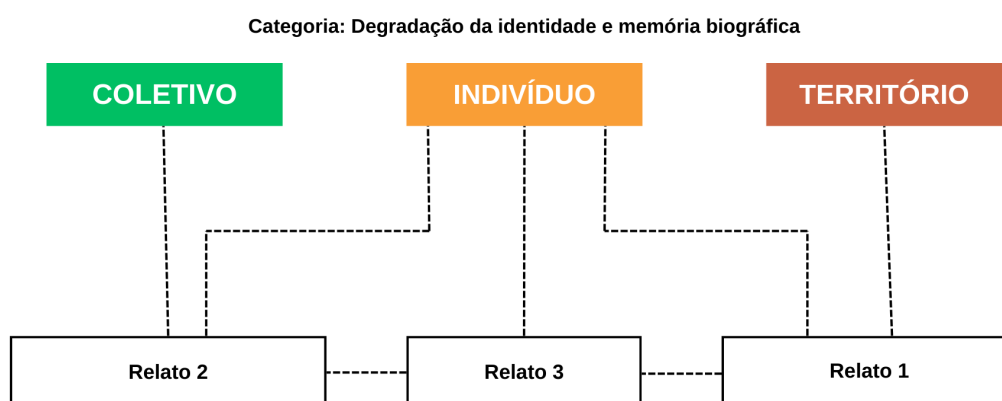
6.2.4. Degradação da identidade e memória biográfica

A análise das narrativas evidencia que, nesta unidade de registro, as falas articulam simultaneamente dimensões territoriais e coletivas da memória biográfica. O território aparece como elemento estruturante da trajetória de vida, reunindo experiências familiares, lembranças de infância e vínculos comunitários que conferiam sentido à identidade dos sujeitos. Nesse contexto, a afirmação de que *“eu perdi muito mais do que uma casa [...] o quintal da minha infância e juventude”* revela que a perda do território implica a ruptura de uma história de vida construída em interação com o espaço e com a comunidade.

Paralelamente, a persistência das lembranças evidencia um processo de luto identitário, expresso na ideia de que *“as marcas da perda continuam [...] sempre com um pedaço da gente preso no que ficou pra trás”*, indicando que a memória coletiva permanece inscrita na experiência individual. A recorrência de sonhos e lembranças do bairro, como no relato de que *“cada ida a algum lugar que me lembra o Pinheiro [...] quase todas as noites eu sonho com o bairro”*, demonstra que o território perdido continua operando como referência simbólica central da identidade biográfica.

Assim, a degradação da identidade não se limita à dimensão subjetiva da perda individual, mas expressa um processo mais amplo de desarticulação da memória social e do pertencimento territorial das pessoas atingidas (Figura 12).

Figura 12: Diagrama de degradação da identidade e memória biográfica



RELATO 1: “Cada ida a algum lugar que me lembra o Pinheiro [...] quase todas as noites eu sonho com o bairro.”

RELATO 2: “Mas as marcas da perda continuam [...] sempre com um pedaço da gente preso no que ficou pra trás.”

RELATO 3: “Eu perdi muito mais do que uma casa [...] o quintal da minha infância e juventude.”

Fonte: os autores (2026).



6.3. Coletivo

A seguir é apresentada a síntese analítica interpretativa das cinco categorias da unidade de registro “coletivo”, quais sejam: 1) Memória coletiva, apagamento simbólico, grupos vulnerabilizados e interseccionalidades, 2) Vínculos comunitários, redes de apoio e precarização da vida, 3) Impactos culturais, governança e objetificação dos processos reparatórios, 4) Sofrimento emocional, trauma coletivo e luto territorial, e 5) Desterritorialização, desenraizamento e expulsão direta ou indireta.

6.3.1. Memória coletiva, apagamento simbólico, grupos vulnerabilizados e interseccionalidades

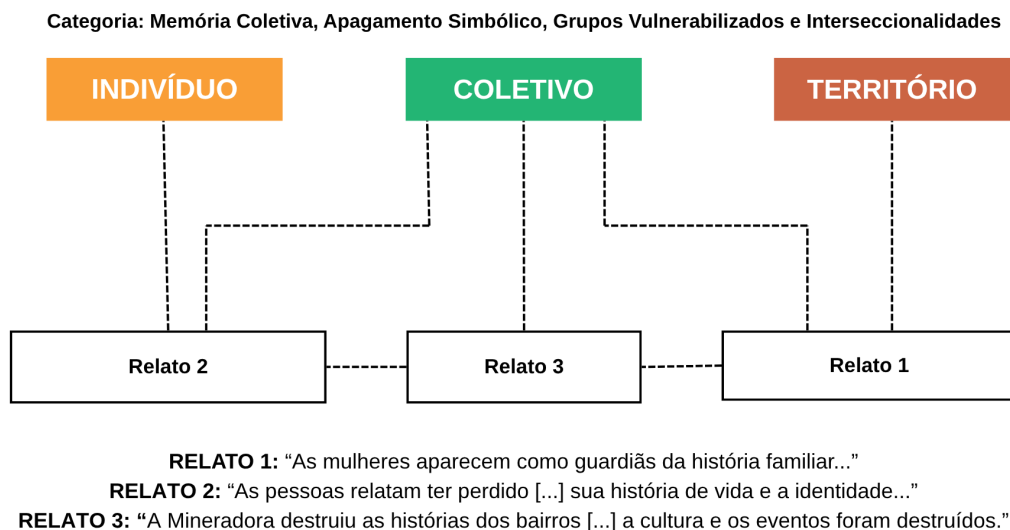
A análise das narrativas, embora esteja na Unidade de registro, coletivo, evidencia que o território ocupa uma posição central na articulação entre identidade individual e memória coletiva, sendo sua destruição interpretada como um processo de ruptura multidimensional. No plano territorial, a afirmação de que *“a mineradora destruiu as histórias dos bairros [...] a cultura e os eventos foram destruídos”* revela que o espaço não é apenas suporte físico, mas base das práticas culturais e da construção da identidade coletiva.

Essa destruição repercute diretamente no plano individual, como expresso na fala *“as pessoas relatam ter perdido [...] sua história de vida e a identidade”*, indicando que a identidade pessoal está profundamente enraizada nas experiências socioterritoriais compartilhadas. Além disso, a dimensão interseccional emerge de forma significativa quando se observa que *“as mulheres aparecem como guardiãs da história familiar”*, evidenciando que a perda territorial impacta de maneira diferenciada grupos que desempenham papéis centrais na manutenção da memória social.

Nesse sentido, a ruptura do território não apenas desestrutura a coletividade, mas também fragiliza trajetórias individuais e intensifica desigualdades de gênero, demonstrando que o apagamento simbólico constitui um fenômeno complexo que articula território, identidade e interseccionalidades (Figura 13).



Figura 13: Diagrama de memória coletiva, apagamento simbólico, grupos vulnerabilizados e interseccionalidades



Fonte: os autores (2026).

6.3.2. Vínculos comunitários, redes de apoio e precarização da vida

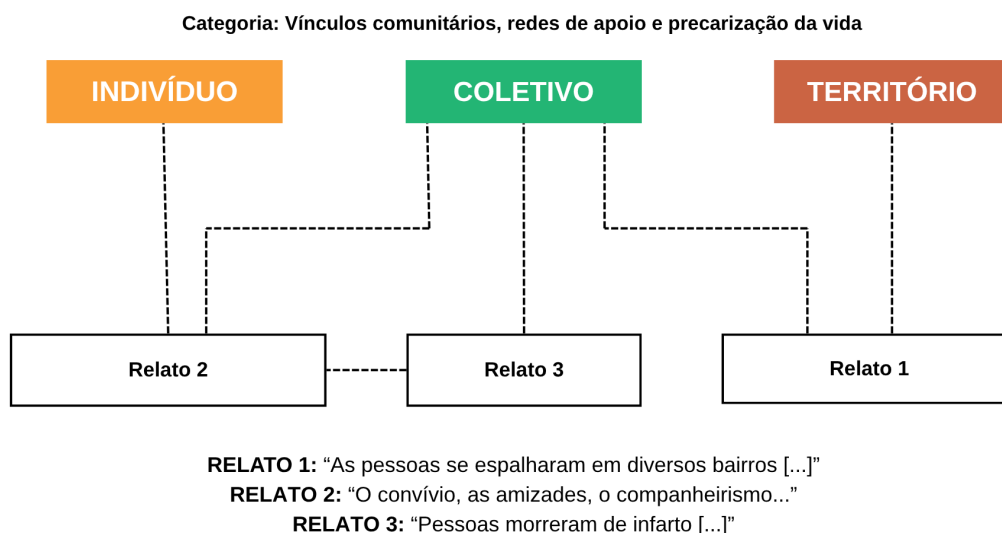
A análise das narrativas evidencia que a ruptura territorial atua como elemento estruturante da desarticulação das relações sociais e da precarização da vida coletiva. A fragmentação socioterritorial, expressa na dispersão dos moradores, “as pessoas se espalharam em diversos bairros”, revela que o território funcionava como base da continuidade das relações comunitárias, sendo sua ruptura responsável pela desintegração das redes de convivência.

Essa desestruturação coletiva se materializa na experiência individual por meio da somatização do sofrimento, como indicado na fala “pessoas morreram de infarto”, evidenciando que o colapso das estruturas sociais ultrapassa a dimensão simbólica e produz impactos concretos na saúde física dos indivíduos. Ao mesmo tempo, a menção à perda do “convívio, das amizades e do companheirismo” explicita que o território sustentava vínculos sociais fundamentais, cuja dissolução compromete tanto a sociabilidade quanto o bem-estar coletivo.

Dessa forma, observa-se que a desterritorialização não apenas fragmenta o espaço, mas rompe sistemas de apoio social e afetivo, produzindo um processo integrado de vulnerabilização que articula território, coletividade e experiência individual (Figura 14).



Figura 14: Diagrama de vínculos comunitários, redes de apoio e precarização da vida



Fonte: os autores (2026).

6.3.3. Impactos culturais, governança e objetificação dos processos reparatórios

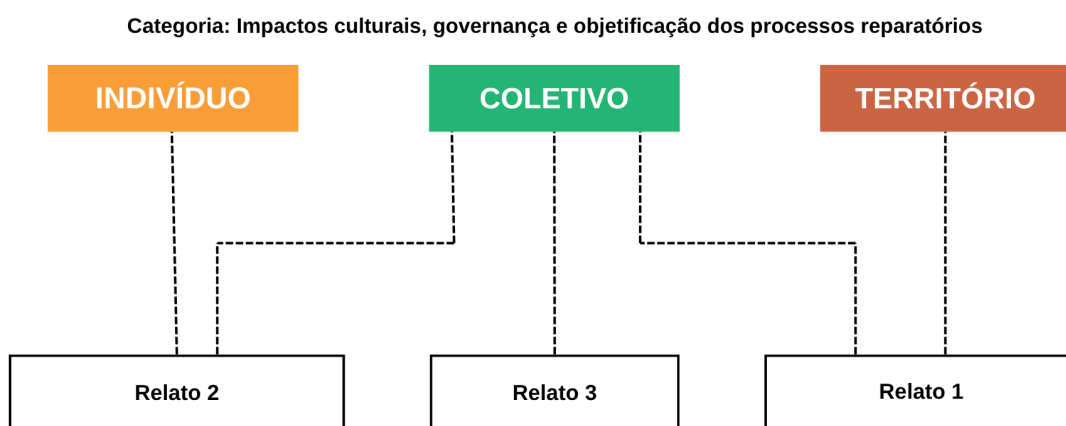
A análise das narrativas reforça que, embora a unidade de registro seja coletiva, os efeitos da governança se manifestam de forma articulada entre as dimensões individual e territorial, evidenciando a natureza estrutural da objetificação dos processos reparatórios. No plano individual, a fala “*a mineradora sanou de fato todos os danos? [...] extremamente injusto*” expressa uma percepção clara de injustiça, revelando que os sujeitos reconhecem as falhas sistêmicas da governança e questionam a suficiência das respostas institucionais.

Essa experiência se amplia quando indivíduos e territórios são simultaneamente reduzidos a categorias administrativas, como evidenciado na afirmação de que “*as pessoas são tratadas como mercadoria ou números*”, indicando um processo de objetificação que desconsidera as dimensões humanas, culturais e sociais da perda. No plano territorial, a ausência de reparação simbólica, expressa na fala “*disseram que ia fazer um memorial [...] até hoje ninguém vê*”, sinaliza falta de atenção em relação à memória coletiva e ao reconhecimento das trajetórias históricas vinculadas ao espaço.

Dessa forma, a articulação entre percepção de injustiça, objetificação institucional e invisibilização da memória territorial demonstra que os processos reparatórios não apenas falham em reparar os danos, mas também reproduzem dinâmicas de exclusão, nas quais sujeitos e territórios são desvalorizados, aprofundando o sofrimento social e comprometendo a legitimidade da governança (Figura 15).



Figura 15: Diagrama de impactos culturais, governança e objetificação dos processos reparatórios



RELATO 1: “Disseram que ia fazer um memorial [...] até hoje ninguém vê.”

RELATO 2: “A mineradora sanou de fato todos os danos? [...] extremamente injusto...”

RELATO 3: “As pessoas são tratadas como mercadoria ou números.”

Fonte: os autores (2026).

6.3.4. Sofrimento emocional, trauma coletivo e luto territorial

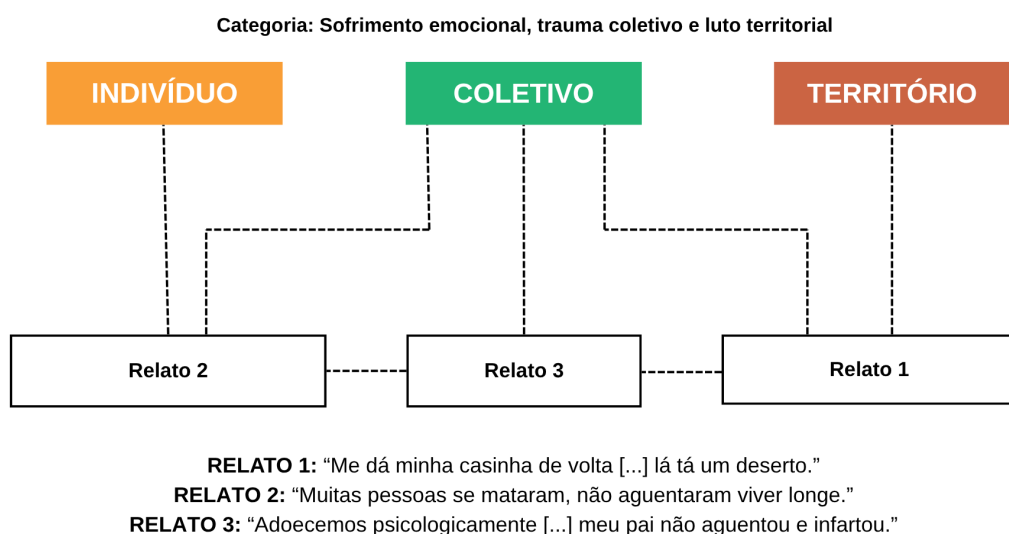
A análise das narrativas evidencia que o sofrimento emocional e o trauma coletivo se materializam de forma articulada entre as dimensões individual e territorial, reforçando o caráter estrutural do luto territorial. No plano individual, a afirmação de que *“muitas pessoas se mataram, não aguentaram viver longe”* revela a expressão extrema do trauma social, indicando que o sofrimento coletivo ultrapassa os limites do simbólico e se concretiza em desfechos irreversíveis.

Essa dinâmica se aprofunda quando observada no núcleo familiar, como expresso na fala *“adoecemos psicologicamente [...] meu pai não aguentou e infartou”*, evidenciando que o impacto da desterritorialização se dissemina entre os membros da família, articulando dimensões emocionais, físicas e sociais do sofrimento. No plano territorial, o lamento *“me dá minha casinha de volta [...] lá tá um deserto”* demonstra que o território perdido não é apenas um espaço físico, mas um objeto de luto coletivo, cuja ausência produz um vazio simbólico e afetivo profundo.

Dessa forma, a articulação entre trauma individual, sofrimento familiar e perda territorial evidencia que o luto territorial constitui uma experiência multidimensional, na qual a destruição do espaço vivido desencadeia um processo contínuo de adoecimento social, comprometendo tanto a saúde dos indivíduos quanto a integridade das relações coletivas (Figura 16).



Figura 16: Diagrama de sofrimento emocional, trauma coletivo e luto territorial



Fonte: os autores (2026).

6.3.5. Desterritorialização, desenraizamento e expulsão direta ou indireta

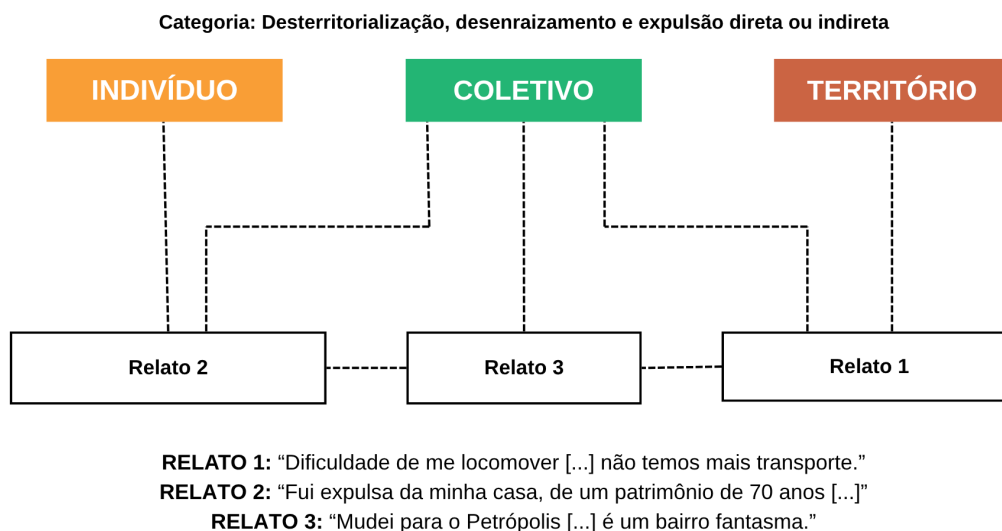
A análise das narrativas evidencia que a desterritorialização opera como um processo estrutural que articula, de forma indissociável, dimensões individuais e territoriais da experiência de expulsão. No plano individual, a fala “*fui expulsa da minha casa, de um patrimônio de 70 anos*” expressa a materialização concreta da desterritorialização na perda da moradia e na ruptura de uma trajetória de vida construída ao longo do tempo, revelando o caráter profundamente biográfico do deslocamento. No plano territorial, a afirmação “*dificuldade de me locomover [...] não temos mais transporte*” demonstra que a precarização da infraestrutura atua como mecanismo indireto de expulsão, tornando a permanência inviável e evidenciando que a degradação do espaço é parte constitutiva desse processo.

Essa dinâmica se prolonga mesmo após o deslocamento, como indicado na fala “*mudei para o Petrópolis [...] é um bairro fantasma*”, que revela a persistência do desenraizamento e a incapacidade de reconstrução do pertencimento em novos territórios.

Dessa forma, a articulação entre expulsão individual, precarização territorial e continuidade do não pertencimento evidencia que a desterritorialização não se encerra na saída física do espaço, mas configura um processo contínuo de desestruturação identitária e social, no qual o território deixa de ser suporte de vida para se tornar elemento central da ruptura (Figura 17).



Figura 17: Diagrama de desterritorialização, desenraizamento e expulsão direta ou indireta



Fonte: os autores (2026)

A síntese analítica dos achados evidencia que o desastre em Maceió produziu um processo de desestruturação socioterritorial complexo, no qual os danos extrapatrimoniais se manifestam de forma multidimensional, articulando simultaneamente as dimensões do território, do indivíduo e da coletividade. A análise demonstra que o *território*, longe de ser apenas um espaço físico, constituía a base material e simbólica da vida social, organizando práticas cotidianas, relações econômicas, vínculos comunitários e processos identitários. Sua ruptura, portanto, não se limita ao deslocamento geográfico, mas desencadeia um processo profundo de desenraizamento, no qual se desarticulam as estruturas que sustentavam a reprodução da vida coletiva.



Nesse contexto, observa-se que a desterritorialização opera como um mecanismo estruturante da vulnerabilização social, manifestando-se tanto por meio de expulsões diretas quanto por estratégias indiretas, como a precarização da infraestrutura, a degradação dos serviços e a inviabilização das condições de permanência. O território, que anteriormente funcionava como suporte de proteção e pertencimento, passa a ser reconfigurado como espaço de risco, abandono e instabilidade. Essa transformação impacta diretamente a organização social, promovendo a fragmentação das redes comunitárias e o enfraquecimento dos sistemas informais de apoio, fundamentais para a coesão social e o bem-estar coletivo.

Paralelamente, a análise evidencia que essa desestruturação territorial repercute intensamente na experiência *individual*, produzindo rupturas biográficas, perda de identidade e adoecimento psíquico e físico. As narrativas revelam que o deslocamento compromete trajetórias de vida, interrompe projetos futuros e fragiliza a sensação de pertencimento, configurando um processo de degradação da memória biográfica. Além disso, o sofrimento individual não se apresenta de forma isolada, mas como expressão de um trauma *coletivo* mais amplo, que se manifesta em fenômenos como ansiedade, depressão, somatização e, em casos extremos, morte. Nesse sentido, emerge a noção de luto territorial, caracterizado pela perda contínua de um espaço que concentrava memórias, afetos e referências identitárias, cuja ausência não é devidamente reconhecida nem elaborada institucionalmente.

As narrativas demonstram que as pessoas percebem respostas institucionais marcadas por uma lógica tecnocrática e economicista, que reduz os danos a critérios administrativos e financeiros, desconsiderando suas dimensões sociais, culturais e simbólicas. Sentem-se tratados como números ou ativos econômicos. A aparente ausência de reparação simbólica e de reconhecimento das trajetórias de vida reforça a percepção de injustiça e deslegitima as ações institucionais, contribuindo para a perpetuação do sofrimento social.

Adicionalmente, a análise revela que esses impactos não são distribuídos de forma homogênea, mas afetam de maneira mais intensa grupos socialmente vulneráveis, como mulheres, idosos e populações com forte enraizamento territorial. A dimensão interseccional evidencia que determinados sujeitos, especialmente aqueles responsáveis pela manutenção da memória e dos vínculos comunitários, experimentam de forma mais profunda os efeitos do apagamento simbólico e da desestruturação social.



Diante desse cenário, torna-se evidente que a reparação dos danos extrapatrimoniais não pode ser compreendida apenas como compensação financeira, mas deve ser concebida como um processo integrado de reconstrução socioterritorial. Isso implica reconhecer o território como categoria central na análise dos impactos, bem como incorporar dimensões como memória, identidade, vínculos sociais e bem-estar coletivo nas políticas públicas. A ausência dessa abordagem multidimensional compromete a efetividade das ações reparatórias e contribui para a reprodução das desigualdades e das condições de vulnerabilidade.

Assim, os achados apontam para a necessidade de reconfiguração dos modelos de reparação, orientando-os para uma perspectiva mais sensível às dimensões sociais e territoriais do dano. Nesse sentido, o próximo capítulo se propõe a avançar na construção de proposta de reparação socioterritorial, capaz de integrar as dimensões material, simbólica e relacional dos impactos identificados, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais justas, eficazes e alinhadas à complexidade das experiências vividas pelas populações atingidas.



7. Propostas de reparação dos danos extrapatrimoniais

Este capítulo reúne propostas de reparação dos danos extrapatrimoniais sistematizadas³¹, provenientes das sínteses das escutas coletivas e individualizadas realizadas com a comunidade atingida, para subsidiar ações e projetos a serem desenvolvidos com recursos geridos pelo Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE). São sugestões de reconstrução simbólica do passado para que seja mantida viva as histórias no futuro, dando enfoque às ideias propostas pelos atingidos, como a criação de memoriais, museus comunitários, parques e praças sustentáveis, além de outros espaços comunitários.

São propostas que refletem os anseios das pessoas atingidas para manter viva a memória de seus mundos e, nesse sentido, podem contribuir para ações de médio e longo prazo nesta área. Assim, são elementos importantes para delinear futuros projetos que visem restabelecer a vida sociocultural das pessoas atingidas.

Os achados identificam o desejo de recuperação simbólica e ambiental do território (reterritorialização) e o fomento a novas formas de economia, como o turismo de base comunitária. Trata-se, assim, de um capítulo que buscou consolidar os trabalhos de escutas coletivas e individualizadas, realizadas por meio de grupos focais, rodas de conversa, interações virtuais e demais caminhos abertos possíveis coletivos de escuta, sem medir esforços, para dar voz às necessidades das pessoas atingidas pelo desastre socioambiental.

O desejo coletivo é transformar o trauma do desastre em "novas sementes" de esperança. As propostas sugerem a construção de um Memorial Histórico e Museus Comunitários para garantir que a história dos cinco bairros (Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto e Farol) seja narrada pelas próximas gerações. Projetos de revitalização ambiental da Lagoa Mundaú e a criação de centros culturais integrados com lazer, tecnologia e educação são vistos como caminhos para reconstruir o sentimento de pertencimento. A reparação regenerativa busca não apenas a recuperação do solo e território, mas também a garantia de um futuro com dignidade, onde a cultura e os saberes locais sejam os pilares da reconstrução.

³¹ Embora o presente relatório tenha como foco a sistematização dos danos extrapatrimoniais, as propostas de reparação identificadas nas escutas não se restringem a essa dimensão. Observa-se que as demandas apresentadas pelas pessoas atingidas articulam, de forma indissociável, aspectos materiais e imateriais da vida social, evidenciando que o sofrimento moral, existencial, cultural e ambiental está profundamente relacionado às condições concretas de existência, como moradia, renda, infraestrutura e acesso a serviços públicos. Nesse sentido, optou-se por manter, no quadro de sistematização (Quadro 3), propostas que extrapolam estritamente o campo extrapatrimonial, por compreender que sua exclusão comprometeria a integridade analítica das escutas e a compreensão ampliada dos impactos do desastre.



No ordenamento jurídico brasileiro, os danos extrapatrimoniais podem ser divididos em duas categorias principais, conforme já destacado anteriormente neste relatório e reforçado neste capítulo: individuais, quando atingem a dignidade ou os direitos da personalidade de uma única pessoa; e coletivos, quando afetam uma comunidade ou grupo social, comprometendo a vida coletiva e os vínculos comunitários.

Essa compreensão ampliada dos danos encontra respaldo no relatório *Parâmetros para uma Abordagem Baseada em Direitos Humanos para a Resposta e Reconstrução de Desastres Envolvendo Empresas*, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019), que reconhece que desastres socioambientais produzem impactos adversos sobre um conjunto amplo de direitos humanos, afetando não apenas bens materiais, mas também modos de vida, relações sociais, identidades coletivas e vínculos territoriais.

Ao adotar uma abordagem baseada em Direitos Humanos, o documento sustenta que a resposta e a reconstrução devem considerar a escala, o escopo e a irremediabilidade dos danos, reconhecendo a existência de perdas intangíveis e, em certos casos, irreversíveis, que não se esgotam na compensação econômica.

Nesse sentido, a centralidade das pessoas atingidas e o reconhecimento dos danos sociais, culturais, ambientais e psicossociais são elementos essenciais para uma reparação que respeite a dignidade humana, a memória coletiva e os valores fundamentais fragilizados no contexto dos desastres (UNOPS, 2025h).

No contexto de desastres socioambientais, esses danos manifestam-se em quatro dimensões: o dano moral (sofrimento psicológico, dor e angústia), o dano existencial (impossibilidade de viver plenamente o projeto de vida devido ao deslocamento forçado), o dano cultural (destruição de tradições e saberes) e o dano ambiental extrapatrimonial (perda do vínculo afetivo com o território e o ambiente dos bairros). A compreensão desses impactos exige o reconhecimento da dimensão ética, evidenciando que o sofrimento das populações atingidas configura uma fragilização de valores fundamentais como o reconhecimento social e o direito à memória.

A reparação de danos extrapatrimoniais, no âmbito do Programa “Nosso Chão, Nossa História”, é conceituada como o processo de compensar prejuízos imateriais ligados à identidade, vínculos e afetos, por meio de ações que buscam reconstruir laços, fortalecer a dignidade e valorizar a memória coletiva. Segundo o relatório técnico da UNOPS (2025b), essa reparação busca ir além da indenização financeira, visando reconstruir laços, fortalecer a dignidade e valorizar a memória coletiva. O processo



fundamenta-se na Gestão do Risco de Desastres (GRD), integrando a dimensão imaterial em todas as etapas (prevenção, preparação, resposta e recuperação) para transformar o trauma em aprendizado e reinvenção.

Essa reparação deve ser um processo contínuo e multidimensional, fundamentado na justiça socioambiental e equidade, uma vez que desastres ambientais afetam de forma desproporcional populações vulneráveis, sendo necessária futuramente a implementação de projetos que possam garantir a distribuição equitativa de benefícios (Ribeiro, 2012). Além de ser importante a participação social na governança socioambiental por meio de “diálogos de saberes” para construção de soluções sustentáveis (Giatti, 2015).

À luz dessas premissas, a reparação pós-desastre deve ser compreendida como um processo estruturante e multidimensional, que articula reconstrução material, fortalecimento institucional e o reconhecimento das dimensões sociais, simbólicas e territoriais afetadas.

Conforme indicado pelo *Global Facility for Disaster Reduction and Recovery* - GFDRR (2018), respostas reparatórias eficazes demandam diagnósticos abrangentes de danos e perdas, a incorporação do princípio do *build back better*, entendido como “reconstruir melhor”, ou seja, reconstruir de forma mais segura, inclusiva e resiliente do que a situação pré-desastre, a centralidade das comunidades atingidas na definição de prioridades e a integração das ações de recuperação às ações de planejamento e desenvolvimento.

Sob esta perspectiva, a reparação deixa de se limitar a medidas pontuais ou compensatórias e passa a assumir caráter contínuo, orientado à redução de vulnerabilidades, ao fortalecimento da resiliência social e à prevenção de novos riscos, criando condições para que os territórios afetados possam reconstruir suas trajetórias de vida com dignidade e justiça socioambiental (Leitão, 2017).

Nesse cenário, foram elencadas as propostas de reparação encontradas nos relatórios de escutas coletivas e individualizadas³² para, a partir dessas escutas, indicar elementos para a construção de uma 2ª Geração de Projetos. Essas propostas estão

³² Os trechos de narrativas/relatos apresentados ao longo deste capítulo, quando não acompanhados de indicação de fonte imediatamente após a citação, referem-se às escutas individualizadas provenientes do banco de dados da IARA (referência: UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Banco de Dados Busca Ativa - ECOA/ IARA*. Instrumento de escuta ativa e reparação socioambiental: base qualitativa de relatos das populações atingidas pelo desastre da mineração em Maceió. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, 2025g). Nos casos em que foram utilizados trechos dos documentos de sínteses de escutas coletivas, a fonte foi indicada diretamente após a citação correspondente.



organizadas no Quadro 3, de acordo com o Programa Nosso Chão, Nossa História, incluindo mas não se limitando às seguintes linhas de atuação:

1. Saúde Mental Comunitária: esta linha adota a noção de Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS) do IASC (2007), que entende o bem-estar como resultado de condições de vida e vínculos sociais. As propostas incluem a criação de centros de atendimento psicológico especializado e grupos de apoio intergeracionais (*"Acho que as pessoas poderiam ter locais de encontro e de acompanhamento psicológico para melhorar a saúde delas"*).

2. Economia Local: fundamentada nos conceitos de ecossistema econômico de Mazzali e Souza (2013), que foca na recomposição de cadeias produtivas de proximidade e no estímulo ao empreendedorismo comunitário. Propõe-se o acesso a microcrédito, programas de qualificação profissional e fomento à pesca artesanal (*"Cursos profissionalizantes, cursos técnicos, programas para geração de emprego e renda, linha de crédito para os comerciantes que tinham negócios aqui"*³³).

3. Meio ambiente, Bem-Estar Animal e Mudanças Climáticas: baseada nas diretrizes de Giatti (2015) e Ribeiro (2012), busca a integração entre desenvolvimento sustentável e justiça social. As ações incluem a recuperação da Lagoa Mundaú, projetos de agrofloresta, hortas comunitárias e castração gratuita de animais (*"Que venha fazer uma trilha ecológica no lugar onde está [Bebedouro]... para a população vir visitar"*).

4. Raça e Etnia: esta linha reconhece o racismo ambiental como eixo central da reparação. As propostas envolvem o letramento racial da população e de servidores, o mapeamento cartográfico dos terreiros e a valorização da memória histórica do povo negro para enfrentar o apagamento cultural (*"A falta de letramento racial é assim, a falta de reconhecimento enquanto pessoa negra. Eu acho que isso me parece ser uma fonte de grandes problemas com relação a essa requisição de reparação racial dentro do contexto do desastre"*; *"[...] avançar em [...] mapeamento de terreiros e a identificação dos danos causados aos terreiros, que não se têm diagnósticos nessa*

³³ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Sistematização: Mapeamento de Empreendedores e Trabalhadores Informais*. Relatório técnico. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, out.-nov. 2024b.



área”, “[...] tudo que nós ouvimos, eu lembro até hoje surpreendia dizendo segredo, nosso segredo. Então nada era falado sobre a religiosidade de matriz africana”³⁴).

5. Cultura: organizada em duas frentes: "Memória e Luta" e "Sustentabilidade", visa preservar a história do desastre e retomar práticas artísticas interrompidas. Sugere-se a criação de memoriais interativos e centros de tradição (*"Poderia pegar uma quadra ou espaço e manter lá as casas que foram desabrigadas como museu de memória para todos que passassem pelos 5 bairros"*).

6. Esporte: concebido como ferramenta de proteção social e prevenção de vulnerabilidades. As propostas abrangem a reforma de espaços existentes, criação de quadras para idosos e apoio à regularização jurídica de coletivos esportivos (*"Eventos, reforma do campo de futebol, da praça, criação de espaços com atividades de cultura, saúde e educação"*).

7. Religião: foca no registro e transmissão das memórias de fé e no apoio à reestruturação de templos e terreiros como centros de segurança alimentar e social. Propõe-se o tombamento das igrejas, templos, terreiros afetados e espaços ecumênicos para o reencontro das irmandades (*"Poderia recuperar as igrejas católicas, evangélicas, espíritas e do candomblé para o povo se reunir ou um espaço ecumênico"*).

8. Participação Social: fundamentada no protagonismo dos atingidos para legitimar as ações reparadoras. As ações propostas incluem a criação de conselhos comunitários, audiências públicas e um observatório para monitorar a transparência sobre o desastre socioambiental (*"Uma pesquisa que fosse divulgada ao público, mostrando se o local vai ser seguro para as pessoas"*).

O Quadro 3 a seguir apresenta as propostas de reparação identificadas nos documentos técnicos de escutas coletivas e individualizadas, organizadas tanto de acordo com as linhas de atuação previamente estabelecidas pelo Programa Nosso Chão, Nossa História quanto em novas linhas de atuação criadas a partir das propostas emergentes nas sínteses de escutas, com vistas à adequada estruturação da 2ª Geração de Projetos.

³⁴ UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos. *Sistematização de Roda de Conversa: Raça e Etnia. Relatório técnico*. Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, ago. 2025c.



Quadro 3: Propostas de reparação identificadas a partir das sínteses de escutas

Linha de Atuação	Propostas de Reparação das sínteses de escutas coletivas	Sugestões das pessoas atingidas (Interações com a IARA)
1) Saúde Mental Comunitária	- Centros de atendimento psicológico e psiquiátrico especializado; - Construção de unidades de saúde (UPAs e UBSs); - Grupos de apoio psicossocial para grupos vulneráveis (idosos, crianças, LGBTQIAPN+); - Projetos com recorte étnico-racial e inclusão dos terreiros como espaços de cuidado; - *SMAPS integrada a atividades culturais e esportivas; - Criação da IA Irmã IARA - Ecoa 2.0 (suporte espiritual e cuidado com a saúde mental).	- Atendimento psicológico e médico especializado realizado nas residências dos atingidos; - Abertura de clínicas de saúde mental próximas ao antigo território de moradia; - Programas de tratamento para sequelas físicas e mentais decorrentes do trauma; - Criação de grupos de autoajuda; - Espaços de "acalento" e afeto para mitigar a solidão do isolamento; - Acompanhamento contínuo para quem desenvolveu doenças crônicas (hipertensão, problemas cardíacos) após o desastre.
2) Economia Local	- Acesso a microcrédito e fundos de apoio para micro e pequenos empreendedores; - Cursos de qualificação profissional e inovação tecnológica; - Fomento à pesca artesanal, mariscagem e apoio técnico aos pescadores; - Criação de cooperativas e modelos de economia solidária; - Incentivo ao turismo de base comunitária na Lagoa Mundaú; - Apoio do Small Grants Programme para fomento à economia local.	- Cotas de contratação obrigatórias para atingidos em empresas locais; - Criação de um "Shopping Comunitário" ou galeria com salas gratuitas para cabeleireiros, manicures e serviços; - Construção de uma Fábrica Comunitária (ex: biscoitos) para gerar empregos diretos na Chã de Bebedouro; - Auxílio financeiro mensal ou pensão vitalícia paga pela mineradora para compensar a perda de renda; - Linhas de crédito específicas para o público indígena e comunidades tradicionais; - Auxílio social para empreendedores informais não indenizados.



Linha de Atuação	Propostas de Reparação das sínteses de escutas coletivas	Sugestões das pessoas atingidas (Interações com a IARA)
3) Meio Ambiente, Bem-Estar Animal e Mudanças Climáticas	- Projetos de agrofloresta e hortas comunitárias intergeracionais; - Recuperação, limpeza e despoluição da Lagoa Mundaú; - Criação de parques ecológicos e trilhas interpretativas; - Implementação de tecnologias sustentáveis (energia renovável e reuso de água) na reconstrução; - Programas de proteção e castração para animais abandonados.	- Mutirões de limpeza da Lagoa Mundaú organizados pelos próprios moradores; - Transformação de áreas de risco em espaços verdes permanentes e visitáveis (sem novas construções privadas); - Ações de educação ambiental nas escolas sobre a proteção da lagoa e o desastre ambiental; - Projetos de cuidado e monitoramento da saúde da fauna lagunar afetada pela poluição.
4) Raça e Etnia	- Reconhecimento do racismo ambiental como eixo estruturante da reparação; - Letramento racial para atingidos e servidores públicos; - Mapeamento cartográfico e documentação histórica dos terreiros impactados; - Editais de fomento específicos para comunidades negras e povos tradicionais; - Proteção jurídica e patrimonial do território de matriz africana.	- Realização de congressos trimestrais e celebrações que deem visibilidade às culturas afro-brasileiras e indígenas; - Projetos que enfrentem o silenciamento histórico do povo negro na região; - Ações voltadas ao fortalecimento da autoestima da população negra e parda; - Apoio direto para reconstrução física de terreiros que sofreram rachaduras ou desestruturação.



Linha de Atuação	Propostas de Reparação das sínteses de escutas coletivas	Sugestões das pessoas atingidas (Interações com a IARA)
5) Cultura	- Criação de memoriais, museus comunitários (físicos e virtuais) e centros de memória dos atingidos e dos bairros afetados pelo desastre; - Centro de Referência e Memória com cineteatro, arena de apresentações e venda de artesanato; - Editais de fomento para mestres de coco, quadrilhas e folguedos (festas populares); - Registro de histórias orais e produção de documentários e livros; - Preservação de acervos materiais/ fotográficos; - Preservação e restauro de marcos arquitetônicos e prédios históricos; - Reconhecimento das Danças de Quilombo como patrimônio imaterial; - Requalificação de praças urbanas (como: Praça Lucena Maranhão) como espaços culturais; - Garantia de dignidade em rituais de morte e sepultamento no Cemitério de Bebedouro.	- Criação de um Memorial dos atingidos pelo desastre com o nome de cada morador e estabelecimento destruído; - Musealização de casas desabrigadas para visitação pública; - Oficinas culturais permanentes de teatro, dança, corte e costura e artesanato voltadas para a juventude e idosos; - Instalações artísticas; - Criação de um "Mural da Saudade" com fotos e cartas dos antigos vizinhos (físico ou virtual) e Instagram; - Realização de festivais mensais para manter vivas as raízes culturais de cada bairro; - Construção de um Museu Afro-alagoano; - Criação do Espaço Cultural Bonifácio da Silveira na Praça Lucena Maranhão; - Construção do Museu da Memória dos Folguedos; - Valorização do Quintal Cultural e Joana Gajuru.



Linha de Atuação	Propostas de Reparação das sínteses de escutas coletivas	Sugestões das pessoas atingidas (Interações com a IARA)
6) Esporte	- Reconstrução e requalificação de campos de futebol, quadras e ginásios com acessibilidade; - Criação de um centro de memória do futebol de várzea e resgate da história de clubes locais (como o <i>Centro Sportivo Alagoano</i> - CSA); - Organização de um calendário anual de torneios intergeracionais; - Apoio à formalização jurídica (CNPJ) de coletivos esportivos.	- Construção de quadras específicas para idosos (caminhada e exercícios de mobilidade); - Criação de programas esportivos para tirar jovens e crianças das ruas e da violência; - Apoio a campeonatos locais de futebol com premiação e infraestrutura de vestiários; - Inclusão de aulas de capoeira e boxe como estratégia de inclusão social; - Criação do Centro de Memória do Futebol de Várzea; - Realização de domingo musical e esportivo no CEPA.
7) Religião	- Realização da "Semana Fé, Memória e Território" e celebrações inter-religiosas; - Tombamento e restauro de igrejas e templos como patrimônio cultural; - Criação de espaços ecumênicos para o reencontro de irmandades; - Registro audiovisual de práticas espirituais e busca ativa de fiéis dispersos.	- Retomada de eventos tradicionais como o Arraiá da Igreja Batista e a Corrida da Bíblia; - Reativação da Festa de Santo Antônio (Bebedouro) como ponto de encontro turístico e espiritual; - Construção de um espaço inter-religioso na Praça do Pinheiro para orações coletivas; - Proteção da Coleção Perseverança e das igrejas remanescentes; - Realização das Missas da Resistência; - Apoio emocional e espiritual específico para idosos fragilizados pelo fechamento de seus templos.



Linha de Atuação	Propostas de Reparação das sínteses de escutas coletivas	Sugestões das pessoas atingidas (Interações com a IARA)
8) Participação Social	- Criação de conselhos comunitários e arenas de negociação; - Instituição de um observatório comunitário para monitorar riscos e promessas; - Divulgação transparente de dados e alocação de recursos; - Realização de audiências públicas e fóruns deliberativos.	- Construção de Conjuntos Habitacionais Exclusivos para todas as famílias atingidas (próximos à lagoa ou aos bairros de origem); - Implementação de transporte público gratuito ou vale-transporte permanente para os atingidos realocados em bairros distantes; - Criação de Refeitórios Comunitários/Populares para garantir a segurança alimentar de quem perdeu a renda; - Criação de um Portal/Site Interativo onde os antigos moradores possam se "reencontrar" virtualmente e compartilhar histórias; - Exigência de um pedido formal de desculpas público da mineradora; - Criação de uma ONG comunitária financiada pela mineradora para distribuição de cestas básicas e assistência social.
9) Infraestrutura Comunitária	- Implementação do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS) com foco em serviços essenciais (creches, unidades de saúde, mercados etc); - Planejamento de habitações integradas à cidade e próximas a equipamentos de serviço público; - Reocupação sustentável de áreas de borda.	- Revitalização da Praça Lucena Maranhão e Praça Menino Jesus; - Restauro do Colégio Bom Conselho, Orfanato do Século 19 e Clínica José Lopes; - Reabertura da Via do Mutange e volta do Trem; - Reabertura do Hospital Sanatório e preservação do Hospital José Lopes; - Construção de conjunto habitacional exclusivo próximo à Lagoa Mundaú, ABC e Fernão Velho; - Garantia de troca por imóveis equivalentes em locais seguros.

***SMAPS:** Saúde Mental e Apoio Psicossocial. Elaboração: os autores (2026). Fonte: Síntese de escutas do Programa Nosso Chão, Nossa História (2025) e escutas das interações com a IARA (2025).



As reivindicações coletivas manifestam-se, por exemplo, na defesa da criação de espaços de memória, como museus e centros culturais, e na preocupação de que as futuras gerações tenham acesso ao conhecimento sobre os traumas vividos, como forma de evitar a repetição de injustiças ambientais semelhantes.

Nesse sentido, diante da destruturação dos territórios, algumas pessoas atingidas, entre elas integrantes da comunidade LGBTQIAPN+ e artistas locais, passaram a formular propostas de revitalização orientadas à preservação da memória social e cultural.

Em resumo, as propostas de reparação consolidadas no quadro anterior buscam restaurar o "vazio" deixado pela desterritorialização por meio de uma abordagem multidimensional que une justiça ambiental e dignidade humana e podem ser consideradas como elementos para futuras ações e projetos nos bairros afetados pelo desastre.

O sucesso desse processo depende da centralidade das narrativas dos atingidos na reconstrução dos laços socioeconômicos e simbólicos, garantindo que a memória das pessoas atingidas pelo desastre e dos bairros de Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Farol e áreas adjacentes (como Chã de Bebedouro, Flexal de Baixo, Flexal de Cima, Alto do Céu, Jardim das Acácias, Vila Saem, Vila Brejal, Vergel do Lago, Levada e Conjunto Vale do Mundaú), localizadas no município de Maceió, não seja apagada, mas sim transformada em um pilar para a resiliência e a justiça social de longo prazo.

As demandas verificadas nos relatos, identificadas a partir das escutas individualizadas, evidenciam a necessidade do estabelecimento de políticas públicas que extrapolam o alcance e as competências do Programa. Tais escutas permitiram compreender, de forma mais aprofundada, as experiências, percepções e necessidades específicas de cada indivíduo e grupo social, revelando questões estruturais que não podem ser atendidas integralmente no âmbito da iniciativa em epígrafe. Assim sendo, para fins de sistematização e registro, o quadro abaixo apresenta algumas dessas solicitações:



Quadro 4: Outras demandas relatadas a partir das sínteses de escutas

Temas	Solicitações
Infraestrutura básica e serviços urbanos	Equipamentos de Saúde e Educação: Há uma demanda massiva pela construção e reabertura de escolas, creches e postos de saúde nos bairros afetados e nos locais de destino. Especificamente, sugere-se a criação de uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento) no Novo Jardim e no Vergel, além da reabertura do Hospital Sanatório. Transporte e Mobilidade: Investimento na melhoria do transporte público, com aumento da frota, reforma de terminais e revisão de itinerários para reduzir o tempo de deslocamento e os custos das famílias realocadas. Saneamento e Segurança: Implementação de redes de saneamento básico, abastecimento de água potável e reforço na iluminação pública e policiamento, visto que áreas de "borda" e novos conjuntos são descritos como abandonados e perigosos.
Recuperação ambiental e territorial	Estabilização e Reocupação: Propostas para que o Poder Público utilize tecnologia para recuperar o solo e, se possível, devolver lotes aos moradores ou transformar as áreas em parques florestais e espaços públicos arborizados. Preservação da Lagoa: Ações diretas para o assoreamento, limpeza e despoluição da Lagoa Mundaú, visando o retorno da fauna (sururu e peixes) e o fomento ao turismo ecológico.



Temas	Solicitações
Fomento econômico e geração de renda	Programas de Emprego: Criação de agências de emprego específicas e incentivo à abertura de fábricas ou empresas nos bairros de Pinheiro e Mutange (em parceria com a Prefeitura e o Estado) para empregar prioritariamente os atingidos. Capacitação e Crédito: Implementação de cursos técnicos profissionalizantes e oferta de linhas de crédito facilitadas para pequenos comerciantes e empreendedores que perderam seus negócios no desastre. Cotas e Isenções: Criação de cotas de contratação para afetados em empresas da cidade e a concessão de isenção vitalícia de impostos (como IR, IPTU, IPVA e outras taxas) para as vítimas; Estabelecimento de pensão vitalícia para os atingidos..
Preservação da memória e identidade cultural	Patrimônio e Museus: Construção de um Memorial ou Museu das Vítimas e a preservação/tombamento de prédios históricos e igrejas (como a Igreja de Santo Antônio) para evitar o apagamento da história dos bairros; Transparência em Editais: Reformulação e maior transparência nos editais públicos de cultura, garantindo que grupos locais tenham suporte para acessar recursos e manter vivas as tradições (como o coco de roda). Preservação da memória: instituição do “Dia M” (3 de março).
Assistência social e direitos coletivos	Apoio Psicossocial Especializado: Fortalecimento de redes de saúde mental, com psicólogos e psiquiatras dedicados a tratar o trauma coletivo e o luto dos desalojados. Auxílios Específicos: Instituição de um auxílio social para pessoas com deficiências psíquicas ou motoras agravadas pelo desastre e a garantia de uma "renda base" para os mais vulneráveis. Participação Institucional: Garantia do direito à consulta prévia (especialmente para comunidades tradicionais) e o fortalecimento da participação comunitária nas decisões sobre o futuro da área desocupada.

Elaboração: os autores (2026). **Fonte:** Sínteses de escutas do Programa Nosso Chão, Nossa História (2025) e escutas das interações com a IARA (2025).



Este capítulo evidencia que a reparação dos danos extrapatrimoniais não pode ser compreendida como um conjunto isolado de medidas compensatórias, mas sim como um processo contínuo, participativo e multidimensional, fundamentado na centralidade das pessoas atingidas e no reconhecimento das múltiplas dimensões do dano.

As propostas aqui sistematizadas, construídas a partir de escutas coletivas e individualizadas, revelam não apenas caminhos concretos para a reconstrução simbólica, social e territorial, mas também a necessidade de articulação com políticas públicas estruturantes que garantam sua efetividade a médio e longo prazos.

Diante do exposto, este capítulo contribui para a consolidação de uma base técnica e socialmente legitimada para a formulação da 2ª Geração de Projetos, reafirmando que a justiça socioambiental, a preservação da memória coletiva e o fortalecimento dos vínculos comunitários devem orientar, de forma permanente, os processos de reconstrução e de construção de futuros possíveis nos territórios afetados.



8. Considerações finais

O presente Relatório Geral de Sistematização das Escutas sobre Danos Extrapatrimoniais consolida, a partir da análise qualitativa das escutas coletivas e individualizadas, que os impactos do desastre socioambiental associado à extração de sal-gema em Maceió se expressam de forma abrangente na vida das pessoas atingidas, especialmente nas dimensões simbólica, territorial, psicossocial e coletiva, evidenciando a centralidade dos danos extrapatrimoniais na experiência vivida pelas comunidades dos territórios afetados.

Trata-se de um processo de transformação socioterritorial contínuo, caracterizado por mudanças significativas nas dinâmicas locais, pelo enfraquecimento de vínculos comunitários e pela ocorrência de impactos de ordem simbólica, identitária, psicossocial e existencial, cujos efeitos se estendem para além das dimensões materiais.

A análise das escutas coletivas e das escutas individualizadas, realizadas no âmbito do Programa Nosso Chão, Nossa História, evidencia que os danos extrapatrimoniais constituem o núcleo central da experiência vivida pelas populações atingidas.

As narrativas analisadas revelam que a perda da moradia não se restringiu à dimensão material, mas implicou a perda dos marcos que sustentavam a memória coletiva, a identidade territorial, as redes de solidariedade, os modos de vida e os projetos biográficos individuais e comunitários.

Os achados consolidados neste relatório técnico, a partir do amplo processo de escutas coletivas e individualizadas, desenvolvido pela UNOPS e especialistas, demonstram que o sofrimento relatado não é episódico, nem individualizado, mas assume a forma de um trauma coletivo e territorial, atravessado por insegurança existencial permanente, luto territorial, dinâmicas simbólicas e perda da capacidade de projetar o futuro.

A interrupção do uso econômico do território, por exemplo, é entendida neste relatório como a ruptura das práticas produtivas, comerciais e de subsistência historicamente desenvolvidas pelas comunidades nos bairros afetados, tais como a pesca, a mariscagem e o comércio local. Essa ruptura implicou na inviabilização no presente em função do deslocamento forçado, da desocupação compulsória e da perda das condições de uso social do território, configurando-se fatores que contribuíram para o surgimento ou agravamento de impactos sociais, ampliando situações de vulnerabilidade e a percepção de desassistência por parte da população.



A sistematização realizada confirma, ainda, que os impactos do desastre se distribuem de forma desigual, conforme evidenciado pela análise qualitativa das escutas, pelas recorrências identificadas nas narrativas das pessoas atingidas e pela composição da amostra qualificada, que considerou marcadores sociais como raça, gênero, idade e condição de vulnerabilidade, reproduzindo e intensificando desigualdades históricas de classe, raça, gênero, idade e identidade.

Comunidades negras, povos tradicionais vinculados à Laguna Mundaú, mulheres, pessoas idosas, populações LGBTQIAPN+ e sujeitos em situação de maior vulnerabilidade social experimentam perdas mais profundas e duradouras, evidenciando a presença de injustiça ambiental, racismo ambiental e discriminações interseccionais nos efeitos do desastre e nos limites dos processos reparatórios.

Do ponto de vista metodológico, o relatório demonstra a potência das escutas coletivas e individualizadas, da análise de conteúdo e da abordagem interdisciplinar, entre os campos da saúde e os sociais, como instrumentos fundamentais para revelar dimensões do dano que nem sempre são plenamente captadas por modelos de reparação estruturados, principalmente, a partir de indicadores técnicos, jurídicos ou patrimoniais. O tratamento dos dados realizados no software ATLAS.ti também demonstrou a agilidade e possibilidades de correção de dados, permitindo uma análise mais consistente sobre os danos extrapatrimoniais discutidos nesse relatório de sistematização das escutas.

Ao reconhecer as narrativas das pessoas atingidas como “vozes” legítimas de conhecimento, este trabalho contribui para deslocar o eixo da reparação de uma abordagem predominantemente econômica para o reconhecimento da dignidade humana, da memória coletiva e do território como solo existencial da vida social.

Dessa forma, os resultados apresentados reforçam que a reparação dos danos extrapatrimoniais precisa ir além das medidas de natureza econômica. É necessário o investimento em ações estruturantes e contínuas, capazes de promover o reconhecimento público das perdas sofridas, a preservação da memória dos territórios afetados, o fortalecimento das redes comunitárias, o cuidado psicossocial coletivo, a reconstrução simbólica do pertencimento e a participação efetiva das pessoas atingidas nos processos decisórios.

O Programa Nosso Chão, Nossa História emerge, nesse contexto, como uma experiência relevante de governança participativa e de afirmação do direito à memória e à reparação coletiva. Porém, os achados deste relatório indicam que sua efetividade



depende da incorporação sistemática das evidências aqui apresentadas e do compromisso com uma reparação orientada pelos princípios da justiça ambiental, dos direitos humanos e da centralidade das vozes das pessoas atingidas, conforme evidenciado pelos achados deste relatório.

No que se refere às contribuições deste estudo, o relatório consolida, de forma inédita e sistematizada, as propostas de reparação dos danos extrapatrimoniais que foram construídas ao longo de um processo contínuo de escutas coletivas e individualizadas, em participação social ampla, envolvendo vários tipos de atividades em grupos focais, escutas coletivas e individualizadas, com especialistas e interessados nas áreas culturais, esportivas e religiosas, com trabalhadores e empreendedores atingidos, registros de campo e interações virtuais mediadas pela IARA, posteriormente sistematizadas por meio de análise de conteúdo interdisciplinar e tratamento em um software especializado.

O conjunto das sugestões de propostas de reparação dos danos extrapatrimoniais construídas ao longo dos relatórios de escutas coletivas e individualizadas (nas interações realizadas por meio da IARA) foram sistematizadas segundo linhas de atuação estruturantes. Essas linhas abrangem, entre outras ações, aquelas voltadas à preservação e ativação da memória coletiva e dos territórios afetados; ao fortalecimento dos vínculos comunitários e das redes de sociabilidade; ao cuidado psicossocial coletivo e continuado; ao reconhecimento e à valorização das identidades culturais, religiosas, étnico-raciais e territoriais; à reconstrução simbólica do pertencimento; à promoção de justiça, transparência e participação social; e à reparação das perdas associadas aos modos de vida, ao trabalho e à renda em sua dimensão territorial, relacional e existencial, para além de sua expressão econômica.

As propostas identificadas incluem iniciativas de natureza cultural, educativa, memorial, terapêutica, comunitária, comunicacional e institucional, bem como recomendações para o aprimoramento da governança reparatória, evidenciando que a reparação dos danos extrapatrimoniais demanda estratégias integradas, interdisciplinares e territorializadas, orientadas pelas vozes, experiências e prioridades expressas pelas próprias pessoas atingidas.

Cabe destacar que os resultados apresentados neste relatório devem ser compreendidos considerando os limites inerentes ao seu desenho metodológico e escopo analítico. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada em escutas coletivas e individualizadas, cuja amostra não tem caráter estatístico-probabilístico devido ao caráter voluntário de participação, mas foi



construída de forma intencional, com foco na representatividade social e territorial das pessoas atingidas.

Nesse sentido, as conclusões aqui apresentadas não têm pretensão de generalização estatística, mas sim de aprofundamento interpretativo das experiências e percepções relatadas. Além disso, o relatório concentra-se na análise dos danos extrapatrimoniais, não abrangendo de forma exaustiva as dimensões patrimoniais, jurídicas ou econômico-financeiras do desastre, nem a avaliação da efetividade das políticas e medidas reparatórias em curso, apesar de que achados recorrentes que extrapolam o campo extrapatrimonial foram mencionados em complementação ao estudo.

Por fim, os achados indicam a necessidade de aprofundamento contínuo das análises, especialmente por meio de estudos longitudinais, abordagens quantitativas complementares e monitoramento sistemático das ações de reparação, de modo a ampliar a compreensão dos impactos ao longo do tempo e subsidiar processos decisórios mais integrados e baseados em evidências.

Por fim, este relatório reafirma que não há reconstrução possível sem reconhecimento, nem justiça reparatória sem a consideração das dimensões simbólicas, territoriais e afetivas da perda. O desastre socioambiental em Maceió representou um impacto significativo no espaço da cidade e nas condições de vida de milhares de pessoas. Reconhecer a profundidade dos danos extrapatrimoniais constitui condição importante para que o processo de reparação não gere efeitos adversos adicionais, mas contribua, de forma consistente, para a recomposição da dignidade, da memória e da vida coletiva das comunidades dos territórios afetados.



Referências

ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ADELOWOTAN, Michael. Artigo sobre o uso do ATLAS.ti na análise de relatórios anuais corporativos. **Eurasian Journal of Economics and Finance**, v. 9, n. 3, p. 189-204, 2021. DOI: 10.15604/ejef.2021.09.03.004.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação Civil por Danos Morais**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BOLIN, Bob; KURTZ, L. C. Race, class, ethnicity, and disaster vulnerability. **Handbook of Disaster Research**, p. 181-203, 2018.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John (org.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241–258.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (5. Região). **Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000**. Autores: Ministério Público Federal e outros. Réus: Braskem S.A. e outros. Maceió, AL, 2019. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-pinheiro/atuacao-do-mpf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BUCYIBARUTA, Joy Blaise et al. Closing the gaps in defining and conceptualising acceptability of healthcare: a qualitative thematic content analysis. **African Health Sciences**, v. 22, n. 3, p. 703-709, set. 2022. DOI: 10.4314/ahs.v22i3.75.

CARIUS, Ana Carolina; TEIXEIRA, Alex Justen. Artificial Intelligence and content analysis: the large language models (LLMs) and the automatized categorization. **AI & Society**, v. 40, n. 4, p. 2405-2416, 2025. DOI: 10.1007/s00146-024-01988-y.

CARVALHO, Délton Winter de. **Desastres Ambientais e sua Regulação Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.



CARVALHO, Délton Winter de. **Direito dos Desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota nº 1/2025/STEC/GTEC/CGEST-CFP: Orientações sobre Saúde Mental e Apoio Psicossocial Comunitário no Contexto da Reparação de Danos Extrapatrimoniais e Reconstrução de Desastre**. Brasília, DF, 18 fev. 2025. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/05/SEI_CFP-2046514-Nota-1.pdf. Acesso em: 15 Out.2025.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Cruzamento: raça e gênero, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2002.

DARBY, Henry Clifford. The relations of geography and history. In: DARBY, H. C. **The relations of history and geography: studies in England, France and the United States**. Exeter: University of Exeter Press, 1983.

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. **Life and words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

DU PREEZ, Mathilda. **Implementation of campus innovation: ATLAS.ti codebook and innovations list**. Figshare, 2022. Conjunto de dados. Disponível em: <https://doi.org/10.4121/21220784.v1>.

ERIKSON, Kai. **A new species of trouble: explorations in disaster, trauma, and community**. New York: W. W. Norton & Company, 1994.

FGV - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Parâmetros para uma abordagem baseada em direitos humanos para a resposta e reconstrução de desastres envolvendo empresas**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2019.

FREUD, Sigmund. **História de uma neurose infantil, além do princípio do prazer e outros textos (1917–1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a. [O estranho / Das Unheimliche].

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914–1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. [Luto e melancolia].

FREUD, Sigmund. O estranho (Das Unheimliche). In: FREUD, Sigmund. **História de uma neurose infantil, além do princípio do prazer e outros textos (1917–1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c.

GEORGE, Pierre. **Geografia ativa**. São Paulo: Difel, 1973.



GIATTI, L. L. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2015.

GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-identity: self and society in the late modern age**. Cambridge: Polity Press, 1991

GLOBAL FACILITY FOR DISASTER REDUCTION AND RECOVERY (GFDRR). **Annual report 2018: bringing resilience to scale**. Washington, DC: World Bank, 2018. Disponível em: <https://www.gfdr.org>. Acesso em: 10 jan. 2026.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

IASC - COMITÊ PERMANENTE INTERAGÊNCIAS. **Diretrizes do IASC sobre saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias. Tradução de Márcio Gagliato**. Genebra: IASC, 2007. Disponível em: https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/migrated/2019-03/iasc_mhpss_guidelines_portuguese.pdf. Acesso em: dez. 2025.

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Summary for Policymakers. In: **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. pp. 3-33.

LEITÃO, Manuela Prado. **Desastres ambientais, resiliência e o direito**. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Problemas de psicologia social latino-americana**. San Salvador: UCA Editores, 1990.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. El trauma psicosocial. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio (Org.). **Psicología social de la guerra: trauma y terapia**. San Salvador: UCA Editores, 1990. p. 77-81.

MAZZALI, Leonel; SOUZA, Cristiane Alperstedt de. **Gestão de negócios sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

MIRANDA, Alessandro Santos de. O direito socioambiental sob as óticas dos acidentes de trabalho ampliados e dos danos extrapatrimoniais. In: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Desastres socioambientais e mudanças climáticas: aspectos doutrinários**. Brasília: CNMP, 2024. p. 341-372.



MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à Pessoa Humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais**. Rio de Janeiro: Processo, 2023.

NASCIMENTO, Maria Gardênia Santos. **Memória da Destruição e a Preservação da Paisagem do Desastre da Braskem em Maceió/AL**. 2024. 407 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2024.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água**. São Paulo: Contexto, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHARAN, Karoleen Oswald; MOSER, Auristela. **ICF portuguese codebook for ATLAS.ti**. Zenodo, 2020. Conjunto de dados. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.3844789>.

SCHEBESTA, Hanna. Content Analysis Software in Legal Research: A Proof of Concept Using ATLAS.ti. **Tilburg Law Review-Journal of International and European Law**, v. 23, n. 1-2, p. 23-33, 2018. DOI: 10.5334/tlir.1.

SCOTT, James C. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.

SILVA JUNIOR, Luiz Alberto; LEÃO, Marcelo Brito Carneiro. O software ATLAS.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 24, n. 3, p. 715-728, set. 2018. DOI: 10.1590/1516-731320180030011.

SOMOS CIDADE. **O caso Maceió: como um desastre comprovou que a lei da oferta e demanda se aplica no mercado imobiliário**. Notícia: 25 mar. 2025. Disponível em: <https://somoscidade.com.br/2025/03/25/o-caso-maceio-como-um-desastre-comprovou-que-a-lei-da-oferta-e-demanda-se-aplica-no-mercado-imobiliario/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SORATTO, Jacks; PIRES DE PIRES, Denise Elvira; FRIESE, Susanne. Thematic content analysis using ATLAS.ti software: Potentialities for researchs in health. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 3, e20190250, 2020. DOI: 10.1590/0034-7167-2019-0250.



SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77–116.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil: volume único**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: EDUEL, 2012.

UNOPS - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. **Relatório Final: pesquisa qualificada sobre os danos coletivos e extrapatrimoniais em decorrência do desastre socioambiental em Maceió**. Manual em Família. Relatório Técnico. Maceió, AL: Comitê Gestor, Programa Nosso Chão Nossa História, Associação Cultural Casa das Caldeiras (ACCC), UNOPS, 2024a.

UNOPS - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. **Sistematização: Mapeamento de Empreendedores e Trabalhadores Informais**. Relatório técnico. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, out.-nov. 2024b.

UNOPS - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. **ECOIA - Nosso Chão, Nossa História**. Disponível em: <https://nossochaomaceio.org/ecoia/#historias>. Acesso em: dez. 2025a.

UNOPS - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. **Relatório de Desenvolvimento Técnico II – Programa Nosso Chão, Nossa História**. Parte 1. UNOPS, out. 2025b.

UNOPS - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. **Sistematização de Roda de Conversa: Raça e Etnia. Relatório técnico**. Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, ago. 2025c.

UNOPS - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. **Relatório de Escuta da Cultura – a cultura impactada pelo desastre socioambiental causado pela Mineradora, em Maceió/AL**. Relatório técnico. UNOPS, ago. 2025d.

UNOPS - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. **Sistematização de Roda de Conversa: Esportes**. Relatório técnico. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, jul. 2025e.

UNOPS - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. SANTOS, A. L. B. **Sistematização de dados e principais achados: Prática da Religião**. Relatório técnico. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, set. 2025f.

UNOPS - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. **Banco de Dados Busca Ativa – ECOIA/ IARA – Instrumento de escuta ativa e reparação socioambiental:**



base qualitativa de relatos das populações atingidas pelo desastre da mineração em Maceió. Maceió: Programa Nosso Chão, Nossa História, UNOPS, 2025g.

UNOPS - ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE SERVIÇOS PARA PROJETOS. **Manual de direito dos desastres e danos extrapatrimoniais: reparação e justiça com base na dignidade da pessoa humana.** [Elaboração do] Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais, RBCIP – Pesquisa e Inovação. Coordenação geral: Arthur Mesquita Camargo; Responsável técnico: Julieta Alida Garcia Verleun. Maceió: Nosso Chão Nossa História: UNOPS, 2025h.

VAN DER KOLK, Bessel. **The body keeps the score: brain, mind, and body in the healing of trauma.** New York: Viking, 2014.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; POCRIFKA, Dagmar Heil; SIMONIAN, Michele. Associação entre a técnica de análise de conteúdo e os ciclos de codificação: possibilidades a partir do software ATLAS.ti. **RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, n. 19, p. 93-106, set. 2016. DOI: 10.17013/risti.19.93-106.

WISNER, Ben et al. **At Risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters.** 2. ed. London: Routledge, 2004.